Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 13 de abril de 2022
Ano CVII ● Número 29.096
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

ESTADO NACIONAL: FIM DE UMA ERA

A economia por Aristóteles: a cobrança de juros. Por Felipe Quintas e Pedro Augusto Pinho, **página 2**

IMÓVEIS NOS EUA: 'NÃO É IGUAL A 2008'

Preços caminham para queda, mas há dúvidas sobre intensidade. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

'NADA'

'Fui me confessar ao mar.
O que ele disse? Nada.' (Lygia Fagundes Telles). Homenagem de Paulo Márcio de Mello, **página 4**

Dólar sobe com nova inflação recorde nos EUA

O dólar se valorizou no final do pregão de terça-feira, com dados mostrando que a inflação nos EUA em março teve a maior alta em quatro décadas. O índice do dólar, que mede a moeda norte-americana em relação aos seis principais pares, subiu 0,36%. No final do pregão de Nova York, o euro caiu para US$ 1,0834, e a libra esterlina caiu para US$ 1,3007.

O Departamento do Trabalho dos EUA informou que o índice de preços ao consumidor do País saltou 8,5% em relação a março de 2021, o maior aumento em 12 meses desde o período encerrado em dezembro de 1981. A variação em relação a fevereiro de 2022 foi de 1,2%.

O relatório de inflação solidificou as expectativas do mercado de que o Federal Reserve (Fed) aumentará as taxas de juros agressivamente em suas próximas reuniões de política.

O chamado núcleo do CPI, que exclui alimentos e energia, subiu 0,3% em março, após um crescimento de 0,5% no mês anterior. O núcleo saltou 6,5% nos últimos 12 meses, depois de subir 6,4% em fevereiro. **Página 8**

Diesel está 29% acima do preço internacional e gasolina, 21,9%

Quedas no dólar e no barril não foram repassadas

Nesta segunda-feira (11), o preço cobrado pela gasolina ficou 21,90% acima do que seria esperado pela política de preços de paridade internacional da Petrobras (PPI), e o diesel fechou 28,98% a mais. Os cálculos são do economista Cláudio da Costa Oliveira.

"É preciso que a sociedade brasileira cobre uma imediata redução dos preços da Petrobras. Estamos pagando uma conta absurda indevida", protesta Oliveira. "O fato é que desde o último aumento em 11 de março, tanto o câmbio como o preço internacional do petróleo vêm caindo e ninguém informa", acrescenta o economista, que mantém o site Soberano Brasil (soberanobrasil.com.br).

No final de março, a gasolina estava 9,38% acima do PPI. O diesel, na mesma ocasião, estava 15,69%. Em abril, a sobrevalorização só fez aumentar.

Nos últimos 12 meses, o preço da gasolina nas bombas subiu 27,48%; o diesel aumentou quase 50%. Os cálculos foram feitos pelo Dieese para a Federação Única dos Petroleiros (FUP). Desde janeiro de 2019, início da gestão do presidente Jair Bolsonaro, a gasolina teve reajuste de 155,8%, e o diesel, de 143,2%.

Aneel propõe alta de 57% nas bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) abriu Consulta Pública (012/2022) para atualização anual dos adicionais e das faixas de acionamento das bandeiras tarifárias. O valor sugerido pela Aneel para a bandeira amarela é de R$ 2,927 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos no mês; e o da bandeira tarifária vermelha patamar 1, de R$ 6,237. Os valores propostos implicariam aumento de 56% e 57%, respectivamente, com impacto de 5% e 10% na conta média de uma residência.

No caso da bandeira vermelha patamar 2, a Agência propôs uma redução de 2%, para R$ 9,33 por 100 kWh/mês.

Segundo a Aneel, contribuíram para a variação dos adicionais de bandeira tarifária amarela e vermelha 1, entre outros, os dados do mercado de compra de energia durante o período de escassez hídrica em 2021, o custo do despacho térmico em razão da alta do custo dos combustíveis e a correção monetária pelo IPCA, que fechou 2021 em 10,06%.

Em relação à bandeira vermelha 2, a pequena redução em comparação com o valor de 2021 se deve ao retorno à metodologia tradicional, na qual esse adicional cobre 95% dos eventos históricos conhecidos (e não 100% como no segundo semestre de 2021).

A sociedade poderá avaliar a proposta da Agência e enviar sugestões a partir desta quinta-feira (14) até 4 de maio através do e-mail cp012_2022@aneel.gov.br.

Como declarar ao Leão criptomoedas e crowdfunding

Ações, criptomoedas, crowdfunding foram algumas das opções que entraram na carteira de investimentos dos brasileiros para obter rendimento maior em 2021. Agora, hora de fazer a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), o **Monitor Mercantil** ouviu especialistas para mostrar como informar os ativos e reduzir o risco de cair na malha fina. Nesta edição são abordados criptomoedas e crowdfunding.

Caso o cliente possua mais de R$ 5.000 em bitcoin ou qualquer outra moeda digital, é obrigatório o preenchimento da declaração de posse na ficha 'Bens e Direitos' do Imposto de Renda. "No entanto, apenas operações de venda ou permuta acima de R$ 35 mil ao mês estão sujeitas à tributação", explica Rafael Lima, head de operações estruturadas da Rispar. **Página 4**

Imposto mínimo sobre multinacionais elevará receita global em até 14%

Lucros das grandes empresas equivalem a 9% do PIB

A evasão fiscal e a elisão (manobras legais para evitar impostos) causam a perda de receitas que poderiam ter financiado gastos sociais ou investimentos em infraestrutura. Além disso, agravam a desigualdade e a percepção de injustiça, reafirmam pesquisadores do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A mais nova edição do Fiscal Monitor mostra como a melhoria da coordenação internacional em três áreas – tributação de grandes empresas, intercâmbio de informações sobre a detenção de empresas offshore e a fixação de preços justos para o carbono – pode beneficiar a todos.

Apesar de lucros anuais equivalentes a 9% do produto interno bruto global, as principais multinacionais pagam poucos impostos, o que estimulou a busca por um acordo para modernizar o centenário sistema internacional atual. Em 2021, 137 países acordaram em dois pilares: tributar uma parcela dos lucros das multinacionais onde os bens ou serviços das empresas forem utilizados ou consumidos e instituir um imposto mínimo global de 15% sobre as empresas.

Alguns países complementarão a alíquota do imposto sobre os lucros "subtributados" até o nível mínimo, elevando a receita do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em até 6% em escala mundial. Com a reversão da tendência de queda das alíquotas do IRPJ, a diminuição da concorrência fiscal poderia reforçar a receita em mais 8%, elevando o efeito total para 14%.

Assim como no caso das empresas, a tributação da pessoa física (sobretudo das mais ricas) também exige coordenação além das fronteiras, destaca o FMI. Vazamentos recentes de documentos como os Panama Papers e os Paradise Papers revelaram um enorme volume de riqueza offshore e brechas generalizadas na legislação tributária. "Com o aumento dos ativos digitais que permitem um anonimato ainda maior, o intercâmbio de informações está se tornando cada vez mais vital. Além da perda de receitas, as contas offshore opacas destinadas a ocultar a riqueza facilitam a transferência transnacional dos lucros da corrupção", destaca o texto.

O FMI destaca que 163 países concordaram em trocar informações no âmbito do fórum global sobre transparência e troca de informações para fins fiscais.

Página 3

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 4,6483
Dólar Turismo	R$ 5,8130
Euro	R$ 5,0617
Iuan	R$ 0,7342
Ouro (gr)	R$ 294,00

ÍNDICES

IGP-M	2,94% (março)
	1,83% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (março)	1,11%
SP (março)	0,71%
Selic	11,75%
Hot Money	0,63% a.m.

Reflexões para teoria do Estado Nacional: fim de uma era

Por Felipe Quintas e Pedro Augusto Pinho

Que estranho fenômeno teria ocorrido, no mundo ocidental, naquele réveillon de 1º/1/1300? Teriam chegado ao planeta Terra seres de outro mundo, como descreve o escritor e inventor britânico Arthur C. Clarke (1917-2008) no romance *Childhood's End* (1953)? Ou a Terra teria submergido em *The Poison Belt* (1913), do também britânico e escritor Arthur Conan Doyle (1859-1930)?

Vamos buscar a origem desta transformação quase 400 anos antes da Era Cristã, em Aristóteles, grande pensador da antiguidade, nascido em 384 a.C., em Estagira, na Grécia, aluno de Platão e professor de Alexandre III, o Grande, da Macedônia, e falecido em Atenas, em 322 a.C.

Ainda que menos conhecida, a obra sobre economia de Aristóteles cobre todas as transformações, físicas e espirituais, que a propriedade, a produção, a circulação, o comércio e a especulação com bens e sua expressão monetária provocam nas pessoas e nas sociedades. Ao contrário da moderna ciência econômica, Aristóteles não separava a economia das formas sociais concretas, tampouco entendia o agente econômico de forma distinta do ser político que constituía, no seu entender, a essência do ser humano.

Inicialmente, verifiquemos a distinção de Aristóteles da economia doméstica daquela de uma cidade, da pólis: a primeira, a administração da casa, é realizada por uma pessoa; a segunda, a administração da cidade, depende de muitos, diversos governantes. A família e a cidade são duas formas naturais de associação entre os seres humanos, inicia o Estagirita discorrendo sobre a própria semântica da *oikonomia*: administração da casa.

Esta noção – garantir o bem-estar – foi prevalecente até as considerações sobre a economia política, já em pleno domínio do capitalismo (século 17). Atualmente, como observamos no *Dicionário Internacional da Outra Economia* (Pedro Hespanha e outros, Almedina, Coimbra, 2009), a palavra economia se apresenta com nove qualificativos, ganhando significações próprias e diversas tais como: feminista, moral, plural, solidária, a par da conceituação ética, da moeda e do crédito.

Antes da Aristóteles, o ateniense Xenofonte (430 a.C.–354 a.C.), discípulo de Sócrates, elaborara, sob a designação de economia, um manual de administração para o proprietário de terra, onde discorreu, na forma de diálogos, sobre o trato com escravos, o relacionamento com a esposa e qualidades administrativas.

Aristóteles apresenta quatro tipos de transações que podemos entender como estágios da economia, que passa de subsidiária ao bem comum para impositiva, com poder absoluto, excludente e totalmente divorciada da casa e da cidade.

O primeiro tipo é a permuta pura e simples, do bem que falta para um e sobra de outro, sem qualquer ônus ou bônus intermediário. Entretanto este tipo ou estágio não permite o crescimento permanente da sociedade, fica restrito a poucas famílias. Porém o filósofo adverte que seu objetivo não é contrário à natureza, qual seja da satisfação das "necessidades naturais".

O segundo tipo traz a moeda, "uma artificialidade", que permite ampliar as trocas. Ele entende ser uma necessidade (*ánánke*), da qual deriva esta convenção entre as partes, porém não se distancia do estágio anterior. Até aqui, a civilização romana vivenciou durante a Realeza e a República. Os sestércios vigoraram até a reforma monetária de Augusto, no Império, cuja nova moeda, de bronze, perdurará até o século 3.

O terceiro tipo já envolve um uso que traz nova concepção. Vimos que a comercialização era a maneira de prover a todos, não constituía uma atividade produtiva nem mesmo econômica. O que poderia existir era um serviço, o de transporte. Neste estágio surge a figura do atravessador, procura comprar, estocar, com fito de ter ganho que não está vinculado à manutenção da casa, mas ao enriquecimento sem produção. Como assinala Aristóteles: ganho a expensas dos outros e ilimitadamente, que não é para satisfazer uma necessidade natural.

Pior ainda é o quarto tipo, que usará a moeda para criar moeda; a cobrança de juros. Aristóteles diz ser contrário à natureza. É neste estágio exacerbado que nos encontramos, neste século 21, no Ocidente.

Se, até a Idade Média, os Estados Nacionais eram constituídos de acordo com o poder administrativo e militar, pessoais ou coletivos, centralizados ou descentralizados, com máxima participação de todos ou por algum semideus, a sociedade, a partir do século 14, se guiará mais pela economia do que pela política, ou seja, não mais pela administração da cidade, nem pelo âmbito geográfico, ou mesmo pela força ou pela origem étnica ou da família ou local de nascimento. O Estado será capitalista, isto é, o Estado que se move pelo capital, pelo dinheiro; não mais pelo trabalho ou pelas pessoas.

Evidentemente este fenômeno não ocorreu no dia 1º de janeiro de ano algum. A profunda transformação que ocorre nos derradeiros momentos da Baixa Idade Média foi sendo construída por circunstâncias e diversos eventos desde o Império Romano, como o triunfo do catolicismo, a fome, a peste, as gestões territoriais centralizadas e descentralizadas e um agente que vai ocupando e consolidando nova e estratégica atividade.

Para compreensão do capitalismo é muito importante acompanhar a dispersão da população que, no tempo dos impérios egípcio, sumério, meda e babilônico, ocupou a terra de Canaã: os judeus.

Um dos eventos foi a entrada de minerais, especialmente o cobre, em Canaã, que Isaac Asimov (*The land of Canaan*, 1971) afirma ter ocorrido 4.500 anos antes de Cristo, porém só ter sido efetivamente usado 2.500 anos depois. Outro evento foi a descoberta do deslocamento pela água ser muito melhor para o comércio do que pela terra, e o desenvolvimento das cidades próximas aos rios e mares: Megido, Siquem, Betel, Hebrón, Jerusalém.

Ainda com fatos mais longínquos, temos a discrição do desenvolvimento da religião judaica, na interpretação de Ernesto Renan (*L'Église Chrétienne*, 1879), onde "uma seita enclausurada em múltiplas prescrições" influenciada pelo dominador árabe, conquistador e negociante, buscou a razão popular ao invés do estudo da Lei maior (*halaka*) para sobreviver e se impor. Também as derrotas dos anos 70 e 134, levando o Imperador Adriano a impedir a restauração judaica em Jerusalém, favoreceu a diáspora que será importante para as relações comerciais-financeiras.

Mais proximamente, a circunstância mais significativa foi o amplo domínio do islã do entorno do Mar Mediterrâneo, as Cruzadas, a centralização administrativa, com a formação de reinos combatentes necessitados de financiamentos, e a riqueza que o renascimento artístico promoveu, em vários locais da Europa, em especial nas cidades mais prósperas, pelo comércio, na Itália, na Holanda, na Espanha. De igual importância, o grande cisma de Martinho Lutero (1483–1546) atingindo profundamente o psicossocial europeu e a Igreja Católica e promovendo a contrarreforma de Ignácio de Loyola (1491–1556), com a aguerrida Companhia de Jesus.

Em conclusão, foram eventos positivos e derrotas que colocaram os judeus, pelo século 13, na condição de importantes gestores usurários da moeda, atividade tão mal avaliada por Aristóteles.

Porém devemos ter a compreensão que grandes mudanças, como a constituição do Império Romano, como será dos impérios capitalistas, exigem um tipo de adesão ideológica da população para cuja construção, instintiva ou consciente, convergem diversos fatores.

Vivemos hoje a crise do capitalismo, já identificada há mais de um século. Os tempos cibernéticos são menores do que os mecânicos do renascimento. Se computamos a mudança da Idade Média para Idade do Capital ter levado cerca de 300 anos, a do Capital Financeiro para o Participativo Nacional Trabalhismo pode necessitar menos do que a metade do tempo.

No campo do pensamento que denominaríamos liberal, embora não se confunda com o radicalismo neoliberal de hoje, contribuíram as oposições e reações à servidão, ao absolutismo, à intolerância e ao estado aristocrático, como oposto ao democrático, que se impõe pela legislação, pela disciplina de comportamentos públicos e pessoais, efetivamente comum a todos, para o qual todos, como cidadãos, contribuem com participação direta, efetiva, pessoal.

Nas análises dos Impérios teremos oportunidade de voltar detalhadamente a estes temas. Por agora, fiquemos na enunciação desta significativa mudança da concepção de Estado.

O historiador neozelandês John G. A. Pocock (1924), na comunicação "O pré-capitalismo, a percepção augustana" (em *Cidadania, Historiografia e Res Publica Contextos do Pensamento Político*, Almedina, 2013, Coimbra), assegura que "Maquiavel foi o principal transmissor dos ideais e da teoria técnica do que pode ser designado por humanismo cívico ou republicanismo clássico" e "se as relações sociais mudassem de tal sorte que ele ficasse dependente de outrem, então as relações entre cidadãos, que constituíam a república, ter-se-iam tornado corruptas".

Sem surpresa para quem acompanha a sociedade e o Estado, da Realeza Romana à Baixa Idade Média e conhece o que virá em seguida e prosseguirá até o século 21: os imperialismos.

O capitalismo colocará a corrupção, muito mais ampla do que o embolsar valores ilegalmente, dentro do Estado, que a Realeza e a República Romana (753 a.C.–27 a.C.) construíram com o Estado e o Direito (Corpus Juris Civilis) para evitar; com patrícios e plebeus (*populus romanus*) na base do poder sem vínculo de dependência (por exemplo: o intercessio, do tribuno da plebe). Como sempre, no correr do tempo, no amadurecimento dos processos constitutivos e na humildade das revogações (vide casamentos interclasses).

Entendendo o Estado como criação mais elevada do amadurecimento político da sociedade, onde a economia e a tecnologia são suportes para a vida digna e segura, o que encontramos a partir do Império, sem que seja uma linha única, contínua e irreversível, é a decadência. E para este Estado, a crítica de Aristóteles da economia financeira ser contrária à natureza é perfeitamente correta.

Como reflexão para os tempos modernos, não é conveniente deixar se levar pelas nomenclaturas, sem entender seus significados na história e os contextos em que foram aplicados: ditadores, reis, cúrias, ganham significados muito diferentes. Ao se defrontarem com emissários de tribo africana, verdadeiro par entre iguais, os invasores europeus, por absoluta falta de correspondência na sociedade hierarquizada, os chamaram "reis", e, com sentido semelhante, entre nossas populações originárias, os "caciques", muito embora eles trabalhassem e vivessem como todos demais nas aldeias e tribos que os faziam delegados.

O moderno Estado Nacional, como atestam historiadores e sociólogos do quilate de Werner Sombart (*The Quintessence of Capitalism*, 1913), Max Weber (*Economia e Sociedade*, 1922) e Fernand Braudel (*Civilização e Capitalismo*, 1979), foi dos fatores-chave para a formação do capitalismo ocidental. A aliança entre os reis, detentores monopolistas do poder político, e os banqueiros, detentores monopolistas do poder econômico, foi crucial para a centralização territorial e monetária que constituiu as nações contemporâneas.

Essa coalizão, porém, não foi isenta de tensões e contradições, pois, da mesma forma que os reis, em vários momentos, procuraram expropriar os banqueiros do poder econômico, esses últimos não se furtaram a buscar expropriar os reis do poder político.

A disputa pelo poder total caracteriza, até hoje, a dinâmica do capitalismo, que, na atual quadra histórica, define-se pela supremacia das finanças sobre a nação, pela incorporação do poder político aos ditames do poder econômico privado. Desses embates dependerão o futuro das sociedades capitalistas, constrangidas pela ascensão do neossocialismo chinês, onde a economia aparece claramente como um instrumento da política estatal.

Felipe Maruf Quintas é doutorando em ciência política.
Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitor.interpress@hipernetelecom.com.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Mercado imobiliário nos EUA 'não é igual a 2008'

Os mercados imobiliários experimentaram uma valorização acima do normal nos anos de pandemia, parte provocada pelo excesso de liquidez, parte pelo baixo retorno em investimentos conservadores. A elevação dos juros e redução da injeção de dinheiro pelos bancos centrais, especialmente o dos Estados Unidos, podem estourar o que seria uma bolha. Especialistas acreditam que o setor imobiliário dos EUA está caminhando para uma correção: uma grande queda, um ajuste leve ou algo intermediário?

Os preços médios das residências norte-americanas subiram até 27% desde a primavera de 2020, de acordo com dados do US Census Bureau, bem como do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano, citados pela agência de notícias Xinhua.

Desmond Lachman, membro residente do American Enterprise Institute, observou que, nos últimos três meses, as taxas de juros de hipotecas nos EUA aumentaram 1,5% – seu ritmo mais rápido desde 1994. "Isso deve fazer com que o mercado imobiliário esfrie drasticamente tanto em termos de aumento de preços quanto em termos de atividade de construção", disse Lachman à Xinhua.

No entanto, é improvável que isso leve ao mesmo tipo de ruptura que em 2008, dada a menor quantidade de especulação agora, bem como a ausência de empréstimos subprime que prevaleceram na época, disse Lachman.

Nota divulgada semana passada por analistas do UBS estima que as comparações do mercado de hoje com o de meados dos anos 2000 são imprecisas. "Acreditamos que há uma série de fatores que diferenciam o mercado imobiliário de hoje do mercado de meados dos anos 2000. Isso não é 2008."

Se houver uma desaceleração acentuada na atividade imobiliária, isso pode contribuir para uma recessão econômica no final deste ano, argumentou Lachman. É provável que isso coincida com o estouro das bolhas do mercado de ações e crédito dos EUA, à medida que o Federal Reserve dos EUA adota uma postura de política monetária mais agressiva, disse o especialista.

Calote

Com o INPC de março de 2022 em 1,71% e a TR em 0,0964%, o governo deixou de creditar R$ 21,6 bilhões nas contas do FGTS de todos os trabalhadores. Quem tinha R$ 10 mil em conta inativa no Fundo desde janeiro de 1999 perdeu R$ 61 mil até abril de 2022.

Rápidas

A Escola de Negócios – IAG PUC-Rio realizará segunda-feira (18), às 19h, em formato presencial, o painel "Revolução nos Modelos e Processos de Vendas – Pressões no Planejamento Comercial". Inscrições: bit.ly/eventoIAG *** A *Revista Justiça & Cidadania* traz, na edição de abril, entrevista com o novo presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti, sobre os planos de sua gestão e do compromisso de manter a Ordem alinhada à defesa da democracia. Disponível em editorajc.com.br *** Nesta quinta, 19h, Thiago Millores interpretará os sucessos de Michael Jackson no Américas Shopping *** De 30 de abril a 04 de maio, os sócios do Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello representarão o escritório no "Congresso International Trademark Association – INTA 2022 Annual Meeting", encontro de profissionais especialistas de Propriedade Intelectual.

'Grande divisão financeira entre países ricos e pobres'

ONU alerta sobre o alto revés para o desenvolvimento sustentável

Embora os países ricos tenham conseguido apoiar sua recuperação pandêmica com somas recordes emprestadas a taxas de juros ultrabaixas, os países mais pobres gastaram bilhões no serviço da dívida, evitando impedi-los de investir no desenvolvimento sustentável. Tal conclusão consta do "O Relatório de Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável de 2022: Bridging the Finance Divide", divulgado nesta terça-feira.

Em média, os países em desenvolvimento mais pobres pagam 14% da receita pelos juros de sua dívida, quase quatro vezes mais do que os países desenvolvidos, de 3,5%. Globalmente, muitos países em desenvolvimento foram forçados a cortar orçamentos para educação, infraestrutura e outros gastos de capital como resultado da pandemia, diz o relatório.

Enquanto muitos países desenvolvidos viram uma rápida recuperação econômica do choque da pandemia em 2021, os países em desenvolvimento não recuperaram o terreno perdido. Em um em cada cinco países em desenvolvimento, o PIB per capita foi projetado para permanecer abaixo dos níveis de 2019 até o final de 2023. Isso antes mesmo de contabilizar as consequências da guerra na Ucrânia, diz o relatório.

O choque da pandemia mergulhou mais 77 milhões de pessoas na pobreza extrema em 2021, diz. A menos que a comunidade internacional inverta o curso, essa divergência persistirá e poderá se intensificar ainda mais nos próximos meses e anos, alerta o relatório.

As tensões geopolíticas globais estão aumentando, alimentando a incerteza. O conflito na Ucrânia levou a um aumento acentuado dos preços das commodities, mais gargalos de oferta e aumento da volatilidade do mercado financeiro e dos riscos econômicos negativos, aumentando o espectro da estagflação. O aperto das condições de financiamento global diante do aumento da inflação colocará mais países em risco de sobreendividamento, restringindo ainda mais seu espaço fiscal e prejudicando o crescimento econômico, diz.

Hoje, 60% dos países menos desenvolvidos e de outros países de baixa renda já estão em alto risco ou em sobreendividamento. A desigualdade nas vacinas continua alta. As mudanças climáticas continuarão a exacerbar os desafios de financiamento, principalmente em países vulneráveis, diz.

O relatório recomenda ações em três áreas. Em primeiro lugar, as lacunas de financiamento e os riscos crescentes da dívida devem ser abordados com urgência. Em segundo lugar, todos os fluxos de financiamento devem estar alinhados com o desenvolvimento sustentável. Terceiro, a transparência e o ecossistema de informações devem ser aprimorados para permitir que os países gerenciem melhor os riscos e usem os recursos.

A vice-secretária-geral da ONU, Amina Mohammed, que lançou o relatório na sede da ONU em Nova York, pediu ações para lidar com a "grande divisão financeira". "A comunidade internacional tomou medidas importantes para mitigar as consequências sociais e econômicas da pandemia, inclusive por meio do fornecimento em larga escala de financiamento de emergência e da criação de instrumentos de alívio da dívida. e garantir um futuro melhor para nossos filhos e para nós mesmos", disse.

AGU não quer ação contra Bolsonaro envolvendo o MEC

MPF pede fim de investigação contra Lula

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu na semana passada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a extinção da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) protocolada pelo PT contra o presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro. A ação chegou ao tribunal em março após a publicação de uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo, que divulgou um áudio em que Milton Ribeiro diz favorecer prefeituras de municípios ligados a dois pastores. A legenda alegou prática de abuso de poder político e econômico pelo presidente e o ex-ministro.

No mês passado, o caso culminou com a exoneração do ministro e também levou à abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) e na Polícia Federal, além de uma fiscalização do TCU no ministério. Na argumentação, a AGU defendeu a extinção do processo sem julgamento de mérito e sustentou que a AIJE só pode ser ajuizada após o registro de candidatura.

De acordo com o órgão, houve "menção indevida" do nome de Bolsonaro e os favorecimentos teriam sido praticados por terceiros. A AGU também citou relatório no qual a Controladoria-Geral da União (CGU) concluiu que agentes públicos não estavam envolvidos nas irregularidades. Os fatos eram investigados desde o ano passado, antes da divulgação da gravação.

"Verifica-se, no mérito, que os representantes não apresentaram quaisquer elementos fáticos, tampouco indícios mínimos, de prática de ato ilícito pelo representado Jair Messias Bolsonaro", afirmou o órgão. A decisão sobre o arquivamento ou continuidade da ação será tomada pelo relator, ministro Mauro Campbell Marques.

MPF pede arquivamento

Já o Ministério Público Federal (MPF) solicitou nesta segunda-feira (11) o arquivamento de mais uma investigação aberta contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, diante da inexistência de qualquer elemento que pudesse configurar a prática do ato ilícito. O fato se refere à investigação acerca de acusação por obstrução da Justiça contra Lula, a ex-presidente Dilma Rousseff e o ex-ministro Aloízio Mercadante.

A denúncia foi remetida à primeira instância e encerrada após seis anos de investigação, pela ausência de elementos que pudessem justificar acusação. Segundo a defesa, "a premissa da acusação baseava-se em farsa criada pela Lava Jato, já afastada pela Justiça por meio da absolvição de Lula no caso conhecido como quadrilhão."

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO JERIBÁ
"EDITAL DE CONVOCAÇÃO"
"Assembleia Geral Extraordinária"

Atendendo determinação da Sra. Síndica, vimos pelo presente, convocar os(as) Senhores(as) Condôminos(as) para comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária do Condomínio do Edifício Jeribá,** que será realizada no **próximo dia 18 de Abril de 2022, segunda-feira,** no próprio condomínio, **às 20:00 horas** em primeira convocação com o "quorum" legal ou **às 20:30 horas,** em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre os seguintes assuntos constantes da "Ordem do Dia": **1) Ratificação ou não da aprovação para utilização da água de reuso nas caixas de descargas dos apartamentos, ocorrida em 06/07/2017; e 2) Deliberação e aprovação para modernização dos corredores internos do condomínio, bem como forma de custeio.** Para votação na Assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da Assembleia (Artigo 1.336 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida (Parágrafo 2° do art. 654 do Código Civil). Em caso de instrumento de procuração confeccionado de modo eletrônico, com assinatura digital, o mesmo deve ser encaminhado para o email gerencia5@protel.com.br, com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas) da data da Assembleia, com a indicação do endereço eletrônico ou do procedimento necessário para aferição de sua autenticidade, sem o que não será aceito, sendo vedada sua eventual verificação no ato da Assembleia. Rio de Janeiro, 31 de Março de 2022.

PROTEL ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA.
Alfredo Lopes de Souza Júnior - Diretor
Janaina de Simas Araujo - Supervisora

EMPRESA CIDADÃ

Paulo Márcio de Mello
Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)
paulomm@paulomm.pro.br

‘Nada’

A lembrança deste microconto de Lygia Fagundes Telles (São Paulo/SP; 19 de abril de 1923 – 3 de abril de 2022) assinala que esta edição da coluna Empresa-Cidadã, na impossibilidade de uma forma mais retumbante de homenagem, é dedicada a ela que, aos 15 anos, publicou seu primeiro livro de contos (*Porão e Sobrado*). Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP) e em Educação Física (USP). As seguintes publicações estão entre suas obras principais: *Praia Viva* (1944); *Ciranda de Pedra* (1954), pilar mais sólido da sua extensa obra; *História do Desencontro* (1958), que recebeu o Prêmio Artur Azevedo do Instituto Nacional do Livro (INL); em 1963, recebeu também o Prêmio Jabuti, com o romance *Verão no Aquário*.

Em 1967, recebeu o Prêmio Candango de Melhor Roteiro adaptado para o cinema, baseado na obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, para o filme *Capitu*, produzido por Paulo Cesar Saraceni. Foi contemplada também com o Prêmio Internacional de Escritoras (França) pelo livro de contos *Antes do Baile Verde*, em 1970.

Novamente, recebeu o Prêmio Jabuti, em 1974, desta vez pela publicação do romance *As Meninas* (1973), obra que afirma a intelectual orgânica e engajada, como signatária do manifesto contra a censura, durante o período da ditadura militar (1977), e como presidente da Cinemateca de São Paulo. A obra *As Meninas* foi adaptada para o cinema, em 1975, em uma produção de Emiliano Ribeiro.

Novamente, recebeu o Prêmio Jabuti, em 1980, pelo livro *A Disciplina do Amor*, nesta oportunidade, junto com o Prêmio da Associação Paulista dos Críticos de Arte. Antes, em 1977, pelo livro *Seminário dos Ratos*, recebeu o Prêmio PEN Clube do Brasil.

Em 1982, Lygia Fagundes Telles foi eleita para a Academia Paulista de Letras. Em 1985, tornou-se a terceira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras (ABL), ocupando a cadeira nº 16, no dia 12 de maio de 1987. Foi eleita para a Academia das Ciências de Lisboa (em 2001), quando ela foi reverenciada com o Prêmio Camões, entregue em 2005, durante a VIII Cúpula Luso-brasileira.

Em 2016, tornou-se a primeira brasileira a ser indicada para concorrer ao Prêmio Nobel de Literatura.

O Relatório do IPCC

A sigla IPCC já é notória quando surgem denúncias de injúrias graves contra a mobilização planetária para conter o aquecimento global e consequente desastre climático. Significa Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas (United Nations Framework Convention on Climate Change), um dos legados da Rio-92, ratificado por 189 países, com o propósito de racionalizar a diversidade de esforços de governos, corporações e cidadãos, ante as mudanças climáticas.

Do VI Relatório de Avaliação do IPCC, elaborado por 278 cientistas de 65 países, conclui-se que os impactos das mudanças climáticas são mais do que proporcionais aos aumentos na temperatura do planeta. As emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE) atingiram a cifra de 59 gigatoneladas, em 2019, que representa um crescimento de 12% superior à cifra observada em 2010 e 54% superior à de 1990, tomando por base o nível de 2019.

Há alternativas que podem contribuir para tanto, como a adaptação das usinas de energia ainda movidas a combustíveis fósseis, com tecnologias de captura e armazenamento de carbono, fazendo a transição para combustíveis de baixo carbono.

O Relatório é preciso ao descrever o efeito nefasto das desigualdades econômicas e sociais e da concentração da renda e da riqueza no impacto sobre a tragédia climática em curso, ao registrar que, as famílias com renda mais alta respondem por algo entre 30% a 45% do total de emissões de gases (GEE).

Ao mesmo tempo, as famílias situadas nos 50% mais baixos níveis de renda respondem por apenas 13% a 15% das emissões, descortinando novas e amplas possibilidades para programas verdadeiramente vocacionados para o enfrentamento da questão do aquecimento. As respostas de programas como os de consumo responsável, de mudanças de estilo de vida, ou de política fiscal corretiva foram estimadas em 40% a 70% de prováveis reduções das emissões de GEE, até 2050, com todas as potenciais consequências daí advindas.

Criptos e crowdfunding: hora de acerto com o Leão

Especialistas mostram como declarar investimentos no Imposto de Renda

Por Gilmara Santos, especial para o Monitor Mercantil

Com os juros abaixo de dois dígitos no ano passado, muitos investidores trocaram a renda fixa por opções mais arrojadas e que garantissem melhor retorno financeiro. Ações, criptomoedas, crowdfunding foram algumas das opções que entraram na carteira dos brasileiros. Agora, hora de fazer a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), os contribuintes devem ficar atentos para evitar cair na malha fina.

É importante lembrar que a temporada de prestação de contas ao Leão começou no dia 7 de março e vai até 31 de maio. A estimativa da Receita Federal é de que 31,7 milhões de contribuintes enviem a declaração neste ano, que é obrigatória para as pessoas que receberam rendimentos tributáveis superiores a R$ 28.559,70 em 2021. Para atividade rural, a obrigatoriedade é para quem teve receita bruta superior a R$ 142.798,50 no ano passado.

Também devem fazer a prestação de contas, os contribuintes com rendimentos isentos, não-tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, de mais de R$ 40 mil; aqueles com patrimônio de mais de R$ 300 mil; e os que tiveram ganho de capital na alienação de bens ou direitos ou fizeram operações na bolsa de valores, incluindo os dependentes.

Para ajudar no preenchimento da sua declaração, o **Monitor Mercantil** ouviu especialistas para mostrar como informar os seus investimentos e, assim, reduzir o risco de cair na malha fina. Hoje, tratamos de criptomoedas e crowdfunding. Na edição de amanhã, os detalhes da declaração de ações.

Criptomoedas

Este é o terceiro ano desde que a Receita Federal lançou a obrigatoriedade da declaração anual de criptoativos no Imposto de Renda. “A determinação, lançada pela da IN 1.888 em maio de 2019, divide opiniões no mercado cripto e ainda gera muitas dúvidas sobre suas regras e especificidades, principalmente agora, com a febre dos NFTs e a popularização dos empréstimos usando bitcoin como garantia, que estão revolucionando as finanças”, comenta Rafael Lima, head de operações estruturadas da Rispar.

Caso o cliente possua mais de R$ 5.000 em bitcoin ou qualquer outra moeda digital, é obrigatório o preenchimento da declaração de posse na ficha ‘Bens e Direitos’ do Imposto de Renda. “No entanto, apenas operações de venda ou permuta acima de R$ 35 mil ao mês estão sujeitas à tributação”, explica Lima. Se alguma das operações no ano fiscal de 2021 se enquadra nessa descrição, o eventual lucro recorrente está sujeito a imposto sobre ganho de capital, sendo:

– 15% sobre o ganho líquido mensal de até R$ 5 milhões;

– 17,5% sobre o ganho acima de R$ 5 milhões e abaixo de R$ 10 milhões;

– 20% sobre o ganho acima de R$ 10 milhões e abaixo de R$ 30 milhões;

– 22,5% sobre o ganho mensal acima de R$ 30 milhões.

“No campo ‘Discriminação’, deve ser detalhada a quantidade de criptomoedas adquirida e informada a corretora da qual foram adquiridas, CNPJ e data da aquisição, devendo ser informado separadamente cada investimento efetuado em criptomoedas”, explica Renata Leal Ferrarezi, advogada tributarista e consultora de empresas.

Ou seja, se forem várias compras de criptoativos ao longo do ano, a pessoa deverá declarar o valor pago por cada uma delas, bem como os dados da corretora e data de cada operação, informando o saldo remanescente na conta da corretora no campo ‘Situação em 31/12/2021’, se for o caso. Se houver alienado todos os criptoativos, esse campo ficará zerado. “Caso tenha ocorrido a venda, esta deverá ser informada também no campo discriminação, com os dados do adquirente, inclusive CNPJ e data da alienação”, diz Renata Ferrarezi.

Já os lucros obtidos com a venda de criptomoedas devem ser declarados na ficha ‘Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva’, no código ‘12 – outros’. Neste campo, o contribuinte deve colocar o lucro obtido em cada operação e o CNPJ da corretora com a qual a pessoa operou.

Empréstimo com garantia em bitcoin

Empréstimos a partir de R$ 5.000 precisam ser declarados à Receita. Nessa regra, estão inclusas todas as categorias, incluindo o crédito com garantia. O débito deve ser informado na seção ‘Bens e Direitos’ do Imposto de Renda, sob o código 51 – crédito decorrente de empréstimo.

Já no campo ‘Discriminação’, devem entrar informações como nome e CNPJ da empresa, tipo de empréstimo, valor financiado, total de parcelas do contrato e o número de prestações quitadas.

Equity crowdfunding

Levantamento realizado pela plataforma Efund Investimentos mostra que a modalidade equity crowdfunding deve superar a casa dos R$ 300 milhões neste ano, alta de 50% nos aportes realizados através deste tipo de operação ao longo de 2021. Iniciativas de todos os setores estão aderindo a esta opção, desde a construção civil até a agropecuária, passando por precatórios e criadores de conteúdo digital, entre vários outros.

“Para quem investiu em 2021 e irá fazer a declaração do Imposto de Renda relativo a esta operação, o procedimento deverá ser feito através do campo ‘Bens e Direitos’ indo até o ‘Código 49’, o qual sinaliza ‘Outras Aplicações e Investimentos’. Na sequência, é necessário descrever o lançamento, colocando um texto como: ‘Aquisição de Quota de Participação em Contrato de Investimento Coletivo’. Para finalizar, basta citar o valor da situação em 31/12/2020 ou R$ 0,00, e a situação em 31/12/2021, que será o valor investido em 2021”, explica Alcides Jarreta, cofundador da Efund Investimentos.

Ele destaca que a tributação incidirá sobre os ganhos de capital, que é a diferença entre o valor de revenda de um bem e o seu valor de compra, ou seja, o lucro da operação. A cobrança do tributo possui as seguintes alíquotas:

– 15% sobre a parcela dos ganhos que não ultrapassar R$ 5 milhões

– 17,5% sobre a parcela dos ganhos que exceder R$ 5 milhões e não ultrapassar R$ 10 milhões

– 20% sobre a parcela dos ganhos que exceder R$ 10 milhões e não ultrapassar R$ 30 milhões

– 22,5% sobre a parcela dos ganhos que ultrapassar R$ 30 milhões.

Páscoa: com ovos caros, opção é chocolate menor

O valor do ovo de Páscoa está 44% mais caro neste ano do que em 2021. Seguido por bombom (21%) e caixa variada (13%). Os dados são de levantamento realizado pela plataforma Scanntech, de dados do varejo. Ainda segundo o estudo, em 2022, no período que vai de 30 a 14 dias antes da Páscoa, observamos redução de importância tanto nos ovos de Páscoa (-0,7%) quanto nas barras com mais de 81 gramas (-2,2%), e um crescimento das barrinhas de chocolate pequenas ou candy bars (+1,8%) e das caixas de variedades (+2,4%), quando comparamos com 2021. Diante do preço do ovo de Páscoa, que está tão acima da média em relação a outros segmentos, o consumidor tem optado por opções menores. Essa tem sido a saída para driblar os gastos elevados no período e ainda sair com produtos em mãos.

O levantamento mostra também que as vendas no período são altamente concentradas nos seis dias que antecedem o dia da celebração. Mas em 2021 ocorreu uma antecipação ainda maior das compras em relação a 2020, e 44% do total de vendas foi realizado entre seis e três dias antes do domingo.

Já estudo da Hibou, em parceria com a Score Retail, intitulado Pulso de Páscoa, contou com a participação de 1.323 pessoas de nove cidades e perguntou quais das atividades habituais de Páscoa fazem parte da comemoração. O almoço em família se destaca com 63% e ainda o almoço com a troca de ovos/chocolates: 29%. Pratos típicos no almoço de domingo aparecem com 24%; ir à missa, 14%; caça aos ovos com as crianças, 13%; churrasco em casa, 11%; viajar com a família se mostrou uma opção quase nula com 3% e troca de presentes sendo não apenas ovos e chocolates, 2%.

ÁGUAS DE ARAÇOIABA S/A
CNPJ nº 11.347.020/0001-50 - NIRE 35.3.0037410-0
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convocamos os Srs. Acionistas desta Cia. a se reunirem no dia 28/04/2022, às 8h na sede da sociedade na Rua Professor Toledo nº 960, Centro, Araçoiaba da Serra/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2021; **(b)** Destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; **(c)** Retenção de lucros; **(d)** Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2022; **(e)** Eleição/reeleição da Diretoria; **(f)** Consolidação do Estatuto Social; e **(g)** Assuntos gerais da Cia. Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Cia., cópias dos documentos referentes à ordem do dia. Araçoiaba da Serra, 11/04/2022. Ivan Mininel da Silva - Diretor. Carlos Werner Benzecry - Diretor.

Nuvini S.A. - CNPJ 35.632.719/0001-20 - NIRE 35.300.557.956 - A Nuvini S.A. (“Companhia”) informa que, por deliberação dos acionistas, o prazo de subscrição das sobras não subscritas dos bônus de subscrição de número de ordem 02, emitidos em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 25 de agosto de 2021 foi prorrogado até 30 de julho de 2022. São Paulo, 12 de abril de 2022. Pierre Carneiro Ribeiro Schurmann - Diretor-Presidente.

Assine o jornal **Monitor Mercantil** (21) 3849-6444

De olho na OCDE: Novo sistema de preços de transferência

A criação de um novo sistema de preços de transferência pelo Brasil representa "um passo decisivo" para o acesso do país à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ressaltou o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao anunciar a medida nesta terça-feira.

O sistema de preços de transferência é um procedimento pelo qual as multinacionais movem lucros de um país para outro, em geral de suas filiais em direção à matriz, ou para países onde as legislações possibilitam tributações mais favoráveis, como é o caso de paraísos fiscais.

Segundo o Ministério da Economia, o novo sistema de preços de transferência é resultado de projeto iniciado em 2018, "que examinou as semelhanças e diferenças entre as abordagens de preços de transferência brasileira e da OCDE e resultou no relatório de convergência para o padrão OCDE".

"O antigo sistema deixava em aberto possibilidade de bitributação, que atingiria empresas europeias que queriam investir no Brasil. No outro extremo, [possibilitava] a evasão fiscal, que é a transferência de lucros entre diferentes jurisdições", explicou Paulo Guedes durante a apresentação do novo sistema.

"O grande avanço de hoje evitará dois males: o da tributação excessiva, que impede investimentos; e o mal da evasão, através de transferência de lucros para legislações que tenham tributações mais favoráveis", acrescentou.

Imposto mínimo

Segundo Guedes, a comunidade global "se abraça" por meio dessas práticas. "Quero enfatizar o momento especial em que isso acontece", disse ao lembrar que a negociação do novo acordo tributário global "é de imposto mínimo sobre as grandes multinacionais".

Ele reafirmou que o Brasil está "bastante avançado nessa reta final de acesso à OCDE", e que o passo dado hoje é "decisivo" para esse acesso, uma vez que ajuda o país a convergir com os padrões internacionais.

"Queremos, com esse passo inicial no novo sistema, lubrificar os canais de investimentos para o Brasil se beneficiar dos investimentos que a Europa vai fazer em busca de novas áreas de investimentos para segurança energética e alimentar", argumentou, após citar o atual cenário geopolítico daquele continente em meio a pressões políticas, sansões econômicas e rupturas agravadas pela guerra entre Rússia e Ucrânia.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONDOMÍNIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL SANTO AMARO
RUA SANTO AMARO, 200 – GLÓRIA – RJ

PELO PRESENTE EDITAL DE CONVOCAÇÃO FICAM CONVOCADOS OS SENHORES CONDÔMINOS PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA QUE SE FARÁ REALIZAR NO DIA **26 ABRIL 2022** ÀS 20:00h E ÀS 20:30h EM ÚLTIMA CONVOCAÇÃO COM QUALQUER NÚMERO DE PRESENTES NA PORTARIA DO PRÉDIO PARA DELIBERAREM A SEGUINTE **ORDEM DO DIA:** 1 – SITUAÇÃO DA PROPOSTA DE REFORMA APRESENTADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS – SEINFRA EM NOSSO CONJUNTO RESIDENCIAL. 2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS 3 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2022. 4 – PROCESSOS CONTRA O CONDOMÍNIO (DOIS) 5 – PROPOSTA DE GESTÃO DOS CANDIDATOS. 6 – ELEIÇÃO DE SÍNDICO E CONSELHOS CONSULTIVO E FISCAL.

BANCO MODAL S.A.

CNPJ nº 30.723.886/0001-62 – NIRE 33.300.005.811

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

1. Data, Hora e Local: Aos 30 (trinta) dias do mês de maio de 2019, às 10:00 horas, na sede social do **Banco Modal S.A.**, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, parte, Bloco 01, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ sob o nº 30.723.886/0001-62 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.300.005.811 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação de acordo com o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente - Diniz Ferreira Baptista; Secretário - Pedro Marcelo Luzardo Aguiar. **4. Ordem do Dia:** Deliberar acerca das seguintes matérias: *(i)* aprovar o protocolo de intenções e justificação da operação de cisão parcial da Companhia ("Protocolo e Justificação"), com versão de parte do seu acervo patrimonial para a sociedade **MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade por ações de capital fechado a ser constituída especialmente para fins de absorção do patrimônio cindido da Companhia ("**MAF**"); *(ii)* ratificar a indicação feita no Protocolo e Justificação acerca da contratação da empresa especializada responsável pela elaboração e apresentação do laudo contábil de avaliação do valor do patrimônio cindido da Companhia ("Laudo de Avaliação"); *(iii)* aprovar o Laudo de Avaliação de que trata o Item "ii"; *(iv)* aprovar a cisão parcial da Companhia, de acordo com os termos e condições previstos no Protocolo e Justificação, com a versão de parcela do patrimônio cindido para a **MAF**; *(v)* aprovar a consequente redução do capital social da Companhia, em razão de sua cisão parcial; *(vi)* aprovar a alteração e consolidação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão da redução do seu capital social; e *(vii)* autorizar os diretores da Companhia a realizar todos e quaisquer atos necessários à efetivação da cisão parcial da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada esta Assembleia e procedida à leitura da ordem do dia, após as devidas discussões, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram por: (i) Aprovar, depois de examinado e discutido, o Protocolo e Justificação, celebrado em 30 de maio de 2019, com base nos artigos 224 e 225 da Lei das S.A., o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento sob a forma de seu Anexo 1, e que contém os termos, cláusulas, condições e justificativas para a versão do acervo patrimonial cindido da Companhia para a **MAF**, cuja Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada na presente data passa a fazer parte integrante deste instrumento sob a forma de seu Anexo II; (ii) Ratificar a indicação feita no Protocolo e Justificação acerca da contratação da empresa especializada responsável pela elaboração e apresentação do Laudo de Avaliação, a saber: **Vértice & Masc - Auditoria Contábil**, sociedade especializada em avaliações, com sede na Travessa do Ouvidor, nº 17, sala 402 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20040-040, registrada no Conselho Regional de Contabilidade sob o nº RJ-003246/O-3, inscrita no CNPJ sob o nº 02.796.387/0001-60 ("Peritos"); (iii) Aprovar, depois de examinado e discutido, em seu inteiro teor e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o Laudo de Avaliação, que passa a fazer parte deste instrumento sob a forma de Anexo III, o qual foi elaborado pelos Peritos, justificando a fixação do valor total do acervo patrimonial da Companhia cindido e Incorporado ao patrimônio da **MAF** em R$ 70.690.682,99 (setenta milhões, seiscentos e noventa mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos). Nos termos do Protocolo e Justificação e do Laudo de Avaliação, não obstante a versão da *totalidade* do acervo patrimonial cindido ao patrimônio da **MAF**, os acionistas esclarecem que o seu capital social será formado *exclusivamente* pela versão do acervo patrimonial cindido. (iv) Aprovar a cisão parcial da Companhia, nos exatos termos e condições constantes no Protocolo e Justificação, por meio da qual a totalidade dos elementos patrimoniais que integram a respectiva parcela patrimonial cindida da Companhia será vertida e transferida para a **MAF**. (v) Em razão da cisão parcial ora aprovada, o capital social da Companhia sofrerá a consequente redução, passando *dos atuais* R$ 345.667.541,64 (trezentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos), *para* R$ 274.976.858,65 (duzentos e setenta e quatro milhões, novecentos e setenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), o que representa uma redução do capital social no valor total de R$ 70.690.682,99 (setenta milhões, seiscentos e noventa mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos), de maneira proporcional à participação de todos os acionistas no capital social da Companhia. (vi) Consequentemente, decidem alterar o Artigo 52 do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte nova redação: ***"Artigo 5º** - O capital social é de R$ 274.976.858,65 (duzentos e setenta e quatro milhões, novecentos e setenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 31.000 (trinta e uma mil) ações ordinárias e igual número de preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. (...)"* (vii) Autorizar os diretores da Companhia a realizar todos e quaisquer atos necessários à efetivação da cisão parcial da Companhia, com a transferência do patrimônio cindido para a **MAF**, bem como praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento das deliberações ora aprovadas, de acordo com o disposto no artigo 227, §2º, da Lei das S.A. (viii) Ratificar que a efetivação de todas as deliberações tomadas nesta assembleia está condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, nos termos da legislação em vigor. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, determinou o Sr. Presidente que se lavrasse esta Ata, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada pelos membros da mesa e por todos os presentes. Assinaturas - Mesa: Presidente - Diniz Ferreira Baptista e Secretário - Pedro Marcelo Luzardo Aguiar. Acionistas: Diniz Ferreira Batista; Modal Participações Ltda., neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Diniz Ferreira Baptista e Pedro Marcelo Luzardo Aguiar; Modal Holding Controle Ltda., neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Diniz Ferreira Baptista e Pedro Marcelo Luzardo Aguiar; Álvaro Bandeira, Ana Paula Moraes Venancio Amaral, Bruno José Albuquerque de Castro, Carlos Bernardo de Sá Kessler, Cristiano Maron Ayres, Eduardo Frederico Bittar Gomes, Eduardo Centola, Luiz Eduardo Mendes de Almeida Portella, Mário Pekelmann Markus, Maurício de Souza Ribeiro, Pedro Marcelo Luzardo Aguiar, Renato Anastasia Polizzi Filho, Ronaldo Fabiano Baeta Guimarães Júnior, Rodrigo Nicolau Puga e Rodrigo Yoshishigue Mikan. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2019. Certifico e dou fé que esta é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Mesa: **Diniz Ferreira Baptista** - Presidente; **Pedro Marcelo Luzardo Aguiar** - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o Arquivamento em 27/08/2020 sob o número 00003923667. a) Bernardo Feijó Sampaio Berwanger - Secretário Geral.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

ROCHA MIRANDA FILHOS S A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES
CNPJ 33.131.996/0001-23 - NIRE 3330012853-1
Edital de Convocação para AGO/E

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem, às 12:00 h em 1ª convocação no dia 26/04/2022, em **AGO/E**, que será realizada na modalidade DIGITAL, e sua transmissão será pela plataforma Google Meet, que terá o link de acesso disponibilizado aos acionistas com antecedência, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1) AGO/AGE:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) Fixação dos honorários da diretoria para o exercício 2022; d) Eleição do Conselho Fiscal; e) Assuntos gerais.
RJ, 13/04/2022.
A Diretoria: **Octavio Rocha Miranda de Oliveira Sampaio.**

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.
CNPJ/ME nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4

Edital de Convocação. Convocamos os Srs. Acionistas desta Cia. a se reunirem no dia 22/04/2022, às 8h, na sede da sociedade à Rua Av. Dr. José Alves de Azevedo nº 233, Parque do Rosário, Campos dos Goytacazes/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2021; (b) Destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; (c) Retenção de lucros; (d) Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2022; e (e) Assuntos gerais da Cia. Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Cia., cópias dos documentos referentes à ordem do dia. Campos dos Goytacazes, 11/04/2022. Marcio Salles Gomes - Diretor. Juscelio Azevedo de Souza - Diretor.

NOSSA SENHORA DO CARMO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 38.248.384/0001-30 - NIRE 33.300.337.300
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: No dia 26/01/2022, às 10h, na sede social da Nossa Senhora do Carmo Participações S.A., localizada no Rio de Janeiro/RJ, na Rua Jaguaruna, 105, parte, Bairro Campo Grande, CEP 23080-160 ("Companhia"). **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das SA), tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Rogério Reis de Castro - Presidente; e Márcio Alves Sanjar - Secretário. **ORDEM DO DIA**: Deliberar, nos termos do Artigo 17, alíneas (n) e (t), do Estatuto Social da Companhia, sobre **(i)** a cessão, ao *Itaú Unibanco S.A.*, dos direitos creditórios decorrentes da 2ª parcela do preço de aquisição das Quotas da *CGMB Serviços Médicos e Hospitalares do Rio de Janeiro Ltda.*, que eram de propriedade da *MJF Holding do Brasil Ltda.* e foram alienadas à *Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.*, nos termos do "Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças", celebrado em 24/03/2021, em que a Companhia figura como devedora; **(ii)** a aprovação da assinatura do Anexo II ao Contrato de Cessão de Créditos sem Direito de Regresso (Cedente) nº 100322010006800; **(iii)** a autorização para que a Diretoria da Companhia adote todas as providências necessárias para implementação das deliberações ora aprovada. **DELIBERAÇÕES**: As acionistas, após a apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, deliberaram sem quaisquer ressalvas ou restrições, na qualidade de devedora do contrato acima referido, aprovar e/ou anuir: **(i)** com a cessão, ao *Itaú Unibanco S.A.*, dos direitos creditórios decorrentes da 2ª parcela do preço de aquisição das Quotas previsto no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, no valor de R$25.242.778,00 corrigidos por 100% do CDI, pagos mediante débito em conta de titularidade da Companhia junto ao Itaú Unibanco S.A.; **(ii)** a assinatura do Anexo II ao Contrato de Cessão de Créditos sem Direito de Regresso (Cedente) nº 100322010006800; em decorrência da cessão de crédito acima aprovada, o Itaú Unibanco S.A., ora Cessionário, passa a ser, a partir da assinatura do Instrumento Particular de Cessão de Créditos, o único e legítimo titular dos créditos citados no item (i) acima. **(iii)** que a Diretoria da Companhia fique autorizada a adotar todas as providências necessárias para implementação da deliberação ora aprovada. **ENCERRAMENTO E LAVRATURA**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, sendo lavrada a ata, na forma de sumário, conforme o disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 130, da Lei nº 6.404/76, que lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS:** Presidente da Mesa: Rogério Reis de Castro; e Secretário: Marcio Alves Sanjar. Acionista: Ímpar Serviços Hospitalares S.A., representada por seus Diretores, Sr. Emerson Leandro Gasparetto e Sr. Artur de Barros Avancine; e MJF Holding Do Brasil Participações Ltda., representada por seus Administradores, Sr. Fernando Pereira Ciraudo e Sra. Maria José Ciraudo Aristocolo. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Marcio Alves Sanjar - Secretário. JUCERJA - Certifico o arquivamento em 07/02/2022 sob o nº 00004758981, protocolo 00-2022/136558-3 - 04/02/2022.

ÁGUAS DO IMPERADOR S.A.
CNPJ nº 02.150.327/0001-75 - NIRE 33.3.0016655-6

Ata de Assembleia Geral Extraordinária. 1. Hora, Data e Local: Às 8h do dia 18/03/2022, na sede social da Cia., na Rua Dr. Sá Earp nº 84, Morin, Petrópolis, RJ. **2. Convocação e Publicação:** Editais de convocação publicados no DORJ, nos dias 09, 10 e 11/03/2022 nas páginas 16, 04 e 03, respectivamente e no Jornal Monitor Mercantil, nos dias 09, 10 e 11/03/2022 nas páginas 05, 05 e 04, respectivamente. **3. Mesa:** Presidente: Marcio Salles Gomes; Secretário: André Lermontov. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações pelos acionistas presentes representando 95% do capital social votante: **4.1.** Aceitar a renúncia do Sr. **Marcio Salles Gomes** ao cargo de Diretor da Cia. conforme Termo de Renúncia que fica arquivado na sede da Cia., agradecendo-lhe pelos serviços prestados no exercício de suas funções e desde já aprovando integralmente suas contas, outorgando-lhe e dele recebendo a mais ampla e geral quitação, para nada mais reclamar, a qualquer título. **4.2.** Eleger o Sr. **João Henrique Tebyriça de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, carteira de identidade IFP/RJ nº 073942765, CPF nº 008.382.567-32, com endereço comercial na Rua Dr. Sá Earp nº 84, Morin, Petrópolis, RJ, para completar o mandato em curso e declara que está apto a exercer a administração da Sociedade, não estando impedido em virtude de lei, ou de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, mediante a assinatura do Termo de Posse lavrado em livro próprio. **4.3.** Tendo em vista a eleição acima, a Diretoria da Cia., com mandato até 13/04/2023 ou até a data da Assembleia Geral Ordinária que for realizada no ano de 2023, passa a ser composta pelos Srs. **João Henrique Tebyriça de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, carteira de identidade IFP/RJ nº 073942765, CPF nº 008.382.567-32, com endereço comercial na Rua Dr. Sá Earp nº 84, Morin, Petrópolis, RJ; e **André Lermontov**, brasileiro, casado, engenheiro químico, carteira de identidade nº 04443949-5, IFP/RJ e CPF nº 006.651.327-86, estes com endereço comercial na Rua Marques do Paraná nº 110, parte, Centro, Niterói, RJ; **4.4.** Fixar a remuneração anual global dos Diretores em até R$ 30.000,00. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, sob a forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada. **6. Assinaturas:** Marcio Salles Gomes, Presidente; André Lermontov, Secretário; Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Leonardo das Chagas Righetto), Acionista presente. Confere com o original lavrado em livro próprio. Petrópolis, 18/03/2022. **Marcio Salles Gomes -** Presidente. **André Lermontov -** Secretário. Jucerja nº 4828824 em 31/03/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

ICATU HOLDING S.A.
CNPJ/MF Nº 02.316.471/0001-39

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam os Srs. Acionistas convidados a comparecer à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede da Companhia, nesta cidade, na Av. Ataulfo de Paiva 1.100, 2º andar, às 10h do dia 02/05/2022, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas, relativamente ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (ii) fixar a remuneração global anual da Diretoria e de Conselho de Administração; e (iii) outros assuntos de interesse geral. RJ, 11/04/2022. A Diretoria.

ÁGUAS DO IMPERADOR S/A
CNPJ nº 02.150.327/0001-75 - NIRE 33.3.0016655-6

Edital de Convocação. Convocamos os Srs. Acionistas desta Cia. a se reunirem no dia 25/04/2022, às 8h, na sede da sociedade na Rua Dr. Sá Earp nº 84, Morin, Petrópolis/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2021; (b) Destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; (c) Retenção de lucros; (d) Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2022; e (e) Assuntos gerais da Cia. Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Cia., cópias dos documentos referentes à ordem do dia. Petrópolis, 11/04/2022. João Henrique Tebyriça de Sá - Diretor. André Lermontov - Diretor.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO
DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA VARA CÍVEL

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO à LEVY LUIZ SILVA FIGUEIREDO e à ELISA RAMOS FIGUEIREDO, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação Sumária (Processo nº 0145420-39.1997.8.19.0001) proposta por SOCIEDADE DOS MORADORES SANTA MONICA CLASSIC HOUSES E QUALITY LIFE contra LEVY LUIZ SILVA FIGUEIREDO, na forma abaixo: A DRA. KÁTIA CILENE DA HORA MACHADO BUGARIM, Juíza de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **27.04.2022** e **03.05.2022, às 13:15 horas,** através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, do Leiloeiro Público **RODRIGO LOPES PORTELLA,** será apregoado e vendido o Imóvel situado na Rua Mario Autuori, nº 205, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R$ 1.733.639,65 (hum milhão, setecentos e trinta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos).- O edital na íntegra encontra-se no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

AUSTRAL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME 14.105.758/0001-07 / NIRE 33.3.0029883-5

Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 1. Data, Hora e Local: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2022, às 09:00 horas, por meio do *link* do aplicativo de videoconferência Microsoft Teams, disponibilizado pela **Austral Participações S.A.** ("Companhia"), conforme autorizado pela Lei nº 14.030 de 28 de julho de 2020 e regulamentado pela Instrução Normativa n.º 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI n.º 81"). Para todos os fins legais, a presente assembleia será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto na IN DREI nº 81. **2. Publicações, Convocação e Presença:** Edital de convocação publicado no jornal Monitor Mercantil, nas versões impressa e digital, nos dias 11 (página 5), 14 (página 6) e 15 (página 6) de março de 2022, nos termos do Estatuto Social da Companhia e de acordo com o disposto no artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). Os membros da mesa, indicados abaixo, atestam que os acionistas representando 85,9242395203553% do capital social total da Companhia compareceram de forma remota à presente Assembleia, por meio de acesso ao *link* do aplicativo de videoconferência Microsoft Teams, disponibilizado pela Companhia, nos termos da IN DREI n.º 81, o qual garante a efetiva participação e voto à distância dos acionistas, conforme a lista de presença consolidada no **Anexo I**. Os acionistas apresentaram os documentos de representação pertinentes à Companhia e submeteram as suas manifestações de voto por escrito até 30 (trinta) minutos antes da instalação desta Assembleia, conforme previsto na IN DREI nº 81 e no artigo 121, parágrafo segundo da Lei das S.A. Os acionistas declararam concordar com a gravação do conclave e com a utilização do acesso digital indicado pela Companhia, consignando que o sistema atende aos requisitos da IN DREI n.º 81, bem como atestam que seus direitos foram preservados. **3. Mesa: Presidente:** Sr. Bruno de Abreu Freire; **Secretária:** Sra. Daniella Lugarinho Fischer Matos. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre: **(i)** a lavratura da ata em forma de sumário; **(ii)** o exame, a discussão e a aprovação do 3º (terceiro) Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("3º Plano"), que conferirá direitos de aquisição ou integralização sobre ações ordinárias e/ou preferenciais (caso existam no momento da entrega de cada ação), todas nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Opções" e "Ações", respectivamente), equivalentes a 7% (sete por cento) do total do capital social da Companhia em bases totalmente diluídas, no contexto de oportunos aumentos autorizados no capital social da Companhia ou transferência de ações mantidas em tesouraria, e de seus respectivos anexos; e **(iii)** autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas na presente assembleia geral. **5. Deliberações:** Os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **(i) A lavratura da ata em forma de sumário.** Aprovar a lavratura da presente ata em forma de sumário, conforme Art. 130, § 1º, da Lei das S.A. **(ii) 3º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.** Aprovar o 3º Plano que, nos termos do Artigo 168, §3º, da Lei das S.A., estabelece as respectivas condições gerais de outorgas de direitos de aquisição sobre até 21.538.172 (vinte e uma milhões, quinhentas e trinta e oito mil, cento e setenta e duas) Ações, equivalentes a 7% (sete por cento) do total do capital social da Companhia em bases totalmente diluídas existente na presente data,e seus respetivos anexos, nos termos do Doc. 1 e que ficará arquivado na sede social. As Opções outorgadas poderão ser exercidas no contexto de oportunos aumentos autorizados no capital social da Companhia ou transferência de ações mantidas em tesouraria, nos termos do referido Doc. 1. **(iii) Autorização aos administradores da Companhia**. Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas na presente assembleia geral. **6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Todos os acionistas declararam concordar com a realização da presente Assembleia na forma digital, a utilização do sistema digital disponibilizado pela Companhia, que garante a segurança, confiabilidade e transparência do conclave, bem como concordam expressamente com a gravação na íntegra do conclave, cuja gravação integral ficará arquivada na sede da Companhia, nos termos da IN DREI nº 81. O Presidente declarou que todos os requisitos para realização da presente Assembleia foram devidamente atendidos, especialmente aqueles previstos na IN DREI n.º 81. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o §1º do artigo 130 da Lei das S.A., a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelo presidente e secretário da mesa, conforme previsto na IN DREI nº 81, os quais certificam o comparecimento de forma remota dos acionistas presentes. Mesa: Bruno de Abreu Freire – Presidente; Daniella Lugarinho Fischer Matos – Secretária. Acionistas Presentes: Alessandro Monteiro Morgado Horta (pp.Daniella Lugarinho Fischer Matos), Gilberto Sayão da Silva (pp. Daniella Lugarinho Fischer Matos), Paulo Fernando Carvalho de Oliveira (pp. Daniella Lugarinho Fischer Matos), Bruno de Abreu Freire, International Finance Corporation (IFC) (pp. Daniella Lugarinho Fischer Matos) e Vinci Capital Partners II A Fundo de Investimento em Participações (pp. Daniella Lugarinho Fischer Matos). ***Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.*** Rio de Janeiro, 28 de março de 2022. Mesa: **Bruno de Abreu Freire -** Presidente; **Daniella Lugarinho Fischer Matos -** Secretária. **Certidão:** Jucerja reg. sob o nº 4829250 em 31/03/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Quanto menor a taxa de administração de um fundo maior o retorno

Fundo focado majoritariamente em títulos públicos

Avaliar a taxa de administração de um fundo de investimento deve ser o primeiro passo antes de investir, principalmente no caso de fundos de renda fixa. O real impacto das taxas de administração nos fundos de renda fixa pode não ser tão claro assim. Pensando justamente nisso, a Onze, fintech de saúde financeira, analisou a relação entre a rentabilidade dos fundos de investimento de renda fixa previdenciários e as taxas de administração.

Para o estudo foram considerados todos os fundos de investimento de renda fixa previdenciários com mais de cinco anos de histórico e que não sejam fundos master. "Na análise, os fundos foram segregados em quatro quartis, conforme suas taxas de administração: o primeiro quartil contempla os 25% dos fundos com menor taxa de administração, enquanto o quarto quartil contempla os 25% com maiores taxas", explica Samuel Torres, consultor financeiro da Onze. Os cortes de cada quartil foram os seguintes:

Quartil	Taxas de Administração
1º	Até 0,61%
2º	Entre 0,61% e 0,96%
3°	Entre 0,96% e 1,50%
4º	Acima de 1,50%

Em seguida, foram levantadas as rentabilidades médias históricas (líquidas de taxas de administração e outros custos) dos fundos de cada quartil em cinco janelas de tempo: 12 meses, 24 meses, 36 meses, 48 meses e 60 meses. "Os dados indicam que, historicamente, para prazos superiores a um ano, existe uma correlação bastante alta entre os retornos dos fundos de investimento em renda fixa previdenciários e as taxas de administração: quanto menores as taxas, maiores os retornos", pontua Samuel.

Considerando o maior prazo da análise, 60 meses, a média dos retornos anualizados dos fundos do primeiro quartil foi 61% superior à dos fundos do quarto quartil, mostrando a significativa diferença no bolso do investidor que pode fazer a simples comparação de taxas de administração no caso de fundos de renda fixa.

Após o estudo, a fintech lançou o Onze Zurich Previdência Renda Fixa, um fundo focado majoritariamente em títulos públicos, que cobra apenas 0,45% ao ano de taxa de administração. Com essa taxa, o fundo se situa no primeiro quartil de taxa de administração, ou seja, estará entre os fundos mais baratos disponíveis para os investidores de planos de previdência privada no Brasil.

"A Onze Gestora iniciou em 2019 em um ambiente econômico distinto do atual. Naquele momento, os juros estavam em níveis baixos e os investidores apresentavam um crescente apetite por produtos de risco. Porém, os acontecimentos recentes alteraram o ambiente de investimentos e trouxeram uma nova realidade aos investidores", pontua Jonas Chen, gestor de investimentos da Onze.

A alta da inflação e as incertezas políticas, internas e externas, impulsionaram novamente os juros a patamares de dois dígitos. Dado esse novo pano de fundo, nos últimos 12 meses, o apetite por fundos de renda fixa tem sido crescente, tanto que essa é uma das classes que mais captou nos últimos seis meses.

"O novo fundo poderá proporcionar vantagens muito competitivas aos investidores em sua jornada de construção patrimonial. Além de uma das menores taxas de administração do mercado, o fundo é caracterizado por alta liquidez, resgate D+2 e nenhuma taxa de performance", finaliza Chen.

Petrobras paga quem teve seus títulos aceitos para recompra

A Petrobras, em complemento ao comunicado divulgado em 05 de abril de 2022, informou o resultado da oferta de recompra de títulos globais efetuada pela sua subsidiária integral Petrobras Global Finance B.V. (PGF). O pagamento aos investidores que tiveram seus títulos entregues e aceitos para recompra ocorrerá no dia 14 de abril.

Considerando que o montante ofertado pelos investidores, na oferta de recompra do Grupo 1, ficaria acima do limite de US$ 1 bilhão préestabelecido para aquele grupo, a PGF aumentou o limite de recompra para US$ 1.634.162.597,01, de forma que todo o volume ofertado pelos investidores do Grupo 1 foi aceito. Considerando que o volume ofertado pelos investidores do Grupo 2 ficou dentro do limite de US$ 1 bilhão, previamente estabelecido, o volume total ofertado nesse grupo também foi aceito.

Dessa forma, o volume de principal validamente entregue pelos investidores, excluídos juros capitalizados e não pagos, foi de US$ 1.756.439.000,00, € 135.488.000,00 e £ 32.049.000,00 para os bonds denominados em dólares, euros e libras, respectivamente. Adicionalmente, há um montante de US$ 65.435.000,00 ainda sujeito à validação, de acordo com os termos da operação.

A estatal informou que os investidores que tiveram os títulos entregues e aceitos farão jus ao pagamento total respectivo, conforme abaixo definido, calculado às 11:00h da cidade de Nova York em 11 de abril de 2022.

ORIGEM ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 32.021.201/0001-61 - NIRE 33.300.338.926

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de abril de 2022. 1. Data, Horário e Local: Realizada em 06/04/2022, às 18h, na sede social da **Origem Energia S.A.**, localizada na Rua Mena Barreto, nº 120, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22271-100 ("Companhia"). **2. Convocação, Presença e Publicação**: Dispensadas a publicação de editais de convocação, face ao comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas, foram dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa**: A Assembleia foi presidida pelo Sr. Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan e secretariada pelo Sr. Luiz Felipe Coutinho Martins Filho. **4. Ordem do dia**: Deliberar sobre: **(a)** a outorga, nos termos do artigo 12, parágrafo único, item (o), do estatuto social da Companhia, da Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo), pela Companhia, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento e/ou cumprimento das obrigações assumidas pela Origem Energia Alagoas S.A. ("Emissora") e pela Companhia, perante (1) os debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie com garantia real da Emissora, no valor total de R$ 690.413.000,00 (seiscentos e noventa milhões, quatrocentos e treze mil reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta Restrita"), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Origem Energia Alagoas S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário", "Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente); e (2) o Banco Bradesco S.A. ("Agente de Swap"), no âmbito do "Contrato de Operações de Derivativos" ("Contrato de Swap"), a ser celebrado entre a Emissora e o Agente de Swap; **(b)** autorização da celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo), a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário, o Agente de *Swap* e a Emissora; **(c)** a outorga de procuração, em favor do Agente Fiduciário e do Agente de *Swap*, nos termos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e com prazo de vigência até o fim do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; **(d)** ratificação das decisões tomadas pelos conselheiros da Companhia na reunião do conselho de administração da Companhia, no dia 06 de abril de 2022; e **(e)** a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados às matérias acima. **5. Deliberações**: Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos e tomadas as seguintes deliberações, as quais foram aprovadas por unanimidade de votos dos presentes, sem quaisquer restrições ou ressalvas: **(a)** aprovar a outorga de alienação fiduciária da totalidade das ações presentes e futuras de emissão da Emissora detidas pela Companhia, bem como (a) todas as ações: (1) derivadas de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das ações de emissão da Emissora e quaisquer bens ou títulos nos quais as ações de emissão da Emissora sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários); (2) oriundas da subscrição de novas ações representativas do capital social da Emissora, bem como de bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação societária da Companhia na Emissora; e (3) de emissão da Emissora recebidas, conferidas e/ou adquiridas pela Companhia (direta ou indiretamente) por meio de consolidação, fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, divisão, reorganização societária ou de qualquer outra forma (observadas as restrições previstas no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e na Escritura de Emissão, conforme aplicável), sejam tais ações ou direitos atualmente ou futuramente detidas pela Companhia (em conjunto, as "Ações"), (b) todos os dividendos (em dinheiro, espécie ou mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, rendimentos, pagamentos, créditos, remuneração, bonificação, direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições, reembolso de capital, bônus e demais valores efetivamente creditados, pagos, entregues, recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos à Companhia em razão da titularidade das Ações, sem limitar, todas as preferências e vantagens que forem atribuídas expressamente às Ações, a qualquer título, inclusive lucros, proventos decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre o capital próprio, valores devidos por conta de redução de capital, amortização, resgate, reembolso ou outra operação e todos os demais proventos ou valores que de qualquer outra forma tenha sido e/ou que venham a ser declarados e ainda não tenham sido distribuídos, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Ações, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) e (c) o direito de subscrição de novas ações representativas do capital social da Emissora, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação acionária da Companhia, conforme o caso, bem como direitos de preferência e opções referentes aos Bens e Direitos Alienados Fiduciariamente ("Ações Alienadas Fiduciariamente" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente), no âmbito da Emissão, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, e no "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de alienante, a Emissora, na qualidade de interveniente anuente, o Agente de *Swap*, e o Agente Fiduciário, na qualidade de credores ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); **(b)** aprovar a celebração, pela Companhia, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, bem como seus eventuais aditamentos; **(c)** aprovar outorga de procuração, em favor do Agente Fiduciário e do Agente de *Swap*, nos termos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e com prazo de vigência até o fim do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; **(d)** a ratificação das decisões tomadas pelos conselheiros da Companhia na reunião do conselho de administração da Companhia, no dia 06 de abril de 2022; e **(e)** a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados às deliberações acima. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi encerrada a presente assembleia e lavrada a presente ata na forma sumária, conforme concordância dos presentes, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas**: Acionistas Presentes: PSS Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior, Luiz Felipe Coutinho Martins Filho, Luna Maria Teixeira Viana e Nathan Allan Biddle. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no livro próprio. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2022. **Mesa**: Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan - Presidente. Luiz Felipe Coutinho Martins Filho - Secretário. JUCERJA nº 4842513 em 11/04/2022.

Empresas norte-americanas ampliaram aquisições no Brasil

O mercado transacional brasileiro registrou no primeiro trimestre de 2022, 569 operações com valor total de R$ 63,9bilhões , de acordo com o relatório do Transactional Track Record em colaboração com o Intralinks publicado nesta terça-feira. Os Estados Unidos e a Alemanha, com 70 e 14 transações, respectivamente, são os países que mais investiram no Brasil.

Os números significam um aumento de 19% no número de transações em relação ao mesmo período de 2021. Do total das transações, 46% possuem os valores revelados e 74% das operações já estão concluídas. O setor de Internet, Software & IT Services foi o mais ativo no período, com um total de 102 transações, representando uma diminuição de 37% em relação ao mesmo período de 2021. Em segundo lugar está o setor de Industry-Specific Software, com 91 transações.

Âmbito Cross-Border

No primeiro trimestre de 2022, as empresas brasileiras escolheram os Estados Unidos como seu principal destino de investimento, com 10 transações e um total de R$ 1,1bilhão, seguido pela Colômbia com cinco operações e pelo Uruguai, com quatro transações.

O volume de empresas norte-americanas que adquirem empresas brasileiras representou um aumento de 34% em comparação com o mesmo período do ano passado. Já as aquisições estrangeiras nos setores de Tecnologia e Internet aumentaram em 48%. Em relação aos fundos estrangeiros de Private Equity e Venture Capital que investem em empresas brasileiras, houve uma diminuição de 27% no primeiro trimestre.

Em Private Equity, foram contabilizadas 24 transações e um total de R$ 3,9bilhões no período, registrando uma queda de 29% no número de operações, em comparação com o mesmo período de 2021.

No âmbito do Venture Capital, foram realizadas 173 rodadas de investimento, movimentando um capital de R$ 8,9 bilhões, o que resulta um aumento de 16% no número de transações. No segmento de Asset Acquisitions, foram registradas 50 transações e um total de R$ 12,7bilhões no primeiro trimestre, representando um crescimento de 28% no número de operações, em relação ao mesmo período do ano passado.

Transação do trimestre

A transação destacada pelo TTR no primeiro trimestre de 2022, foi a conclusão da venda do projeto de mineração de fosfato Salitre no Brasil da Yara Brasil Fertilizantes para a EuroChem Brasil. O valor da transação é de US$ 452 milhões. A operação teve a assessoria jurídica dos escritórios Veirano Advogados; Norton Rose Fulbright UK; Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados; e Dentons UK. A Intralinks foi responsável pelo Virtual Data Room.

Tecnologia

Em depoimento ao TTR, Eduardo Lanna, sócio na área de Fusões e Aquisições, Societário, Private Equity e Governança Corporativa do Cescon, Barrieu Flesch & Barreto Advogados, relatou quais setores os investidores internacionais podem encontrar as maiores oportunidades no Brasil: "O setor de tecnologia, com destaque para as fintechs e healthtechs, continuará em alta com boas oportunidades de investimento e consolidação, seja por grandes players do setor, fundos e venture capital".

Segundo ele, o mercado de energia também se mostra forte e com tendência de alta considerando as oportunidades de investimento, busca por uma matriz renovável, desenvolvimento de tecnologias de geração (eólica, solar, biomassa e hidrogênio verde), transição energética e seu importante papel no compromisso ESG das companhias de uma forma geral.

Ele disse que o setor de saúde também continua com boas oportunidades e com tendência de alta. "Acompanhamos grandes transações no setor e é provável que essa consolidação continue", acredita.

Para Lanna, o setor de agronegócios e infraestrutura (privatizações de iluminação pública, saneamento, novas concessões de aeroportos e rodovias) devem continuar atraindo grandes investidores com um mercado movimentado."

Ranking de assessores financeiros e jurídicos

O relatório publica os rankings de assessoria financeira e jurídica do primeiro trimestre de 2022 em M&A, Private Equity, Venture Capital e Mercados de Capitais, onde a atividade dos assessores é refletida pelo número de transações e pelo valor total.

Quanto ao ranking de assessores financeiros, por número de transações e em valor, lidera o Banco BTG Pactual, com 16 operações e um total de R$ 22,1 bilhões.

No que se refere ao ranking de assessores jurídicos, por número de transações em 2022 lidera o escritório Bronstein Zilberberg Chueiri & Potenza Advogados, com 36 operações. Em valor, lidera o BMA – Barbosa Müssnich Aragão contabilizando um total de R$ 17,0 bilhões.

AMARELINHO BARRA COOPERATIVA DE TÁXI LTDA
CNPJ nº 02.719.937/0001-47 / NIRE nº 33.4.000.3050-8
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA

AMARELINHO BARRA COOPERATIVA DE TÁXI LTDA, na forma do Art. 45 e 46 da Lei nº 5764/71, convoca os seus 097 cooperados em dia com suas obrigações sociais a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária exclusiva para votação em cédula a ser realizada em **25/04/2022,** frente a cabine do pa-1º, situada na rua jornalista Ricardo Marinho S/Nº, esquina com Av. das Américas, frente ao acesso do edifício BLUE CHIP – Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, com 1ª convocação às 08:00h, com quorum mínimo de instalação de 2/3 do Quadro Social; 2ª convocação às 09:00h com quorum mínimo de instalação de ½ mais um do Quadro Social; 3ª e última convocação às 10:00h com quórum mínimo de instalação de 10(dez) cooperados presentes e em dia com suas obrigações sociais para analisarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: - Aprovação do uso da Camisa do Uniforme para fora da Calça; - Condições para o sistema de rendição entre o Permissionário e o Motorista Auxiliar. - Eleição para o cargo de Diretor Operacional. Rio de Janeiro, 12 de abril 2022. A urna ficará a disposição até às 14:00- horas.

Weber Alves Brandão
Diretor Presidente

BANCO CLASSICO S.A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

Edital de Convocação: Ficam convidados os Senhores Acionistas a comparecerem a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em nossa sede social, sito a Avenida Presidente Vargas, 463 - 13º andar - centro RJ, no dia 29 de abril de 2022 as 10 horas, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: 1) Exame do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como do relatório (parecer) dos Auditores Independentes; 2) Destinação do lucro líquido 3) Outros assuntos do interesse da sociedade. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2022 – A Diretoria.

CONDOMÍNIO GUADALUPE SHOPPING
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Atendendo determinação da Síndica vimos, pelo presente, convocar os Senhores Condôminos para comparecerem a **Assembleia Geral Ordinária** do Condomínio Guadalupe Shopping, que será realizada no próximo dia **26/04/2022**, terça-feira, na sala de reunião no próprio shopping, às 09:30hs em 1ª convocação com o "quórum" legal ou às 10:00hs, em 2ª e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre os seguintes assuntos constantes da "Ordem do Dia": 1) Aprovação da prestação de contas do exercício findo; 2) Eleição de Síndico e Subsíndico por um período de 02 (dois) anos; 3) Eleição dos Membros do Conselho Consultivo por um período de 02 (dois) anos; 4) Aprovação da previsão orçamentária para o período de 2022 / 2023 (anexa); 5) Atualização sobre ação movida pelo Condomínio contra a Cedae; 6) Atualização sobre ação trabalhista movida contra o Condomínio e 7) Assuntos Gerais. Para votação ou participação na assembleia o condômino deverá estar quite com as cotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da assembleia (art.1335. III. do Código Civil). O representante deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida (Parágrafo 2° do Art. 654 do Código Civil). Em caso de instrumento de procuração confeccionado de modo eletrônico, com assinatura digital, o mesmo deve ser encaminhado para o email gerencia5@protel.com.br, com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas) da data da assembleia, com a indicação do endereço eletrônico ou do procedimento para aferição de sua autenticidade, sem o que não será aceito, sendo vedada sua eventual verificação no ato da assembleia. RJ 11/04/2022. **Protel Administração Hoteleira**
Alfredo Lopes de Souza Júnior - Diretor

AgeRio — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

CÍNTIA ALVES SALGUEIRO SAVELLI, CPF nº 028.191.657-88, DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., CNPJ nº 05.940.203/0001-81. ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que a declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet) Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf
Gerência-Técnica no Rio de Janeiro (Deorf/GTRJA)
Rio de Janeiro, 08 de abril de 2022.

ÁGUAS DE NITERÓI S/A
CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6

Edital de Convocação. Convocamos os Srs. Acionistas desta Cia. a se reunirem no dia 20/04/2022, às 12h, na sede da sociedade na Rua Marques de Paraná nº 110, Centro, Niterói/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2021; **(b)** Destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; **(c)** Retenção de lucros; **(d)** Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2022; **(e)** Contratação de Prestação de Serviços; **(f)** Eleição/reeleição da Diretoria; e **(g)** Assuntos gerais da Cia. Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Cia., cópias dos documentos referentes à ordem do dia. Niterói, 11/04/2022. Bernardo Machado Alves Gonçalves - Diretor; Leonardo das Chagas Righetto - Diretor.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/ME 02.600.854/0001-34 - NIRE 33.300.260.528

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2022. DATA, HORA E LOCAL: 22 de março de 2022, às 15h00. Devido à importância e urgência do assunto constante da Ordem do Dia, a reunião foi realizada de forma virtual, conforme previsto no parágrafo único do Artigo 17 do Estatuto Social da TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("Companhia"). **PRESENÇAS:** Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia com a presença dos Srs. Alberto Mario Griselli, Biagio Murciano, Lorenzo Canu, e da Sra. Sabrina Di Bartolomeo. Participou, ainda, da presente reunião, o Sr. Jaques Horn, Diretor e Secretário. **MESA:** Sr. Alberto Mario Griselli – Presidente; e Sr. Jaques Horn – Secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio ("JSCP") da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre a matéria constante da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **Aprovaram** com fundamento no Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de **R$118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais)**, a título de Juros sobre Capital Próprio ("JSCP"), aos acionistas da Companhia. O pagamento ocorrerá até o dia 27 de abril de 2022, sem a aplicação de qualquer índice de atualização monetária e serão retidos 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda na Fonte, por ocasião do crédito de JSCP, sujeito ainda à variação decorrente de eventuais mudanças no valor de JSCP por ação, a ser distribuído pela sociedade controlada pela Companhia, TIM S.A. **ESCLARECIMENTOS E ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 22demarçode2022.**JAQUESHORN-**SecretáriodaMesa.Jucerjanº4824178, em 29/03/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral

---

LOGUM LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF 09.584.935/0001-37 / NIRE 33.300.295.127

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE").

Ficam os acionistas convocados, na forma prevista nos artigos 123 e 124 da Lei nº 6.404/76 e nos arts. 11 e 12 do Estatuto Social da Logum Logística S.A. ("Companhia"), a participar da AGOE, sob a forma digital, conforme disposto na Instrução Normativa nº 81/2020 do DREI, a ser realizada no dia 27/04/2022, às 10h, com o fim de debater e deliberar sobre as seguintes matérias: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) apreciação das Demonstrações Financeiras com as contas dos administradores, Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021; (ii) destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2021; (iii) eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: (iv) Remuneração Global dos Administradores para o período de maio/2022 a abril/2023; (v) Política de Retenção de Executivos; (vi) aumento do limite de aportes para o Projeto Logum Fase I, no âmbito do Plano de Investimentos; (vii) recebimento da renúncia do Conselheiro João Roberto Gonçalves Teixeira ao cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia; (viii) recomposição do Conselho de Administração por indicação da acionista Copersucar S.A. com eleição de membro titular e membros suplentes. Para os fins legais, a AGOE será formalmente realizada a partir da sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 902, Centro, Rio de Janeiro/RJ. Será facultada, conforme legislação aplicável, a participação e voto dos acionistas via teleconferência e aplicativo Microsoft Teams, com a identificação de acionistas, registro de manifestações, transmissão de documentos e apresentações, bem como a gravação do conclave em áudio e vídeo. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na AGOE estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia e serão encaminhados aos representantes legais devidamente capacitados mediante solicitação. O acionista poderá ser representado na AGOE por seu representante legal ou por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. As pessoas que comparecerem à AGOE deverão exibir documento hábil de identidade e documentos comprobatórios dos respectivos poderes (inclusive poderes para outorga de procurações, se for o caso).

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2022.
Jorge Celestino Ramos
Presidente do Conselho de Administração.

CLUBE MONTE LÍBANO
CNPJ/MF nº 34.036.434/0001-63
ELIMINAÇÃO DE TÍTULOS

Comunicamos a eliminação do título de nº 449 do nosso Quadro Social.
Rio de Janeiro, 13 de abril de 2022.

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A
CNPJ nº 02.013.199/0001-18 - NIRE 33.3.0016564-9

Edital de Convocação. Convocamos os Srs. Acionistas desta Cia. a se reunirem no dia 22/04/2022, às 16h, na sede da sociedade à Rodovia Amaral Peixoto, s/n, Km 91, Bananeiras, Araruama/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2021; (b) Destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; (c) Retenção de lucros; (d) Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2022; (e) Contratação de Prestação de Serviços; (f) Eleição/reeleição da Diretoria; e (g) Assuntos gerais da Cia. Araruama, 11/04/2022. Carlos Alberto Vieira Gontijo - Diretor; Leonardo das Chagas Righetto - Diretor.

NOSSA SENHORA DO CARMO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 38.248.384/0001-39 - NIRE 33300337300
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2021

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 03/12/2021, às 10h, na sede social da **NOSSA SENHORA DO CARMO PARTICIPAÇÕES S.A.**, Rio de Janeiro/RJ, na R. Jaguaruna, 105, parte, Campo Grande, CEP 23080-160 ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia consoante o disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das SA"), em razão da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA**: Presidente: Sr. Rogério Reis de Castro; Secretário: Sr. Marcio Alves Sanjar. **4. ORDEM DO DIA**: Discutir e deliberar sobre: **(i)** Ratificação da nomeação e da contratação de **Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua do Passeio, 62, 6º andar, Centro, CEP 20021-290, CNPJ/ME nº 08.681.365/0001-30 e CRC/RJ nº 005112/O-9 ("Avaliadora"), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação, com data-base de 31/10/2021 ("Data-Base") e com base no critério contábil do patrimônio líquido de **CGMB Serviços Médicos e Hospitalares do Rio de Janeiro Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua Visconde de Santa Cruz, nº 172, Engenho Novo, CEP 20950-340, CNPJ/ME nº 04.714.849/0001-88, com seus documentos societários arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33211162270 ("CGMB" ou "Incorporada"), pela Companhia ("Incorporação"), nos termos do artigo 227, §3º, da Lei das SA ("Laudo"), a ser incorporada pela Companhia, nos termos e condições descritos no Protocolo e Justificação, celebrado entre as administrações da Companhia e da CGMB, em 03/12/2021 ("Protocolo" e "Incorporação", respectivamente); **(ii)** Exame e aprovação do Laudo; **(iii)** Apreciação e aprovação do Protocolo; **(iv)** Apreciação e aprovação da Incorporação, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo; e **(v)** autorização para que a Diretoria pratique os atos necessários à implementação das deliberações anteriores, caso sejam aprovadas pelos Acionistas da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES**: após o exame e a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a totalidade dos acionistas, sem ressalvas e por unanimidade de votos: **(i)** Ratificou a nomeação e a contratação da Avaliadora, como empresa especializada responsável pela elaboração do Laudo, nos termos dos artigos 226 e 227 da Lei das SA; **(ii)** Aprovou o Laudo, cuja cópia consta do Anexo 3.1 do Protocolo; **(iii)** Aprovou o Protocolo, nos termos do Anexo I a presenta ata; **(iv)** Aprovou a Incorporação, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo. Conforme disposto no Protocolo, em decorrência da qual a Incorporada será extinta e sucedida pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e suas obrigações. (a) Efeitos no Capital Social. A Incorporação não resultará em aumento de capital da Companhia, o qual permanecerá inalterado, considerando que o investimento que a Companhia possui na Incorporada será cancelado e substituído pelos ativos e passivos constantes da Incorporada pela Companhia. Não haverá alteração da participação societária atualmente detida pelos acionistas da Companhia, nem a emissão de novas ações, permanecendo em pleno vigor e efeito todos os artigos do Estatuto Social da Companhia em razão da Incorporação. (b) Relação de Substituição. No contexto da Incorporação não há relação de troca de ações ou aumento de capital. Consequentemente, os acionistas consignaram o expresso reconhecimento da inaplicabilidade do artigo 264 da Lei das SA, tendo em vista que a Companhia é a única sócia da Incorporada. (c) Sucessão e Extinção. Em face das deliberações acima, declarar, nos termos do Artigo 227, §3º, da Lei das SA, efetivada a Incorporação, em decorrência do que, a Incorporada e sua única filial serão extintas e sucedidas pela Companhia em todos os seus direitos e obrigações. **(v)** Autorizou a Administração da Companhia a praticar todos os atos e a assinar todos os documentos necessários à implementação e efetivação das deliberações ora tomadas, bem como os registros, averbações e publicações necessários junto aos órgãos competentes. **6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA E LEITURA DA ATA**: Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, e aprovada a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei das SA, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os acionistas presentes. **7. ASSINATURAS**: **Mesa**: Presidente: Sr. Rogério Reis de Castro; Secretário: Sr. Marcio Alves Sanjar. **8. ACIONISTAS PRESENTES**: ***Ímpar Serviços Hospitalares S.A.***, representada por seus Diretores, Sr. Emerson Leandro Gasparetto e Sr. Artur de Barros Avancini e MJF Holding Do Brasil Participações LTDA., representada por seus Diretores, Sr. Fernando Pereira Ciraudo e Sra. Maria José Ciraudo Aristocolo. Rio de Janeiro/RJ, 03/12/2021. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Marcio Alves Sanjar - Secretário. JUCERJA - Certifico o arquivamento em 02/02/2022 sob o nº 00004753273, protocolo 00-2022/092317-5 - 20/01/2022.

Inflação dos EUA continua subindo

A inflação dos EUA também está em elevação. "O índice de preços ao consumidor americano, ou CPI em inglês, subiu para 8,5% nos 12 meses até março, praticamente em linha com as previsões dos economistas de 8,4%, mas foi o núcleo do CPI, que exclui alimentos e energia, que dominou a atenção". A análise é de Marcelo Oliveira, CFA e fundador da Quantzed, empresa de tecnologia e educação financeira para investidores.

O núcleo do CPI subiu 0,3% em março, abaixo da previsão dos economistas de alta de 0,5%, liderada por uma "queda maior do que o esperado nos preços dos principais bens ao lado de uma surpreendente queda nos aluguéis".

"Isso a princípio puxou as bolsas lá fora para cima em um primeiro momento. Mas acredito que a bolsa lá fora tenha entregado os ganhos intra-diário, pois acreditamos que o FED, banco central dos EUA, ainda está muito longe de uma vitória contra a inflação e terá que permanecer no modo de combate a esse problema", explicou Oliveira.

Segundo ele, o CPI norte-americano veio um pouco melhor do que o esperado. Veio em linha o número cheio e o núcleo um pouco abaixo, o que dá uma falsa impressão para o mercado americano de que as coisas estão sob controle. "Estamos falando de uma inflação em 8% sendo que a meta é 2%. Por ora, alivia um pouco a falsa impressão de que as coisas estão saindo do controle porque o mercado sobe na empolgação. Brasil se beneficia, dólar fica mais depreciado perante o real, que ganha força com esse número em linha", avalia.

Delphos DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S/A CNPJ/MF nº 33.697.723/0001-40

Senhores acionistas, O ano de 2021 foi um período de muitas mudanças. A área financeira e contábil foi reorganizada, viabilizando o saneamento dos atrasos de pagamentos por parte dos clientes e a conquista da menor inadimplência dos últimos anos. A empresa gerou um resultado operacional positivo maior do que o orçado. A necessidade de adesão ao parcelamento na SRF, de uma dívida de R$ 980.183,40 relativa a processos de 2002/2003 referente à IRRF e COFINS de 2002 e 2003, contribuiu drasticamente para o lucro líquido negativo. Outro fator importante foram as obras de adequação e reparos de problemas na sede da Matriz e na mudança de endereço da sucursal São Paulo, para mitigar os riscos em relação à COVID-19 e receber os colaboradores aos trabalhos presenciais. Em função da necessidade de modernização do parque tecnológico, e da entrada de novos clientes com alta volumetria de dados, iniciamos a migração dos nossos servidores para a nuvem, garantindo a melhoria da performance e a proteção das informações, com a previsão de alta redução dos custos de médio a longo prazo. **A DIRETORIA**

Balanços Patrimoniais findos em 31/12/2021 e 2020 (Em reais)

ATIVO	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e Equivalente a Caixa	3	1.037.392	222.798
Contas a Receber	4	963.662	1.621.250
Impostos a Recuperar	5	642.183	166.069
Adiantamentos		78.884	52.660
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		**2.722.121**	**2.062.777**
Não Circulante			
Realizavel a Longo Prazo			
Partes relacionadas		-	230.756
Depósitos judiciais	6	3.068.848	2.910.709
Direitos a receber		251.005	251.005
Imposto Diferido	14	547.818	3.809.728
Imobilizado	7	501.669	435.949
Intangível	8	505.585	720.065
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.874.925	**8.358.212**
TOTAL DO ATIVO		**7.597.046**	**10.420.989**

PASSIVO	Nota	2021	2020
Circulante			
Contas a Pagar		593.041	66.107
Salários e Encargos Sociais		354.770	349.574
Provisão de Férias		721.537	730.429
Impostos e Contribuições a Recolher	9	344.757	461.749
Emprestimos - Conta Garantida	10	992.753	1.348.155
Parcelamento - Rfb		196.073	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		**3.202.931**	**2.956.014**
Não Circulante			
Provisão para contingências	11	228.473	205.928
Parcelamento - Rfb	12	767.774	-
Contas a Pagar -Acionistas	13	140.918	140.918
Partes Relacionadas		293.180	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE		**1.430.345**	**346.846**
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	20.900.000	20.900.000
Reserva legal		96.004	96.004
Reserva de lucros a realizar		2.547	2.547
Ações em Tesouraria		(1.254.000)	(1.254.000)
Resultado acumulados		(16.780.781)	(12.626.422)
TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO		**2.963.770**	**7.118.129**
TOTAL PASSIVO		**7.597.046**	**10.420.989**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31/12/2021 e 2020 (Em Reais)

	Capital social	(-) Açoes em tesouraria	Reserva legal	Retenção de lucro	Prejuízo acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**20.900.000**	**(1.254.000)**	**96.004**	**2.547**	**(12.896.255)**	**6.848.296**
Lucro do Exercício	-	-	-	-	**269.833**	269.833
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**20.900.000**	**(1.254.000)**	**96.004**	**2.547**	**(12.626.422)**	**7.118.129**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.154.359)	(4.154.359)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**20.900.000**	**(1.254.000)**	**96.004**	**2.547**	**(16.780.781)**	**2.963.770**

Demonstração dos Resultados em 31/12/2021 e 2020 (Em reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida	16	16.267.954	13.430.708
Custos dos serviços prestados		(8.681.303)	(5.740.041)
Lucro bruto		7.586.651	7.690.667
Despesas gerais e administrativas	17	(6.739.322)	(6.744.927)
Resultado financeiro, líquido		(1.122.803)	(392.632)
Outras despesas operacionais liquidas		(616.976)	-
Lucro (prejuízo) liquido antes da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social		**(892.450)**	**553.108**
Provisão para IRPJ e CSLL			
Imposto de renda		-	(70.471)
Contribuição social		-	(34.846)
Imposto de renda diferido		(2.398.462)	(130.852)
Contribuição social diferido		(863.447)	(47.106)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(4.154.359)**	**269.833**
Lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações		**(199)**	**12,91**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2021 e 2020 (Em reais)

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	**(4.154.359)**	**269.833**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2021 e 2020 (Em reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(4.154.359)	269.833
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	377.909	808.641
	(3.776.450)	1.078.474
Variações nos ativos e passivos		
Clientes	657.589	(496.083)
Impostos a recuperar	(476.114)	223.791
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.261.909	177.958
Adiantamentos	(26.224)	16.162
Despesas antecipadas	-	-
Partes relacionadas	523.936	(176.153)
Depósitos judiciais	(158.139)	(752.023)
Salários e encargos sociais	5.196	72.732
Impostos e contribuições a recolher	(116.992)	318.455
Provisão para férias	(8.892)	371.465
Contas a pagar	171.532	(412.729)
Parcelamento - RFB	963.847	
Provisão para contingências	22.545	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.043.743	422.049
Fluxos de Caixa das atividades de investimento		
Aquisição imobilizado e intangível	(229.149)	(269.704)
Caixa aplicada nas atividades de investimentos	(229.149)	(269.704)
Aumento no caixa e equivalente de caixa	**814.594**	**152.345**
Caixa e equivalente de caixa :		
No início do exercício	222.798	70.453
No final do exercício	1.037.392	222.798
Aumento no caixa e equivalente de caixa	**814.594**	**152.345**

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Delphos Serviços Técnicos S.A., é uma empresa de direito privado em forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de maio de 1967, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, RJ e tem como objetivo a prestação de serviços técnicos, por conta própria ou de terceiros, nas áreas de informática, regulação de sinistros e gestão de processos, tendo como foco o mercado segurador. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abragem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Em reunião de diretoria realizada em 05 abril de 2022 foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis, estando aprovadas para divulgação. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. a) Estimativas: A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem o valor residual do ativo imobilizado e os saldos das contas de clientes, de contas a pagar e demais obrigações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Entretanto, a Companhia revisa anualmente suas estimativas e premissas contábeis. b) Aplicações financeiras: Estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. c) Clientes: São avaliados pelos montantes originais das vendas de serviços, deduzidas da respectiva perda estimada de crédito de liquidação duvidosa. A perda estimada de crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando uma Nota Fiscal completa 180 dias sem o seu pagamento, após cobrança exaustiva da mesma. d) Impostos a recuperar: Os impostos a recuperar são representados por retenções na fonte de imposto de renda e contribuição social, sobre os recebimentos de Clientes, e imposto de renda sobre aplicação financeira os quais serão compensados com os respectivos valores a recolher de Imposto de Renda e Contribuição Social. e) Ativo imobilizado e intangível: O imobilizado está apresentado pelo custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. A Companhia não efetuou a revisão dos prazos de vida útil do seu ativo imobilizado e do seu ativo intangível, por considerar não ser relevante. Entretanto, efetuou inventário dos seus bens, realizando baixas relevantes de ativos obsoletos em dezembro de 2021. O intangível está representado por Softwares desenvolvidos internamente, contabilizados pelo custo original e por Programas de Computador adquiridos no mercado, que estão contabilizados pelo custo de aquisição, menos amortização. A amortização foi calculada pelo método linear com base na estimativa de vida útil econômica dos bens. Em atendimento ao Pronunciamento Técnico, que dispõe sobre a avaliação periódica da recuperabilidade de todas as contas componentes do ativo imobilizado e intangível, a Administração da Companhia entende que os valores registrados em 31 de dezembro de 2021, estão dentro das suas normalidades. f) Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. g) Resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2021	2020
Bancos conta movimento	694.707	146.635
Aplicação Financeira Vinculada	342.685	76.163
	1.037.392	222.798

Os saldos de bancos são disponíveis em contas bancárias no Brasil. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021, totalizam o montante de R$ 342.685, parte do valor de R$ 62.222 (R$76.163 em 31 de dezembro de 2020), referem-se a BB - Renda Fixa, que está vinculada ao empréstimo e sua quitação, obtido junto aquela instituição bancária.

4. Contas a Receber -CLIENTES

	2021	2020
Clientes	963.662	1.621.250
	963.662	1.621.250

A posição de cliente em 31 de dezembro de 2021, registra R$ 963.662, sendo que desse valor 3,23 % são títulos vencidos.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2021	2020
IRPJ a compensar Exerc. Ant	931	931
IRRF S/Aplicações financeiras	4.418	4.418
CSLL Lei nº 10.833/03	127.421	32.384
CSLL a compensar Exerc. Ant	1.099	1.099
IRRF sobre Serviços	175.226	36.650
PIS/COFINS	129.494	53.791
IRPJ a compensar Exer. Atual	159.272	27.420
CSLL a compensar Exer Atual	44.322	9.376
	642.183	166.069

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2021	2020
Depósitos judiciais fiscais	2.861.796	2.247.170
Depósitos judiciais trabalhista/civil	207.052	663.539
	3.068.848	2.910.709

Depósitos judiciais são decorrentes de ações de natureza fiscal, trabalhista e civil.

7. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido
Processamento de dados	20%	2.821.215	(2.755.908)	65.307	34.482
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.024.407	(844.023)	180.384	250.860
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	2.270.696	(2.014.718)	255.978	150.607
		6.116.318	(5.614.649)	501.669	435.949

8. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido
Software próprio	20%	7.764.720	(7.708.990)	55.730	86.163
Software adquiridos de terceiros	20%	3.599.132	(3.149.277)	449.855	633.901
		11.365.852	(10.858.267)	505.585	720.064

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2021	2020
Imposto de Renda	171.282	211.289
ISS a pagar	79.944	105.591
Cofins sobre faturamento a pagar	67.290	72.119
PIS sobre faturamento a pagar	19.897	18.574
CSLL – a pagar	6.344	5.747
Provisão IRPJ e CSLL	-	48.429
	344.757	461.749

10. EMPRÉSTIMO: A Companhia celebrou contratos de empréstimo em conta garantida e capital de giro. Em 31de dezembro de 2021, o saldo total é de R$ 992.753 (R$ 1.348.155 em 31 de dezembro de 2020), assim distribuídos: Banco do Brasil -Capital de Giro – R$ 400.000,00 (encargos de 1,22% a.m.), saldo devedor de R$ 19.138. Uso do limite de R$ 600.000 referente a Conta Garantida), com incidência de encargos de 1,7 % a.m. Banrisul - saldo devedor de R$ 373.615 referente ao empréstimo do capital de giro de R$ 1.000,000,00 com encargos de 1,30% a.m. **11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta o saldo de R$ 228.473, para fazer face à cobertura de perdas prováveis, de processos trabalhista/cíveis, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos e diretoria. 12. **PARCELAMENTO - RFB:** o exercício de 2021, a Companhia aderiu ao parcelamento fiscal perante da Receita Federal do Brasil – RFB, que consolidando os seus débitos fiscais relativos aos tributos IRRF e Cofins, nos processos nrs.10.768-720.782/007-63, 10.768-720.783/07-16 e 10.768-901.459/07-99. A segregação entre curto e longo está como segue:

	2021
Curto prazo	196.073
Longo prazo	767.774
	963.847

13. CONTAS A PAGAR A EX-ACIONISTA: Por conta da quebra de *affectio societatis,* a AGE realizada em 18 de dezembro de 2019, aprovou a dissolução parcial da sociedade, com a exclusão de dois ex-acionistas, que representavam 6% do capital social. Foi decidido que suas ações fossem adquiridas pela Companhia e colocada em tesouraria, ficando a Companhia responsável pelo pagamento das ações adquiridas. A Companhia manteve o reconhecimento dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 140.918, com os ex-acionistas, correspondente ao percentual de participação sobre o saldo do patrimônio líquido contábil na data de 30/11/2019. A apuração dos haveres do referido, está sujeita à conclusão do processo judicial. **14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO:** A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a serem compensados com lucros tributáveis futuros, de acordo com os limites estabelecidos pela legislação tributária de imposto de renda. Imposto de Renda no valor de R$ 22.946.362 (R$ 18.792.002 em 2020) e contribuição social no valor de R$ 24.643.402 (R$ 20.489.043, em 2020). Em 2021 foi reavaliado o diferido, em função do lucro apresentado, novos cenários e informações subsequentes àquele balanço. A diretoria tinha como certa a conquista, junto a Caixa, de um contrato para regulação de sinistros de DPVAT, em âmbito nacional, o que não ocorreu, resultando em significativa redução de lucratividade futura. Dessa forma, a administração da Companhia atualizou o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, considerando a capacidade provável de geração de lucros futuros tributáveis no contexto das principais variáveis de seus negócios, conforme a seguir na demonstração:

Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2022	54.129	19.487	73.616
2023	64.955	23.384	88.339
2024	77.946	28.060	106.006
2025	93.535	33.673	127.208
2026	112.242	40.407	152.649
	402.807	**145.011**	**547.818**

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: CAPITAL SOCIAL: O capital social, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 20.900.000 (vinte milhões e novecentos mil) e está representado por 20.900.000 (vinte milhões e novecentos mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, estando 1.254.000 ações em tesouraria e as demais é de titularidade de pessoas residentes e domiciliadas no País. **RESERVA LEGAL:** É constituída em conformidade com a Lei das Companhias Anônimas, em base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. **16. RECEITA LIQUIDA DE VENDAS:** A receita liquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 possuem a seguinte composição:

	2021	2020
Prestação de serviço	17.914.024	14.882.694
Vendas canceladas	(13.305)	(43.630)
Impostos incidentes sobre serviços	(1.632.765)	(1408.356)
Receita operacional líquida	16.267.954	13.430.708

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Pessoal, encargos e benefícios sociais	4.116.656	3.806.675
Impostos, taxas e contribuições	61.084	55.460
Serviços de terceiros	1.469.105	1.275.300
Depreciação e amortização	377.909	808.614
Despesa de consumo, comunicação e divulgação	207.854	142.217
Despesas com aluguel, energia e seguros	506.714	656.661
	6.739.322	6.744.927

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Não existiam operações com derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Diretora Presidente - Elisabete Joana Bazana Prado
Diretor de Tecnologia da Informação - Nei Tadami Ogawa
Diretor de Operações - Henrique Albuquerque Macieira
Diretor Comercial - Fernando da Silva Menezes
Contador - Juarez Fernandes Ottero - CRC-RJ 038.820/06

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Delphos Serviços Técnicos S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Delphos Serviços Técnicos S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Delphos Serviços Técnicos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos:** Auditoria do exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 09 de abril de 2021, que não conteve nenhuma modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2022.

R4 Auditoria Independente S/S - CRC-RJ-007.573/O-5
Renato Carlos Nascimento Lopes - Contador-CRC-RJ-078.846/O-7
Rodrigo Carlos Nascimento Lopes - Contador-CRC-RJ-107.950/O-8

Gas Natural Serviços S.A.

CNPJ/MF Nº 04.300.126/0001-32

Naturgy

INFORME ANUAL 2020 * EMPRESA NÃO REGULADA DO GRUPO NATURGY NO BRASIL

1) Desafio no enfrentamento da maior pandemia do século

No mês de março de 2020 o país foi surpreendido pela confirmação dos primeiros casos de Covid-19. Os meses que se seguiram foram impactados de forma severa pela crise econômica e sanitária, de proporções mundiais, causada pela maior pandemia do século.

Diante desse cenário, as empresas controladas pelo Grupo Naturgy no Brasil adotaram diversas medidas tanto para a proteção de colaboradores, como para apoiar no combate ao avanço da doença, além de garantir a continuidade da prestação dos serviços aos seus clientes, mantendo a qualidade e segurança.

As distribuidoras de gás controladas pela Naturgy, no Rio de Janeiro e em São Paulo, notificaram os governos dos respectivos estados e as respectivas agências reguladoras estaduais de que o enfrentamento à Covid-19 é um evento de força maior, conforme os contratos de concessão de distribuição de gás natural, e seguiram em permanente contato com as autoridades públicas estaduais para apoiar os clientes e a sociedade.

As principais ações adotadas ao longo do ano, visando minimizar ao máximo os impactos e riscos trazidos pela pandemia, foram:

Ações solidárias. Em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), foi realizada uma campanha com os funcionários das distribuidoras, visando à arrecadação de fundos para serem utilizados na compra e distribuição de mais de 109 mil itens de EPIs para hospitais públicos.

Doação de 32 respiradores para hospitais públicos no Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, as distribuidoras doaram gás natural para 04 hospitais que recebem vítimas do Coronavírus. A Global Power Generation (GPG), empresa de energias renováveis do Grupo Naturgy no Brasil, colaborou para a criação de um novo leito para o atendimento de pacientes de Covid-19 na Maternidade Municipal Mãe Elisa, em São João do Piauí. A unidade tem todos os meios necessários para cuidar de doentes graves, como ventilador mecânico, desfibrilador, monitor, entre outros.

Serviços essenciais sem interrupção. As áreas operacionais, que atuam no monitoramento de toda a rede de gás canalizado, e as equipes técnicas de atendimento continuaram trabalhando 24 horas por dia. Adotaram cuidados redobrados de higiene e planos de contingência. A estrutura de fornecimento de GNV aos postos seguiu normalmente, mesmo durante o período de crise.

Suspensão de cortes de fornecimento para residências, pequenos comércios, MEIs, e serviços médico-hospitalares. Seguindo orientações dos governos dos estados do Rio e São Paulo, em caráter excepcional, foi suspenso o corte por inadimplência, durante o período de crise. A suspensão não se aplicou aos casos de emergência, como escapamento, pela necessidade de garantir a segurança da prestação do serviço. O pagamento de faturas em atraso, no período de crise, pôde ser negociado para pagamento em até 12 vezes, através de campanha de parcelamento de dívidas. A solicitação do parcelamento é facilitada através do site.

Pagamento exclusivamente pelo volume de gás consumido pelas indústrias. No Rio de Janeiro, em acordo com a Petrobras e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do Rio de Janeiro, a empresa garantiu a flexibilização dos contratos de compra de gás natural. A medida permitiu que as indústrias pagassem somente pelo gás consumido e não pelos volumes previstos em contrato. Também não houve cobrança de penalidades contratuais decorrentes da redução da demanda provocada pela Covid-19. Em São Paulo, as indústrias comprovadamente afetadas pela crise tiveram o consumo mínimo obrigatório (*take or pay*) suspenso até 31 de maio de 2020. A decisão foi tomada em acordo com a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do estado de São Paulo (Arsesp) e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima).

Segurança para os clientes. O atendimento presencial nas agências físicas e móveis foi suspenso durante o período de crise e retomado gradualmente conforme os planos de retorno das atividades econômicas definidos pelos governos dos estados do RJ e SP, adotando-se medidas de segurança sanitária, agendamento e horário reduzido. Os serviços aos clientes também são acessíveis através da internet, no canal Minha Naturgy, no *link* www.minhanaturgy.com.br e também podem ser feitos contatos através das redes sociais: Facebook https://m.facebook.com/naturgybrasil, Instagram https://www.instagram.com/naturgybrasil e Twitter https://twitter.com./naturgybrasil. As emergências continuaram sendo atendidas pelo **0800-024-0197**. Adicionalmente, teve início uma campanha para incentivo à adesão ao débito automático e à fatura *online*. Também foi possibilitada a leitura facilitada do consumo de gás, através da qual o próprio cliente pode enviar para a companhia a leitura do medidor de gás visando a emissão da conta.

Conexão saúde - apoio aos colaboradores. No dia 16 de março de 2020 a empresa iniciou gradativamente o regime de *home office* para todos os colaboradores que realizam atividades passíveis dessa adaptação, iniciando pelos de maior vulnerabilidade: maiores de 60 anos, gestantes ou portadores de doenças crônicas. Desde o dia 23 de março de 2020, 94% dos funcionários já trabalhavam neste regime, excluídos apenas aqueles que realizam atividades em que isso não é possível. Viagens e reuniões presenciais foram suspensas.

Apoio psicológico. A companhia disponibilizou um canal gratuito (0800), de atendimento 24 horas, todos os dias da semana, para apoio à saúde emocional dos colaboradores, estagiários, jovens aprendizes e seus pais e dependentes (filhos e cônjuges). O atendimento é feito por uma equipe de psicólogos e assistentes sociais da empresa parceira Social Consultoria. As ligações são sigilosas.

Campanha de vacinação contra a gripe. Todos os colaboradores foram convidados a participarem da campanha de vacinação contra a gripe, em esquema de *drive thru*, na sede operativa da distribuidora no Rio de Janeiro, nas cidades de Petrópolis, Resende, Macaé, Campos e Volta Redonda, além de Votorantim, em São Paulo. **Foram vacinados 475 colaboradores**.

Live semanal com profissionais especializados. Também foram realizadas transmissões semanais, ao vivo, pelo YouTube, com profissionais especializados em psiquiatria. Foram abordados temas como "Preservando a saúde mental" e "*Home Office* seguro e saudável", com dicas de questões ergonômicas e adoção de hábitos saudáveis.

2) Cenário Macroeconômico e Energético

O ano de 2020 iniciou com atmosfera positiva, motivada pela expectativa de recuperação econômica, fundamentada na conclusão da reforma previdenciária em 2019 e no andamento da reforma tributária. Contudo, já no final do primeiro trimestre, o reconhecimento da pandemia causada pelo Coronavírus e as medidas adotadas para a contenção do contágio da doença mudaram os rumos da economia e gestão da saúde, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

O cenário mudou drasticamente para um clima de incertezas, trazidas pelo desconhecimento da doença, seus efeitos e forma de tratamento. A busca por uma vacina tornou-se urgente. Os perfis de consumo, de trabalho e de prestação de serviço foram adaptados ao necessário isolamento social adotado para frear o avanço da doença e impedir o colapso dos hospitais. Somente após cerca de 8 a 10 meses as atividades econômicas, especialmente comércio e serviços, tiveram retorno gradativo com a reabertura dos estabelecimentos, determinada por planos definidos pelos governos estaduais.

Com a consequente desaceleração da economia, a bolsa de valores atravessou 2020 numa verdadeira montanha-russa. Em março, o Ibovespa despencou sofrendo uma desvalorização de cerca de 45%, chegando a cerca de 60 mil pontos. Nos meses seguintes, após pacote de medidas adotadas pelo Governo Federal, incluindo benefícios sociais, o Ibovespa apresentou recuperação, voltando a cair entre agosto e outubro. A recuperação só veio em novembro, mas com força total, especialmente após as notícias sobre a avanço do desenvolvimento de vacinas e eleição de Joe Biden à presidência dos Estados Unidos. Em meados de dezembro, o índice já havia retornado aos patamares pré-crise (média de 115 mil pontos) recuperando todas as perdas do ano. O Ibovespa fechou 2020 em 119.017 pontos. A valorização no ano foi de 2,92%.

O Produto Interno Bruto – PIB sofreu uma retração de - 4,1% em 2020, após ter apresentado aumento de 1,1% em 2019. Essa redução em 2020 ficou um pouco abaixo da expectativa do Governo (- 4,7%) e contrariou a expectativa do mercado financeiro (- 6,1%), diante da crise econômica e sanitária causada pela Covid-19.

A taxa média anual de desemprego, por sua vez, subiu de 11,9%, em 2019, para 13,5%, em 2020, obviamente impactada pelas medidas de isolamento necessárias, adotadas no decorrer da pandemia. Assim, os setores mais afetados foram os de serviços e comércio, com o fechamento de estabelecimentos e até o encerramento de atividades que não conseguiram se manter.

A taxa básica de juros SELIC fechou o ano de 2020 em 2,00%, atingindo mais uma nova mínima histórica. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, teve um aumento de 4,31%, em 2019 para 4,52%. Superou o centro da meta (4,0%) do Governo, contudo ficou dentro do limite previsto pelo Conselho Monetário Nacional (entre 2,5% e 5,5%).

O dólar acumulou alta de 29,33% em 2020 fechando o ano cotado a R$ 5,1967. A queda da taxa SELIC, os impactos da pandemia pela Covid-19 na atividade econômica, inclusive com redução de investimentos estrangeiros, além das dificuldades de articulação política entre os poderes Executivo e Legislativo, foram fatores que impactaram a cotação da moeda.

No setor de óleo e gás, a produção total de petróleo no país - conforme o Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) - foi de 2,94 MMbbl/d (milhões de barris por dia), resultando num aumento de 5,55% em relação à produção de 2019. A produção de gás natural, alcançou uma média de 127 MMm³/d (milhões de m³ por dia), registrando um crescimento de 4,1% frente ao ano anterior. A produção total acumulada de petróleo foi 1,073 bilhão de barris de petróleo e 46,5 bilhões de metros cúbicos de gás natural, totalizando uma produção de 1,365 bilhão de barris de óleo equivalente. A maior parte da produção foi proveniente dos campos do pré-sal que representa em média 68,6% da produção nacional, em barris de óleo equivalente. Já a produção do pós-sal e a terrestre representam em média 25,4% e 6%, respectivamente, do total produzido no país também em barris de óleo equivalente. Em 2020, o Estado do Rio de Janeiro ampliou a sua participação na produção nacional de petróleo em 9,1 pontos percentuais em relação à 2019.

De acordo com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), o volume médio total de gás natural consumido no país em 2020 foi -8,66%, inferior ao volume consumido em 2019. A média de consumo no país foi de 59,030 milhões de m³/dia, frente a 64,626 milhões de m3/dia, em 2019. O consumo do mercado convencional (indústria, GNV, residencial e comercial), foi impactado pela pandemia em todos os segmentos, exceto no residencial, chegando a um total de 32,82 milhões de m³/dia em 2020. Assim ficou -9,84% abaixo dos 36,40 milhões de m³/dia consumidos em 2019. Na variação por segmento, observa-se uma redução do consumo de gás em -8,45% pela indústria; -17,7% no GNV; um aumento de +9,55% de consumo pelas residências e uma redução significativa de -25,84% no mercado comercial. Já o consumo das termelétricas sofreu uma redução de 6,31% frente a 2019, somando um total de 22,39 milhões de m³/dia em 2020.

3) Missão, Visão e Valores

A Missão da Companhia é atender às necessidades energéticas da sociedade, proporcionando aos nossos clientes serviços e produtos de qualidade respeitosos com o meio ambiente, aos nossos acionistas uma rentabilidade crescente e sustentável e aos nossos empregados a possibilidade de desenvolver suas competências profissionais.

A Visão é ser um grupo energético e de serviços líder e em contínuo crescimento, com presença multinacional, que se distingue por proporcionar uma qualidade de serviço excelente aos seus clientes, uma rentabilidade sustentável aos seus acionistas, uma ampliação das oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal aos nossos empregados e uma contribuição positiva à sociedade, atuando com um compromisso de cidadania global.

Os Valores que guiam a forma de agir da Companhia são:

- **Orientação ao cliente**: Dedicamos os nossos esforços a conhecer e satisfazer as necessidades de nossos clientes. Queremos proporcionar-lhes um serviço excelente e ser capazes de dar-lhes uma resposta imediata e eficaz.
- **Compromisso com os resultados**: Elaboramos planos, fixamos objetivos coletivos e individuais e tomamos decisões em função de seu impacto na consecução dos objetivos de nossa Visão, assegurando o cumprimento dos compromissos adquiridos.
- **Sustentabilidade**: Desenvolvemos nossos negócios com um horizonte estratégico que transcende os interesses econômicos imediatos, contribuindo para o desenvolvimento econômico, meio ambiental e social, tanto a curto como a longo prazo.
- **Interesse pelas pessoas**: Promovemos um entorno de trabalho respeitoso com os nossos empregados, colaborando para sua formação e desenvolvimento profissional. Propiciamos a diversidade de opiniões, perspectivas, culturas, idades e gêneros no seio de nossas organizações.
- **Responsabilidade Social**: Aceitamos nossa responsabilidade social corporativa, proporcionando à sociedade nossos conhecimentos, capacidade de gestão e criatividade. Dedicamos parte dos nossos lucros à ação social, mantendo o diálogo permanente com a sociedade para conhecer suas necessidades e conseguir sua satisfação, de tal forma que incremente a credibilidade e o prestígio do nosso grupo.
- **Integridade**: Todas as pessoas do grupo devem se comportar com honestidade, retidão, dignidade e ética, contribuindo assim para o aumento da confiança da sociedade na nossa empresa. A Direção do grupo agirá com transparência e responsabilidade ante todas as partes interessadas.

4) Relatório Anual da Gás Natural Serviços S.A. (nome fantasia Naturgy Soluções)

A Gás Natural Serviços, com nome fantasia Naturgy Soluções, é a empresa do grupo que atua em ambiente não regulado, impulsando assim os resultados das empresas do Grupo Naturgy no país.

Suas principais atividades no mercado do varejo são a comercialização de planos de assistência domiciliar, venda de equipamentos e serviços técnicos avulsos. No mercado terciário, projetos de soluções e eficiência energética, como: compressão de gás natural em bases e postos de revenda de combustíveis; climatização a gás e elétrica de ambientes; geração e cogeração de energia utilizando gás natural como combustível; soluções de aquecimento de água de uso sanitário e industrial; sistemas solares fotovoltaicos e iluminação LED. Esses serviços e projetos, afins ao fornecimento de gás natural, geram mais alternativas e segurança na utilização das instalações e equipamentos a gás, promovem fidelização e incremento de consumo. Além disso, conforto, praticidade e inovação são conceitos intrínsecos à proposta de criação de valor na experiência dos clientes.

Em 31.12.2020, a empresa alcançou um total de 101.048 clientes residenciais em sua carteira. Foram realizadas 23.295 operações (serviços de assistência técnica de planos a gás e elétrico) nos clientes residenciais. Uma redução de 74% frente a 2019, quando realizou 89.892 operações, consequência impactada pela pandemia da Covid-19 que restringiu por saúde e segurança de técnicos e clientes os atendimentos presenciais ao longo de 2020.

De forma a acelerar a transformação digital da empresa nesse segmento, diversificar os canais de comunicação, venda e atendimento dos clientes, dar mais eficiência a mobilidade operativa dos serviços técnicos e minimizar os impactos das restrições de saúde, foi desenvolvido e implementado em setembro de 2020 um novo sistema integrado de gestão, baseado na plataforma Salesforce, denominado Apolo20. Esse sistema ainda ampliou as alternativas de meio de pagamento aos clientes, com a inclusão das modalidades de cartão de crédito e débito.

Por outro lado, a área de soluções e eficiência energética encerrou o ano de 2020 com 162 contratos em vigor. Houve a necessidade de um ajuste em sua carteira de clientes e projetos, com rescisões de contratos por inadimplemento de clientes, impacto da pandemia da Covid-19, entre outros motivos, o que gerou uma regularização contábil na base de ativos, reduzindo-a em cerca de 19,5 MR$. Adicionalmente, e em função do anterior, seguindo as boas práticas contábeis, foi constituído uma provisão para perda contábil (*impairment contábil*) de ativos não financeiros de 10,6MR$.

O EBITDA da empresa recuou de 7,50 MR$ em 2019 para -10,8 MR$ em 2020.

Sumário Financeiro

Conta de Resultados (R$ mil)	2020	2019	Variação (R$)	Variação (%)
Receita líquida dos serviços	35.417	42.105	-6.688	-15,88%
Lucro bruto	14.911	15.776	-865	-5,48%
Lajida (Ebitda)	-10.789	7.520	-18.309	-243,47%
Lucro operacional	-36.240	-1.730	-34.510	1.994,80%
Lucro líquido do exercício	-36.608	-1.972	-34.636	1.756,39%
Margem Bruta	42,10%	37,47%		

LAJIDA	2020	2019	Variação (R$)	Variação (%)
Lajida (R$ mil)	-10.789	7.520	-18.309	-243,47%
Prejuízo líquido do exercício	-36.608	-1.972	-34.636	1.756,39%
Resultado Financeiro	-368	121	-489	404,13%
Depreciação e amortização	25.451	9.250	16.201	175,15%

Acionistas

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Naturgy Soluções estava representado por 492.767.522 ações todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias	Percentual Capital Votante
GAS NATURAL DO BRASIL S/A	100.000	0,02%
Naturgy Distribución Latinoamérica S.A.	492.667.522	99,98%
Total de Ações	492.767.522	100%

Diretoria Executiva (Não possui Conselho de Administração Instalado)

Katia Brito Repsold – Diretora-Presidente

Eduardo Cardenal Rivera – Diretor Técnico

Márcio Gomes Vargas – Diretor Econômico-Financeiro

Bianca Giovanna Wanderley Mascaro – Diretora Comercial

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2020	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**12.172**	16.339
Contas a receber de clientes (Nota 7)	**4.413**	9.156
Transações com partes relacionadas (Nota 8)	**88**	168
Tributos a recuperar (Nota 11)	**219**	504
Outros ativos	**181**	353
	17.073	27.919
Não circulante		
Contas e receber de clientes (Nota 7)	**3.024**	4.954
Adiantamento a fornecedores	**1.765**	1.956
Tributos a recuperar (Nota 11)	**1.778**	1.399
Depósitos judiciais	**86**	252
	6.653	8.561
Investimentos	**1**	1
Intangível (Nota 12)	**7.363**	5.082
Imobilizado (Nota 12)	**18.780**	50.869
	26.144	55.952
Total do ativo	**49.870**	91.033

Passivo e patrimônio líquido	2020	2019
Circulante		
Fornecedores (Nota 13)	**4.953**	4.203
Obrigações trabalhistas	**582**	524
Tributos a recolher (Nota 14)	**453**	502
Transações com partes relacionadas (Nota 8)	**169**	5.648
	6.157	10.877
Não circulante		
Credores diversos	**48**	27
Provisão para contingências (Nota 15)	**415**	271
	463	298
Total do passivo	**6.620**	11.175
Patrimônio líquido (Nota 16)		
Capital social	**90.249**	90.249
Prejuízos acumulados	**(46.999)**	(10.391)
Total do patrimônio líquido	**43.250**	79.858
Total do passivo e patrimônio líquido	**49.870**	91.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	90.249	(8.419)	81.830
Prejuízo do exercício	**-**	**(1.972)**	**(1.972)**
Em 31 de dezembro de 2019	**90.249**	**(10.391)**	**79.858**
Prejuízo do exercício	**-**	**(36.608)**	**(36.608)**
Em 31 de dezembro de 2020	**90.249**	**(46.999)**	**43.250**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Gás Natural Serviços ("GNS" ou a "Companhia") localiza-se na cidade do Rio de Janeiro e integra o grupo espanhol Naturgy Energy Group ("Grupo"), cuja sede está provisoriamente em Madri - Espanha. É uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de novembro de 2000 e tem como principais atividades a compressão de gás natural veicular em postos de combustíveis, climatização de ambientes, comercialização de produtos e serviços a clientes residenciais e comerciais do Grupo no país.

Em linha com seus objetivos estratégicos de expansão, aliado a oportunidades de mercado decorrentes da atual situação energética do país, a Companhia vem ampliando nos últimos anos seus negócios no segmento de geração elétrica, cogeração e iluminações LED.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 24 de fevereiro 2022.

1.1. Impactos da COVID-19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde ("OMS") classificando o surto da COVID-19 como uma pandemia, os Governos Federais, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil, podendo impactar as atividades no mercado varejo.

Sob o aspecto econômico, as entidades governamentais vêm implementando diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como o diferimento do recolhimento de alguns impostos, isenção de IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias, prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras.

Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos da Covid-19 para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo, mas não se limitando à: i) suspensão temporária de contratos, ii) restrição acentuada na comercialização de novos projetos/contratos; e iii) fluxo de caixa no curto e médio prazo.

A Administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo à Companhia manter o compromisso de fornecer seus produtos e serviços de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

Dentre as medidas adotadas pela Companhia, podemos destacar:

Criação do Comitê de Crise

A Companhia instituiu o Comitê de Crise COVID-19, que se reúne diariamente tendo em sua composição a integralidade do seu quadro diretivo. A proposta do Comitê é acompanhar em tempo real os principais indicadores (qualitativo e quantitativo) da Companhia possibilitando, se necessária, uma reformulação nas medidas adotadas.

Conexão Saúde

Desde o dia 16 de março, a Companhia iniciou, gradativamente, um

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(36.608)**	(1.609)
Ajustes		
Depreciação e amortização	**5.931**	9.250
Provisão para perda de créditos esperadas	**2.173**	2.667
Provisão para contingência	**144**	220
Resultado na baixa do imobilizado	**(373)**	(1.784)
Baixa líquida do ativo imobilizado sem venda	**19.521**	-
Provisão para perda por desvalorização de ativo (*impairment*)	**10.646**	-
	1.434	8.744
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	**4.500**	(2.717)
Tributos a recuperar	**(94)**	552
Outros ativos	**529**	222
Demais contas e despesas a pagar	**21**	-
Fornecedores	**750**	284
Obrigações trabalhistas	**58**	50
Tributos a recolher	**(49)**	(136)
Partes relacionadas	**(5.399)**	4.240
Caixa gerado pelas operações	**1.750**	11.239
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	(363)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.750**	10.876
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	**(2.880)**	(2.092)
Aquisição de intangível	**(3.493)**	(4.024)
Venda de imobilizado	**456**	3.867
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(5.917)**	(2.249)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**(4.167)**	8.627
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**16.339**	7.712
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**12.172**	16.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Receita líquida (Nota 17)	**35.417**	42.105
Custo dos serviços prestados (Nota 18)	**(20.506)**	(26.329)
Lucro bruto	**14.911**	15.776
Despesas com vendas, gerais e administrativas (Nota 19)	**(20.761)**	(19.195)
Outras receitas e despesas (Nota 20)	**(30.390)**	1.689
	(51.151)	(17.506)
Prejuízo operacional	**(36.240)**	(1.730)
Receitas financeiras	**446**	520
Despesas financeiras	**(814)**	(399)
Resultado financeiro, líquido (Nota 21)	**(368)**	121
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(36.608)**	(1.609)
Imposto de renda e contribuição social do exercício (Nota 14)	**-**	(363)
Prejuízo do exercício	**(36.608)**	(1.972)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	**(36.608)**	(1.972)
Total do resultado abrangente do exercício	**(36.608)**	(1.972)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gas Natural Serviços S.A.
CNPJ/MF Nº 04.300.126/0001-32

Naturgy

regime de *home office* para todos os colaboradores que realizam atividades passíveis de realização à distância, iniciando pelos de maior vulnerabilidade: maiores de 60 anos, gestantes ou portadores de doenças crônicas. Desde o dia 23 de março, 94% dos funcionários já trabalham em regime de *home office*, com exceção daqueles que realizam atividades em que isso não é possível.
Viagens e reuniões presenciais foram suspensas. Funcionários que retornam de viagens nacionais ou internacionais são avaliados pela equipe médica da empresa e encaminhados para quarentena em suas residências por 14 dias, permanecendo monitorados.
Também foram adquiridas máscaras para os colaboradores que atuam em campo e estamos comprando testes de Covid-19 para colaboradores e seus familiares.
Campanha de vacinação contra a gripe
Os Colaboradores da Companhia foram convidados a participarem da campanha de vacinação contra a gripe que aconteceu em esquema de *drive-through* em nossa sede operativa.
Apoio psicológico
A Companhia lançou um canal gratuito (0800) de apoio à saúde emocional que funciona 24 horas, todos os dias da semana. O atendimento é feito por uma equipe de psicólogos e assistentes sociais. Além de atender colaboradores, estagiários e jovens aprendizes, o número telefônico também está disponível para dependentes (filhos e cônjuges) e pais. As ligações são sigilosas. A empresa parceira para os atendimentos é a Social Consultoria, uma das maiores do país, com 23 anos de atuação no mercado.
Café Virtual
Buscando compartilhar conhecimento sobre o momento da Companhia e as estratégias adotadas por ela, a Companhia promoveu um Café Virtual com a Direção com a participação da área de Saúde, no qual os colaboradores puderam tirar dúvidas sobre a Covid-19.
Acompanhamento *online*
Adicionalmente a Companhia vem fazendo um acompanhamento semanal da saúde física e mental dos colaboradores por meio de dois questionários online que são enviados sempre às segundas-feiras.
Live semanal com profissionais especializados
A Companhia vem realizando, semanalmente, transmissões ao vivo pelo YouTube com profissionais especializados em psiquiatria. Já foram abordados os temas "Preservando a saúde mental" e "*Home Office* seguro e saudável", com dicas de questões ergonômicas e adoção de hábitos saudáveis.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).
Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas-correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.4. Instrumentos financeiros
Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade

2.4.1. Ativos financeiros
Reconhecimento inicial e mensuração
Ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.
A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.
Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.
Mensuração subsequente
Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:
- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento se seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)
Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)
Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.
Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)
No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente.
Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes.
Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.
Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.
Desreconhecimento
Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:
- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.
Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.
O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.4.2. Passivos financeiros
Reconhecimento inicial e mensuração
Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.
Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.
Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.
Mensuração subsequente
Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.
Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.
Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.
Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.
Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)
Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.
Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.
O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.
A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.
Desreconhecimento
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.
Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.3. *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.
Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
(i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de seis meses de atraso);
(ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
(iii) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
(iv) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.
Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Contas a receber de clientes e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas.
As perdas de crédito esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.6. Imobilizado
Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, demonstrado na Nota 12.
Os valores residuais e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos e ajustados de forma prospectiva, se apropriado, ao final de cada exercício.
O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no grupamento "Despesas operacionais" na demonstração do resultado.

2.7. *Impairment* de ativos não financeiros
Os ativos que possuem vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment)*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).
Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço.

2.8. Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9. Provisão para contingência
As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.
Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10. Capital social
As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

2.11. Reconhecimento de receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber da prestação de serviços ou por aluguel de equipamentos. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.
A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.
A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.
a) Venda de serviços
A receita pela prestação de serviços é reconhecida quando da conclusão dos serviços prestados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços são mensurados confiavelmente.
b) Aluguel de equipamentos
A receita pelo aluguel de equipamentos é reconhecida tendo como base os contratos vigentes até a data-base do balanço, sendo reconhecida concomitantemente ao período em que o equipamento está arrendado.
c) Cessão de crédito
Consiste na venda dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Naturgy no Brasil às empresas do Grupo. O reconhecimento dessa receita é feito no momento da transferência dos créditos.
d) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.12. Normas emitidas, mas ainda não vigentes
As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e concluídas que não surtirão impactos na contabilidade da Companhia.
A norma analisada pela Companhia foram:
- CPC 11 - Contratos de seguro
- IAS 1 - Classificação de passivo como circulante e não circulante

2.13. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações
A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020.
Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios
As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.
Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência
As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esta não possui relações de *hedge* de taxas de juros.
Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material
As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras e nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.
Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
A pronunciamento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento
As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.
Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:
a) Provisão para perdas de crédito esperadas
As provisões para perdas de crédito esperadas são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo com base no histórico de eventuais perdas de crédito, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício, considerando o risco individual das carteiras.
b) Vida útil do ativo imobilizado
A vida útil dos ativos classificados no ativo imobilizado reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

Gas Natural Serviços S.A.

CNPJ/MF Nº 04.300.126/0001-32

Naturgy

c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

d) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2020, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

a) Risco de mercado

i) *Risco cambial*

A Companhia não possui transações relevantes em moeda estrangeira e, por isso, não há risco cambial.

ii) *Risco com taxa de juros*

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia não está sujeita de maneira significativa a oscilações nas taxas de juros.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha. Com relação às contas a receber, os ativos vencidos e não *impaired* referem-se a clientes sem histórico de perda.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Ativos financeiros

	2020	2019
Avaliados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nível 2)	**12.172**	**16.339**
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	**7.437**	**14.110**
Transações com partes relacionadas (Ativo)	**88**	**168**
	19.697	**30.617**

Passivos financeiros

	2020	2019
Custo amortizado		
Transações com partes relacionadas (Passivo)	**169**	**5.648**
Fornecedores	**4.953**	**4.203**
	5.122	**9.851**

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	**99**	6.213
Aplicação financeira	**12.073**	10.126
	12.172	16.339

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor. As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

7. Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber por aluguel e venda de equipamentos e serviços	**17.142**	21.642
Provisão para perdas de créditos esperadas *(impairment)*	**(9.705)**	(7.532)
	7.437	14.110
Circulante	**4.413**	9.156
Não circulante	**3.024**	4.954

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2020	2019
A vencer	**7.032**	9.795
Vencidas		
Até três meses	**897**	2.457
De três a seis meses	**904**	1.862
Acima de seis meses	**8.309**	7.528
	17.142	21.642

A movimentação na provisão para perdas de créditos esperadas segue demonstrada abaixo:

	2020	2019
Em 1º de janeiro	**(7.532)**	(4.865)
Provisão para *impairment* de contas a receber	**(2.173)**	(2.667)
Em 31 de dezembro	**(9.705)**	(7.532)

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

8. Transações com partes relacionadas

	Ativo Circulante	Passivo circulante	Receitas	Custos e despesas
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (a)	**88**	**8**	**32**	**2.382**
Gás Natural México (b)	**-**	**-**	**-**	**24**
NATURGY IT S.L. (c)		**-**	**23**	**851**
Gás Natural Peru (b)	**-**	**-**	**40**	**-**
Gas Natural SDG S.A. (c)	**-**	**-**	**-**	**29**
Naturgy Informática S.A (c)	**-**	**161**	**51**	**636**
Em 31 de dezembro de 2020	**88**	**169**	**146**	**3.922**
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (a)	**109**	**30**	**178**	**1.218**
Gás Natural México (b)	**-**	**-**	**-**	**21**
Gás Natural Peru (b)	**31**	**-**	**85**	**4**
Gas Natural SDG S.A. (c)	**28**	**-**	**-**	**-**
Naturgy Informática S.A (d)	**-**	**5.618**	**-**	**2.118**
Em 31 de dezembro de 2019	**168**	**5.648**	**263**	**3.361**

(a) Decorrem de operações de serviços e aluguel de equipamentos, locação de espaço e assessoria de pessoal.
(b) Decorrem de operações de apoio operacional (COIL). Essas atividades foram reduzidas expressivamente em 2019.
(c) Decorrem de despesas com serviços informáticos.

9. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia, em 2020 e 2019, não efetuou pagamento aos administradores em virtude de estes serem pagos por outras empresas do Grupo Naturgy.

10. Cessão de crédito

Em linha com a estratégia de expansão e consolidação de novos negócios, a Companhia percebeu a oportunidade de desenvolver e comercializar produtos e serviços a clientes do Grupo Naturgy no Brasil com o objetivo de gerar valor agregado ao gás natural através de soluções para o dia a dia dos clientes.

Buscando gerar comodidade para os clientes do Grupo, foi estabelecido um acordo com a Cia. Distribuidora de Gás do RJ - CEG, em março de 2010, pelo qual se estabeleceu que a cobrança dos produtos e serviços vendidos aos clientes será realizada através da conta de consumo de gás, gerando, dessa forma, valor agregado aos clientes.

O desenho operacional consiste em, depois de formalizada a venda pela Companhia ao cliente, ceder a totalidade desses recebíveis à CEG para que se encarregue de cobrá-los nas contas de consumo de gás. A referida cessão de crédito é realizada mediante um desconto financeiro de 10%, com objetivo de remunerar a CEG pelo serviço de emissão do faturamento.

11. Tributos a recuperar

	2020	2019
Imposto de renda (a)	**515**	315
Contribuição social (a)	**453**	364
INSS a recuperar (b)	**216**	504
Imposto de renda retido na fonte	**810**	720
Outros impostos a recuperar	**3**	-
	1.997	**1.903**
Circulante	**219**	**504**
Não circulante	**1.778**	**1.399**
	1.997	**1.903**

(a) Referem-se a antecipações mensais de imposto de renda e à contribuição social.
(b) Refere-se a encargo retido sobre serviços contratados.

12. Imobilizado e intangível

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	*Hardware*	Benfeitorias	Instalações GE	Obras em andamento	Total Imobilizado	Intangível *Software*
Saldos em 1º de janeiro de 2019	-	57.116	9	251	95	1.190	646	341	59.648	1.520
Aquisição	-	492	-	-	114	1.094	12	380	2.092	4.024
Baixas líquidas	-	(2.083)	-	-	-	-	-	-	(2.083)	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(7.680)	(3)	(106)	(31)	(891)	(77)	-	(8.788)	(462)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	47.845	6	145	178	1.393	581	721	50.869	5.082
Custo total	494	132.050	152	1.374	645	7.374	777	721	143.587	5.891
Depreciação acumulada	(494)	(84.205)	(146)	(1.229)	(467)	(5.981)	(196)	-	(92.718)	(809)
Valor residual	-	47.845	6	145	178	1.393	581	721	50.869	5.082
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**-**	**47.845**	**6**	**145**	**178**	**1.393**	**581**	**721**	**50.869**	**5.082**
Aquisição	**-**	**388**	**-**	**-**	**259**	**1.242**	**301**	**690**	**2.880**	**3.493**
Baixas líquidas	**-**	**(30.250)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(30.250)**	**-**
Transferências	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Depreciação	**-**	**(3.702)**	**(2)**	**(79)**	**(76)**	**(782)**	**(78)**	**-**	**(4.719)**	**(1.212)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**-**	**14.281**	**4**	**66**	**361**	**1.853**	**804**	**1.411**	**18.780**	**7.363**
Custo total	**494**	**102.188**	**152**	**1.374**	**904**	**8.616**	**1.078**	**1.411**	**116.217**	**9.384**
Depreciação acumulada	**(494)**	**(87.907)**	**(148)**	**(1.308)**	**(543)**	**(6.763)**	**(274)**	**-**	**(97.437)**	**(2.021)**
Valor residual	**-**	**14.281**	**4**	**66**	**361**	**1.853**	**804**	**1.411**	**18.780**	**7.363**
Taxas anuais de depreciação (%)	**25**	**10**	**10**	**20**	**20**	**20**	**10**			**20**

As máquinas e equipamentos referem-se, basicamente, aos ativos para geração de energia e estações de compressão de gás.

Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos imobilizado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 2020, a Companhia decidiu rescindir unilateralmente todos os contratos de soluções energéticas com clientes que eram inadimplentes em uma magnitude incompatível à operação. Essa inadimplência apresentava uma alta pelo perfil dos clientes de pequeno comércio e foi acentuada rapidamente pelas medidas sanitárias restritivas decorrentes da pandemia COVID-19. Tais rescisões foram realizadas de forma gradual entre os meses de abril/2020 e dezembro/2020.

Assim, para a demonstração financeira em 31 de dezembro de 2020, em complemento as baixas usuais da operação apuradas no exercício no valor de R$83 e considerando as melhores informações de campo disponíveis sobre cada cliente, foram reconhecidas as perdas com a realização da baixa dos imobilizados no montante de R$19.520 para os imobilizados (equipamentos) os quais foram identificadas sua inexistência, totalizando o montante de R$ 19.603, o qual encontra-se registrado na rubrica de “Outras receitas e despesas” na demonstração do resultado do exercício, para aqueles considerados irrecuperáveis e também para todos os imobilizados (serviços de instalação) dos contratos rescindidos unilateralmente, uma vez que essa instalação relacionada ao(s) equipamento(s) é irrecuperável para fins de futura comercialização e geração de fluxo de caixa pelo seu valor residual.

Adicionalmente, para todos os ativos imobilizados (equipamentos) identificados como recuperáveis, incluindo nesse grupo os equipamentos estocados em base própria da empresa, isto é, passíveis de futura comercialização e geração de fluxo de caixa para seus valores residuais, decidiu-se constituir a provisão para perdas (*impairment*) por seus valores residuais no montante de R$10.646. Neste caso, haverá revisão anual, considerando o objetivo de comercializá-los em anos subsequentes.

Para todos os demais ativos imobilizados, comprovadamente operativos e com geração de fluxo de caixa, em 31 de dezembro de 2020, a empresa realizou o teste de perda por desvalorização e não encontrou indícios necessários para a realização de provisões para perdas.

13. Fornecedores

	2020	2019
De materiais	**530**	201
De serviços	**4.423**	4.002
	4.953	4.203

14. Tributos a recolher

	2020	2019
COFINS	**150**	190
PIS	**32**	41
ISS	**87**	115
ICMS	**2**	2
Impostos retidos de terceiros	**182**	154
	453	502

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão reconciliadas, às alíquotas nominais, como segue:

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(36.608)**	**(36.608)**	(1.609)	(1.609)
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	**9.152**	**3.295**	354	127
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Ativo fiscal diferido não reconhecido por ausência de expectativa de rentabilidade futura	**2.368**	**853**	259	93
Benefício fiscal	**68**	**-**	31	-
Adições permanentes	**(5.847)**	**(2.105)**	(1.027)	(369)
IR e CS diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa não reconhecido.	**(5.741)**	**(2.043)**	124	45
Despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração de resultado	**-**	**-**	(259)	(104)
Alíquota efetiva	**-**	**-**	16%	6%

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R$ 33.245 (R$10.280 em 2019). Não foram constituídos créditos diferidos sobre esse montante em decorrência da falta de perspectiva de realização.

15. Provisão para contingências

A Administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a sociedade e constitui provisão, sempre que julgado necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da Administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos com relação à expectativa de êxito de cada processo.

A provisão constituída no montante de R$415 (R$271 em 2019) refere-se, basicamente, a processos cíveis relativos a reclamações de clientes e as contingências trabalhistas relativas às ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2019	Provisionado no exercício	Baixas por reversão/pagamento	Atualização monetária	2020
Trabalhista	185	309	(167)	21	348
Cível	82	91	(111)	1	63
Honorários advocatícios	4	-	-	-	4
Total	**271**	**400**	**(278)**	**22**	**415**

	2018	Provisionado no exercício	Baixas por reversão/pagamento	Atualização monetária	2019
Trabalhista	-	354	(208)	39	185
Cível	47	120	(86)	1	82
Honorários advocatícios	4	-	-	-	4
Total	**51**	**474**	**(294)**	**40**	**271**

Adicionalmente a Companhia possui outros processos divididos em: (a) trabalhistas R$ 493 (R$ 128 em 31 de dezembro de 2019) e (b) tributários R$ 119 (R$ 114 em 31 de dezembro de 2019) que não estão provisionados por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

No exercício de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado no montante de R$90.249 está representado por 492.767.522 ações ordinárias sem valor nominal, como segue:

	Quantidade de ações
Naturgy Distribución Latinoamérica S.A.	492.667.522
Gás Natural do Brasil S.A.	100.000
	492.767.522

O capital social do acionista não residente, Naturgy Distribución Latinoamérica S.A., está devidamente registrado no Banco Central do Brasil - BACEN.

17. Receita líquida

	2020	2019
Receita de serviços	**8.663**	14.083
Receita de cessão de crédito	**24.884**	24.416
Receita de aluguel de equipamentos	**6.910**	9.683
Receita de venda de equipamentos	**204**	80
ICMS	**(9)**	(5)
PIS	**(670)**	(795)
COFINS	**(3.085)**	(3.663)
ISS	**(1.480)**	(1.694)
Receita líquida	**35.417**	42.105

18. Custo dos serviços prestados

	2020	2019
Custos de compressão	**(1.848)**	(1.399)
Custos de geração elétrica	**(424)**	(421)
Custos de cogeração	**(115)**	(157)
Custos de climatização	**(703)**	(736)
Custos de pessoal	**(6.866)**	(5.829)
Custo eficiência	**(93)**	(161)
Custo com cessão de crédito	**(6.548)**	(9.714)
Custo com depreciação	**(3.780)**	(7.757)
Outros custos	**(129)**	(155)
	(20.506)	(26.329)

19. Despesas com vendas, gerais e administrativas

	2020	2019
Serviços de manutenção	**(151)**	(119)
Serviço de profissionais	**(8.394)**	(7.223)
Gastos gerais de escritório	**(305)**	(619)
Propaganda e publicidade	**(1.470)**	(1.191)
Perdas líquidas de recuperação de créditos	**(5.629)**	(5.126)
Provisão para perda de créditos esperadas (Nota 7)	**(2.173)**	(2.667)
Provisão para contingências	**(122)**	(180)
Seguros	**(330)**	(323)
Depreciação e amortização	**(2.151)**	(1.493)
Outras despesas	**(36)**	(254)
	(20.761)	(19.195)

20. Outras receitas e despesas

	2020	2019
Indenização por descumprimento do Contrato	**-**	660
Ganho na desativação dos bens do ativo imobilizado	**373**	1.784
Baixa dos bens do ativo imobilizado	**(19.604)**	-
Provisão para perda por desvalorização de ativo (*impairment*)	**(10.646)**	
Outras despesas	**(522)**	(935)
Outras receitas	**9**	180
	(30.390)	**1.689**

21. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras	**301**	114
Juros e multas	**145**	406
	446	520
Despesas financeiras		
Juros	**(40)**	(29)
Comissões	**(448)**	(324)
IOF	**(37)**	(1)
Outras despesas financeiras	**(6)**	-
Atualizações monetárias passivas	**(283)**	(45)
	(814)	(399)
Resultado financeiro	**(368)**	121

22. Seguros

É política da Administração da Companhia a manutenção de apólices de seguro dos ramos de responsabilidade civil e risco operacional, sendo a cobertura dos bens destinados à compressão de gás natural contratada diretamente pelo posto de serviço. As coberturas contratadas em 31 de dezembro de 2020 são consideradas suficientes para cobrir eventuais prejuízos causados por sinistros ao patrimônio da Companhia. Os quais foram renovadas em 29 de outubro e possuem vencimento final em 29 de outubro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigências das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil	29/10/2021 a 29/10/2022	284.000
Risco operacional	29/10/2021 a 29/10/2022	142.000
Risco civil - Administradores	29/10/2021 a 29/10/2022	20.000

Márcio Gomes Vargas
Diretor Econômico-Financeiro

Emerson de Pontes Sales
Contador CRC-110288/O-9 RJ

Gas Natural Serviços S.A.

CNPJ/MF Nº 04.300.126/0001-32

Naturgy

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Gás Natural Serviços S.A.
Rio de Janeiro-RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gás Natural Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Gás Natural Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Felipe Sant' Anna Vergete
Contador CRC- RJ 106.842/O-6

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 10.234.027/0001-00

Relatório da Administração Referente ao Exercício Findo em 31/12/2021 - (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Carta do Diretor de Relações com Investidores. Senhores Acionistas, Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações Financeiras da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Macapá" ou "Companhia"), com Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2021. A Companhia registrou em 31/12/2021 um resultado operacional positivo de R$ 108.632. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R$ 47.992. Com isso, o lucro líquido do exercício de 2021 foi de R$ 37.679. A Companhia apresentou, em 2021, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Mauro de Almeida Santos
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Histórico: A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto foi constituída em 07/07/2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e Pará. A Macapá é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A. que detém 85,04% do capital social da Companhia e os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA. A Companhia tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. No dia 16/10/2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos seguintes trechos: linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato estabelece uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R$ 71.880, sendo reajustada anualmente pela ANEEL. Em 05/10/2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.959, estabeleceu a receita anual da Companhia em R$ 125.372, para o período de 01/07/2021 a 30/06/2022.

Composição Acionária: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 667.013, representado por 667.013 milhões de ações ordinárias. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	**567.260.000**
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	99.753.209

Desempenho Operacional

A COTESA é a responsável pela operação das instalações de energia elétrica e possui Centro de Operações próprio e equipe treinada e certificada para atuar dentro dos requisitos operativos e para assegurar a disponibilidade dos sistemas operados. A manutenção é feita internamente pela Companhia e realizada por profissionais que possuem vasta experiência na área. As funções transmissão da LMTE estiveram disponíveis em 2021 acima de 99,81% do tempo mensal, registrando um acumulado acima de 95,40 % nos últimos 12 meses, conforme demonstrado na tabela abaixo e comparado com 2020.

Conc.	Função Transmissão (Por Tipo e Nivel de Tensão)	Disponibilidade 2020	2021	Jan/21 a Dez/21	Dezembro/ 2021
LMTE	LT 500 kV	99,98%	99,95%	99,95%	100,00%
	BCS 500kV	99,97%	99,90%	99,90%	99,89%
	RT 500 kV	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	ATR 500/138 kV	99,83%	100,00%	99,99%	100,00%
	CE 500 kV	99,99%	99,77%	99,77%	100,00%
	TR 230/69 kV	76,67%	95,40%	95,40%	99,93%
	LT 230 Kv	99,94%	99,70%	99,70%	99,81%
	CE 230 Kv	99,91%	99,79%	99,79%	100,00%

A Linha de Transmissão sofreu desligamentos automáticos em dezembro de 2021, assim como nos últimos 12 meses, resultando nos indicadores da tabela abaixo comparado com 2020.

Conc.	Função Transmissão (Por Tipo e Nivel de Tensão)	Disponibilidade 2020	2021	Jan/21 a Dez/21	Dezembro/ 2021
LMTE	LT 500 kV	0,43	1,71	1,71	-
	BCS 500kV	1,50	6,51	6,51	0,50
	RT 500 kV	-	-	-	-
	ATR 500/138 kV	-	-	-	-
	CE 500 kV	-	5,01	5,01	-
	TR 230/69 kV	3,65	3,35	3,35	-
	LT 230 Kv	3,46	3,76	3,76	0,15
	CE 230 Kv	7,01	6,01	6,01	-

Em 03/11/2020 um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03). Com isso, o suprimento de energia do Estado do Amapá, que dependia no momento da ocorrência quase que exclusivamente das instalações de transmissão da LMTE, acabou sendo temporariamente comprometido. Com esse incidente, aproximadamente 765 mil pessoas, em 13 cidades, incluindo a capital Macapá, ficaram parcialmente sem energia elétrica. Adicionalmente, na data da ocorrência, o Transformador 02 - 230/69/13,8 kV (7TR02), com função primária de atuar como reserva, encontrava-se em manutenção por razão de uma ocorrência em 30/12/2019, tendo todos os passos sido informados aos órgãos competentes, conforme procedimentos da regulação setorial. Após o ocorrido, a Companhia tomou as providências cabíveis de forma prioritária e, através da substituição de peças e com o acompanhamento e suporte do grupo de trabalho composto, além da LMTE, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ANEEL, Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e Eletronorte, com suporte das Forças Armadas, 60% a 70% da capacidade de carga total necessária no estado do Amapá foi reestabelecida em 07 de novembro, ou seja, 3 dias após o incidente. As operações na SE Macapá, objeto da concessão da LMTE, foram progressivamente recompostas ao longo do mês de novembro, sendo 67% recomposta no dia 07 de novembro, com a recuperação do Transformador 03, e foram 100% normalizadas no dia 24 de novembro, após a transferência do transformador 01 da Subestação de Laranjal do Jari para a Subestação do Macapá. Ainda segundo as diretrizes do Gabinete de Crise, a LMTE realizou a transferência de um terceiro Transformador cedido a título oneroso por outra concessionária do setor e vindo de Boa Vista - Roraima, conseguindo, com muito esforço, após diversas e complexas etapas, disponibilizá-lo para operação em dezembro de 2020, de forma antecipada às previsões. Sequencialmente, em 08/01/2021, a transformação da Subestação Laranjal foi recomposta através de outro equipamento cedido de forma onerosa, este vindo de Vila do Conde - Pará, como forma de manter a configuração original, em quantitativo de transformadores, na Subestação de Laranjal do Jari, também objeto da concessão outorgada à LMTE. Adicionalmente, em abril, o Gabinete de Crise solicitou que a subestação Macapá contasse com um quarto transformador, em caráter temporário, o que foi obtido com o transformador existente na subestação Laranjal do Jari, da LMTE. Para tal comando, novamente foi utilizado o processo de cessão onerosa de outro transformador proveniente de Vila do Conde. Em julho ambos os transformadores estavam disponíveis, tanto em Macapá quanto em Laranjal do Jari. Como parte das ações de definitivo reestabelecimento das instalações da Companhia, foi contratada junto ao fornecedor ABB a aquisição de 2 (dois) novos transformadores de 230/69/13,8kV 150MVA, para SE Macapá que foram entregues em setembro/2021 e outubro/2021, conforme descrito na Nota 10. Contratou-se, ainda, com a WEG, o reparo do TR2 que foi entregue na SE Macapá em dezembro/2021. Todas as providências foram, e estão sendo estão sendo acompanhadas e validadas pelo ONS, MME e ANEEL, bem como os seguros dos equipamentos avariados devidamente acionados. Os novos transformadores foram energizados, respectivamente em 24 de setembro e 12 de novembro, normalizando a transformação da subestação Macapá = 3 x 150 MVA. Nas mesmas ocasiões foram devolvidos os transformadores cedidos de Boa Vista e um dos provenientes de Laranjal do Jari. Em paralelo às atividades técnicas e consoante ao seu programa de ASG (Ambiental, Social e Governança), durante o período mais agudo da ocorrência, a fim de minimizar os efeitos sobre a população, sobretudo a parcela mais vulnerável, a LMTE realizou a distribuição de kits formados por cestas básicas, água mineral e kit anticovid-19 nos municípios de Macapá, Santana e outras regiões metropolitanas, beneficiando um total de 4.000 famílias. Atualmente a Companhia estuda parcerias para tornar permanente o apoio a projetos sociais na localidade. Reiteramos que a LMTE trabalhou incansavelmente para o restabelecimento de 100% de transporte de carga necessária para o atendimento à população, com segurança. Não obstante, segue disposta a atuar em cooperação com as autoridades locais na busca de soluções para a superação das históricas fragilidades sistêmicas no fornecimento de energia e estabelecer os padrões de excelência com que é comprometida. Mais detalhamento sobre o evento está sendo explicado nas demonstrações financeiras da Companhia, nota 2.2. **Desempenho Econômico-Financeiro:** As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 1.4 das informações financeiras intermediárias, em todos os exercícios apresentados. Na preparação destas informações financeiras intermediárias, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil. Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as variações significativas nas demonstrações de resultado da Companhia (em milhares de reais):

Demonstrações de Resultado (em milhares de R$, exceto percentuais)	2021	% Total ROL	2020	% Total ROL	31 de Dezembro % Variação 2021/ 2020
Receita líquida	192.725	100,00	94.336	100,00	104,30
Custo de operação e manutenção	(53.185)	(27,60)	(15.986)	(16,95)	232,70
Lucro bruto (prejuízo)	**139.540**	72,40	**78.350**	83,05	**78,10**
Despesas gerais e administrativas	(30.908)	(16,04)	(19.316)	(20,48)	60,01
Lucro (prejuízo) operacional	**108.632**	56,37	**59.034**	62,58	**84,02**
Despesas financeiras	(48.844)	(25,34)	(52.282)	(55,42)	(6,58)
Receitas financeiras	852	0,44	579	0,61	47,15
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**(47.992)**	(24,90)	**(51.703)**	(54,81)	**(7,18)**
Lucro (prejuízo) antes do IR e da contribuição social	**60.640**	31,46	**7.331**	7,77	727,17
IR e contribuição social diferidos	(22.961)	(11,91)	(2.977)	(3,16)	671,28
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**37.679**	19,55	**4.354**	4,62	**765,39**

Receita líquida: Aumento devido ao ganho de remuneração do Ativo de Contrato no período. Em 2021, o órgão regulador utilizou o percentual IPCA de 8,056% para atualização da receita do período de 01/072021 a 30/06/2022, acima do esperado e aplicado no cálculo da estimativa, gerando assim um ganho de remuneração em 2021. O percentual IPCA divulgado pelo órgão no período anterior correspondente foi de 1,88%, abaixo da expectativa de atualização identificada no início do contrato, ocasionando assim, a perda de remuneração reconhecida em 2020. **Custo de operação e manutenção:** O aumento em 2021 ocorre basicamente pelos custos referentes aos transformadores que sofreram incêndio em 2020 e a outros custos operacionais. Desde então, a Companhia trabalhou incansavelmente, tomando todas as providências cabíveis para a recomposição das instalações de transmissão sob sua responsabilidade, fato que ocorreu em 24 de novembro quando 100% das operações da SE Macapá foram normalizados após a transferência de um transformador de alta voltagem. Os custos não recorrentes do exercício somam um total de R$ 43.440 e referem-se ao investimento da companhia na substituição de dos transformadores e na implantação de um quarto. Além disso, a Companhia disponibilizou um terceiro transformador cedido à título oneroso por outra concessionária conforme diretrizes do Gabinete de Crise pelo custo mensal de R$ 37. **EBITDA:** A Composição do EBITDA de 31/12/2021, bem como do mesmo período de 2020 é de:

EBITDA (em milhares de R$, exceto percentuais)	2021	2020	31 de Dezembro % Variação 2021/2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	37.679	4.354	765,39
IIR e contribuição social corrente e diferido	22.961	2.977	671,28
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	47.992	51.703	(7,18)
EBIT	108.632	59.034	84,02
Depreciação e amortização	809	400	102,25
EBTIDA	**109.441**	**59.434**	**84,14**
Despesas gerais não recorrente	43.440	12.075	259,75
EBTIDA Ajustado	**152.881**	**71.509**	**113,79**
Receita Operacional Líquida - ROL	192.725	94.336	104,30
Margem do EBTIDA %	**79,33%**	**75,80%**	**4,65**

Em linhas gerais o EBTIDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, é o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A variação do imposto reflete a variação do resultado do exercício que teve como principal impacto o aumento da receita pelo ganho de remuneração do ativo contratual no período e o custo de operação e manutenção devido ao incêndio dos transformadores de 2020 e os gastos relacionados que fizeram com que o Lucro antes de Imposto de Renda e Contribuição Social aumentasse em 2021 em comparação com 2020. **Resultado do Exercício:** O resultado do exercício é obtido pela diferença entre todas as receitas e despesas do exercício. Como consequência da combinação de todos os efeitos anteriormente mencionados, o lucro aumentou % em comparação com o ano anterior, alcançando assim, o lucro contábil no exercício de R$ 37.679. **Auditores Independentes:** Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14/01/2003, a Companhia declara que mantém contratada a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o período de 2021. A Deloitte desde então não prestou serviços não relacionados à auditoria independente. A política de autuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos:** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A ADMINISTRAÇÃO

Balanços patrimoniais em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.040	21.350
Clientes (Nota 7)	15.879	15.986
Impostos a recuperar (Nota 8)	1.773	2.859
Ativo de concessão - Contratual (Nota 9)	142.464	131.349
Despesas pagas antecipadamente	641	421
Outros ativos	11	956
Total do ativo circulante	**162.808**	**172.921**
Não circulante		
Ativo de concessão - Contratual (Nota 9)	1.694.906	1.639.116
Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	2.035	7.799
Depósitos judiciais (Nota 11)	114	16.467
Partes relacionadas (Nota 12)	58.952	83.304
Caixa restrito (Nota 13)	38.350	22.771
Títulos de renda fixa	229	210
Compras em andamento	517	-
Direito de uso em homologação (Nota 14)	16.820	-
Total do ativo não circulante	**1.811.463**	**1.769.667**
Imobilizado, líquido	813	5.063
Total do ativo não circulante	**1.812.276**	**1.774.730**
Total do ativo	**1.975.084**	**1.947.651**

Passivo e Patrimônio Líquido	2021	2020
Circulante		
Adiantamento a Clientes	-	43
Fornecedores (Nota 15)	8.758	7.203
Empréstimos e debêntures (Nota 16)	73.240	60.358
Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 17)	4.624	10.501
Outros passivos	2.804	847
Total do passivo circulante	**89.426**	**78.952**
Não circulante		
Empréstimos e debêntures (Nota 16)	629.956	675.255
Provisões (Nota 18)	12.310	16.881
PIS e COFINS diferidos (Nota 19)	169.957	163.768
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 20 (b))	170.350	147.389
Total do passivo não circulante	**982.573**	**1.003.293**
Patrimônio líquido (Nota 20)		
Capital social	667.013	667.013
Reserva legal	20.544	18.660
Reserva de capital	49.496	49.496
Reserva de incentivo fiscal	3.516	3.516
Reserva especial de dividendos	162.516	126.721
Total do patrimônio líquido	**903.085**	**865.406**
Total do passivo	**1.975.084**	**1.947.651**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total
Em 31/12/2019	**667.013**	**18.442**	**49.496**	**-**	**126.101**	**-**	**861.052**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.354	4.354
Destinação do lucro exercício	-	218	-	3.516	620	(4.354)	-
Em 31/12/2020	**667.013**	**18.660**	**49.496**	**3.516**	**126.721**	**-**	**865.406**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	37.679	37.679
Destinação do lucro do exercício	-	1.884	-	-	35.795	(37.679)	-
Em 31/12/2021	**667.013**	**20.544**	**49.496**	**3.516**	**162.516**	**-**	**903.085**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

	2021	2020
Receita líquida (Nota 22)	192.725	94.336
Custo de operação e manutenção (Nota 23)	(53.185)	(15.986)
Lucro bruto	**139.540**	**78.350**
Despesas gerais e administrativas (Nota 23)	(30.908)	(19.316)
Lucro antes do resultado financeiro	**108.632**	**59.034**
Despesas financeiras (Nota 24)	(48.844)	(52.282)
Receitas financeiras (Nota 24)	852	579
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**(47.992)**	**(51.703)**
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**60.640**	**7.331**
IR e contribuição social correntes e diferidos (Nota 20(a))	(22.961)	(2.977)
Lucro líquido do exercício	**37.679**	**4.354**
Lucro por lote de mil ações - R$	**56,49**	**6,53**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	37.679	4.354
Total do resultado abrangente total do exercício	**37.679**	**4.354**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa para exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**37.679**	**4.354**
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
IR e contribuição social diferidos (Nota 20 (a))	22.961	986
Pis e Cofins diferidos (Nota 19)	6.189	(3.038)
Ativo de concessão - Contratual - Remuneração (Nota 9)	(141.210)	(140.641)
(Ganho) Perda de remuneração do ativo de concessão - contratual (Nota 9)	(59.507)	46.784
Juros dos empréstimos (Nota 16)	46.212	49.806
Provisões (Nota 17)	(4.571)	3.742
Outros	5.502	1.407
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais		
Ativo de concessão - contratual - Recebimento (Nota 9)	133.812	126.696
Clientes (Nota 7)	107	(2.158)
Impostos a recuperar (Nota 8)	1.086	(523)
Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	5.764	(5.161)
Despesas antecipadas	(220)	(333)
Depósito judiciais (Nota 11)	16.353	(14.130)
Direito de uso	(16.820)	-
Adiantamento a clientes	(43)	43
Compras em andamento	(57)	-
Fornecedores (Nota 15)	1.555	(4.938)
Outros ativos	945	795
Impostos e contribuições a recolher (Nota 17)	(5.877)	3.253
Outros passivos	1.957	57
Caixa gerado nas operações	**51.817**	**67.001**
Juros pagos (Nota 16)	(20.418)	(9.601)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(2.766)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**31.399**	**54.634**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(287)	(187)
Caixa restrito (Nota 13)	(15.579)	(9.192)
Títulos de renda fixa	(19)	(65)
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades de investimento	**(15.885)**	**(9.444)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos (Nota 16)	(59.176)	(58.358)
Partes relacionadas (Nota 12)	24.352	21.681
Caixa liquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(34.824)	(36.677)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(19.310)**	**8.513**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 6)	**21.350**	**12.837**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 6)	**2.040**	**21.350**

(*) As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 25 (a).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Receitas	2021	2020
Prestação de serviços (Nota 22)	215.309	109.017
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de operação e manutenção	(42.103)	(3.807)
Serviço de terceiro	(25.904)	(11.654)
Provisões e Outros	7.085	(1.701)
Valor adicionado bruto	**154.387**	**91.855**
Depreciação e amortização	(809)	(400)
Valor adicionado líquido produzido	**153.578**	**91.455**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (Nota 24)	852	579
Valor adicionado total a distribuir (absorver)	**154.430**	**92.034**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	(13.525)	(11.070)
Benefícios	(1.909)	(1.902)
FGTS	(925)	(653)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(44.622)	(14.875)
Estaduais	(1.204)	(135)
Taxas Regulatórias (Nota 22)	(3.721)	(5.144)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	(48.844)	(52.282)
Aluguéis	(2.001)	(1.619)
Lucro líquido do exercício	(37.679)	(4.354)
Valor adicionado distribuído	**(154.430)**	**(92.034)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Membros da Administração

Conselho de Administração
Meton Barreto de Morais Neto - **Presidente**

Titulares
Flávio Alves de Lima, Fabio Vassel, Warley Isaac Noboa Pimentel
Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro

Suplente
Tulio Luis Mauro Barata - **Diretoria Executiva**
Meton Barreto de Morais Neto - **Diretor Presidente**
Mauro de Almeida Santos - **Diretor Financeiro e de Relação com Investidores**

Controller
Juliana Silva Gomes Madureira - CRC-RJ-116377/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Incêndio nos transformadores da linha de transmissão:* Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.6 e nº 17 às demonstrações financeiras, em 03/11/2020, houve a ocorrência de indisponibilidade na Subestação de Macapá, que afetou o fornecimento de energia do Estado do Amapá a partir do mês de novembro de 2020, bem como todos os seus desdobramentos. Por causa da relevância do assunto, bem como da complexidade e diversidade dos temas envolvidos, abrangendo aspectos regulatórios, operacionais, financeiros, entre outros, consideramos referido evento como sendo um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura das notificações recebidas pela Companhia; (ii) obtenção de confirmações externas com os assessores jurídicos que patrocinam os processos judiciais da Companhia; (iii) discussão com a Administração da Companhia, com os assessores internos e com os advogados externos acerca do evento ocorrido, de seus possíveis desdobramentos, da situação atual dos processos e das discussões em curso, bem como de seus potenciais impactos nas operações e demonstrações financeiras; (iv) revisão da análise efetuada pela Administração em relação aos impactos conhecidos, incorridos e passíveis de mensuração, principalmente relativos às Parcelas Variáveis por Indisponibilidade - PVI e às Parcelas Variáveis por Restrição Operativa - PVRO, na apuração dos impactos sobre os ativos de contrato e receitas da Companhia; e (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que todos os possíveis efeitos financeiros estimados encontram-se adequadamente registrados e divulgados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Ativo de concessão - Mensuração:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras, a concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo de concessão contratual, a partir de 01/01/2018, conforme adoção do pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados à mensuração do ativo de con-

continua...

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 10.234.027/0001-00

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

trato de concessão; (ii) discussão das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de mensuração, preparadas pela Companhia, para confronto com os registros efetuados no sistema contábil e com a adequada mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão; (iv) recálculo do ativo de contrato de concessão; (v) leitura e análise dos contratos de concessão; (vi) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31/12/2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda.

Diego Wailer da Silva Contador

1. Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas acima são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e na regulamentação contábil aplicável.
2; As demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: www.monitormercantil.com.br e https://sistemas.cvm.gov.br/

Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. - LTTE

CNPJ/MF nº 14.395.590/0001-03

Balanços patrimoniais em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Ativo	2021	2020	Passivo e Patrimônio Liquido	2021	2020
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	55.849	142.912	Fornecedores (Nota 11)	13.361	2.211
Ativo de concessão - Contratual (Nota 10)	51.611	38.203	Debêntures e financiamentos (Nota 12)	21.823	2.299
Adiantamentos a fornecedores (Nota 6)	134	1.934	Impostos e contribuições a recolher	1.373	1.546
Partes relacionadas a receber	241	-	Outras provisões	175	-
Despesas pagas antecipadamente	302	-	Outros passivos	178	227
Impostos a recuperar (Nota 7)	1.176	440	**Total do passivo circulante**	**36.910**	**6.283**
Clientes (Nota 8)	5.442	3.507	**Não circulante**		
Outros ativos	215	-	Provisão para contingências (Nota 15)	4.185	27.630
Total do ativo circulante	**115.030**	**186.996**	PIS e COFINS diferidos (Nota 13)	61.773	45.726
Não circulante			Debêntures e financiamentos (Nota 12)	433.499	384.442
Ativo de concessão - Contratual (Nota 10)	616.200	456.133	Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 16)	-	10.000
Depósitos judiciais (Nota 9)	2.723	3.064	**Total do passivo não circulante**	**499.457**	**467.798**
Compras em Andamento	481	-	**Patrimônio líquido (Nota 16)**		
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 14)	52.233	58.242	Capital social	456.274	446.274
	671.637	517.439	Lucros (Prejuízos) acumulados	(205.513)	(215.920)
Imobilizado	461	-	**Total do patrimônio líquido**	**250.761**	**230.354**
Total do ativo não circulante	**672.098**	**517.439**			
Total do ativo	**787.128**	**704.435**	**Total do passivo**	**787.128**	**704.435**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

	2021	2020
Receita líquida (Nota 17)	200.493	114.267
Custo dos serviços implementação da infraestrutura e O&M (Nota 18)	(139.203)	(34.471)
lucrobruto	**61.290**	**79.796**
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	20.473	(6.554)
Lucro operacional	**81.763**	**73.242**
Despesas financeiras (Nota 20)	(70.292)	(20.703)
Receitas financeiras (Nota 20)	4.945	613
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(65.347)**	**(20.090)**
Lucro antes do IR e da contribuição social	**16.416**	**53.152**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)	(6.009)	(18.491)
Lucro líquido do exercício	**10.407**	**34.661**
Lucro por lote de milações (básico e diluído)-R$	**22,81**	**77,67**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**10.407**	**34.661**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**10.407**	**34.661**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 01/01/2020	**416.006**	**(250.581)**	**165.425**
Aumento de capital (Nota 18)	30.268	-	30.268
Lucro líquido do exercício	-	34.661	34.661
Em 31/12/2020	**446.274**	**(215.920)**	**230.354**
Aumento de capital (Nota 18)	10.000	-	10.000
Lucro líquido do exercício	-	10.407	10.407
Em 31/12/2021	**456.274**	**(205.513)**	**250.761**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Membros da Administração

Conselho de Administração

Meton Barreto de Moraes Neto - **Presidente do Conselho**

Diretoria Executiva

Meton Barreto de Morais Neto - **Diretor Presidente**

Mauro de Almeida Santos - **Diretor Financeiro e de Relação com Investidores**

Antonio Lisboa Salles Neto - **Vice-Presidente de Operações e de Relações com Investidores**

Controller

Juliana Silva Gomes Madureira - CRC-RJ-116377/O-8

Demonstração dos fluxos de caixa para exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**10.407**	**34.661**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14)	6.009	18.491
Pis / Cofins diferido (Nota 13)	16.047	8.418
Ativo de concessão - Contratual - Remuneração (Nota 10)	(51.757)	(42.278)
Receita de Infraestrutura infraestrutura (Nota 10)	(143.448)	(26.790)
Despesas pagas antecipadamente	(302)	-
Juros dos empréstimos (Nota 12)	66.836	24.484
Ajuste de remuneração do ativo contratual (Nota 10)	(16.766)	(54.640)
Outros	1.745	(30.953)
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais		
Ativo de concessão contratual (Nota 10)	38.496	32.707
Impostos a recuperar (Nota 7)	(736)	(228)
Outros ativos	(275)	-
Clientes (Nota 8)	(1.935)	234
Adiantamentos a fornecedores (Nota 6)	1.800	(626)
Depósitos judiciais (Nota 9)	341	233
Compras em Andamento	(481)	-
Fornecedores (Nota 11)	11.150	(42.552)
Partes relacionadas	(241)	-
Impostos e contribuições a recolher	(173)	321
Provisão para contingências (Nota 15)	(23.445)	3.614
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 16)	-	10.000
Outras provisões	175	-
Outros passivos	(49)	(114)
Caixa gerado (aplicado) nas operações	**(86.602)**	**(65.018)**
Juros pagos (Nota 12)	-	(11.032)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(86.602)**	**(76.050)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(461)	-
Caixa restrito	-	2.899
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(461)**	**2.899**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos	-	410.870
Amortização de principal (Nota 12)	-	(227.331)
Aumento de capital	-	30.268
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**-**	**213.807**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(87.063)**	**140.656**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	**142.912**	**2.256**
aixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	**55.849**	**142.912**

(*) As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 21 (a).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A.. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras das Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022

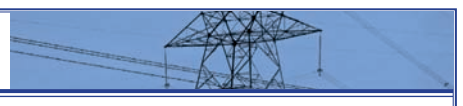
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Diego Wailer da Silva Contador CRC nº 1 RS 074562/O-3

1. Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas acima são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e na regulamentação contábil aplicável.
2. As demonstrações financeiras completas, auditadas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: www.monitormercantil.com.br e www.geminienergy.com.br

GEMINI ENERGY S.A.

CNPJ/MF nº 04.726.861/0001-02



Balanços patrimoniais em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
Ativo	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2020 (Reapresentado)**	**01/01/2020 (Reapresentado)**	**31/12/2021**	**31/12/2020 (Reapresentado)**	**01/01/2020 (Reapresentado)**
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	4	52.410	3	17	157.973	288.466	47.466
Contas a receber - Clientes	5	-	-	147	38.545	36.721	33.109
Ativo de concessão - Contratual	9	-	-	-	348.186	307.903	292.245
Adiantamentos fornecedores	10	44	2	26	378	2.136	1.565
Despesas antecipadas	7	2.376	490	937	5.005	1.853	2.431
Impostos e contribuições sociais	8	6.836	7.130	16.222	12.701	20.269	31.607
Outros ativos	14	223	358	2.925	549	2.789	6.770
Total do ativo circulante		**61.889**	**7.983**	**20.274**	**563.337**	**660.137**	**415.193**
Não circulante							
Ativo de concessão - Contratual	9	-	-	-	4.176.622	3.860.877	3.872.739
Caixa restrito	6	-	-	-	79.649	46.466	30.932
Títulos de renda fixa		-	-	-	433	415	285
Partes relacionadas	11	3.000	86.512	18.323	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	10	-	-	-	5.170	11.106	6.165
IR e CS diferidos	20	-	-	-	52.346	58.680	76.733
Depósitos judiciais	12	-	-	-	3.429	20.016	7.184
Direito de uso	13	-	-	-	16.820	-	-
Outros ativos	15	20.843	20.158	20.229	21.381	20.158	20.229
Investimentos	14	1.762.689	1.666.842	1.599.257	-	-	-
AFAC		-	10.000	-	-	-	-
		1.786.532	**1.783.512**	**1.637.809**	**4.355.850**	**4.017.718**	**4.014.267**
Imobilizado		2.004	112	24	4.260	12.312	13.163
Total do ativo não circulante		**1.788.536**	**1.783.624**	**1.637.833**	**4.360.110**	**4.030.030**	**4.027.430**
Total do ativo		**1.850.425**	**1.791.607**	**1.658.107**	**4.923.447**	**4.690.167**	**4.442.623**

		Controladora			Consolidado		
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2020 (Reapresentado)**	**01/01/2020 (Reapresentado)**	**31/12/2021**	**31/12/2020 (Reapresentado)**	**01/01/2020 (Reapresentado)**
Circulante							
Fornecedores	16	912	198	2.041	42.137	42.504	93.476
Debêntures e financiamentos	17	-	-	-	172.928	127.533	156.597
Impostos e contribuições sociais	8	52	53	1.073	10.122	26.437	24.840
Adiantamento de clientes		-	-	-	-	43	-
Provisões	18	-	-	-	175	-	-
Outros passivos		368	1.834	1.834	7.101	3.329	4.753
Total do passivo circulante		**1.332**	**2.085**	**4.948**	**232.463**	**199.846**	**279.666**
Não circulante							
PIS e COFINS diferidos	22	-	-	-	418.541	387.444	387.097
IR e CS diferidos	21	-	-	1.127	388.180	332.961	337.052
JCP a pagar		12.364	-	-	12.364	-	-
Partes relacionadas	11	135.069	173.721	195.507	-	-	-
Debêntures e financiamentos	16	-	-	-	1.833.221	1.815.980	1.654.509
Passivo a descoberto de controlada	19	324	32.240	30.806	-	-	-
Provisões	18	6.395	5.501	6.249	59.956	106.804	96.302
Total do não passivo circulante		**154.152**	**211.462**	**233.689**	**2.712.262**	**2.643.189**	**2.474.960**
Patrimônio líquido	20						
Atribuído aos acionistas da Controladora							
Capital social		1.995.776	1.995.776	1.863.876	1.995.776	1.995.776	1.863.876
Reserva de capital		5	5	-	5	5	-
Ações em tesouraria		(5)	(5)	-	(5)	(5)	-
Reserva legal		-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		4.576	4.576	4.576	4.576	4.576	4.576
Prejuízo acumulado		(305.411)	(422.292)	(448.982)	(305.411)	(422.292)	(448.982)
		1.694.941	**1.578.060**	**1.419.470**	**1.694.941**	**1.578.060**	**1.419.470**
Participação de minoritários		-	-	-	283.781	269.072	268.527
Total do patrimônio líquido		**1.694.941**	**1.578.060**	**1.419.470**	**1.978.722**	**1.847.132**	**1.687.997**
Total do passivo e do patrimônio liquido		**1.850.425**	**1.791.607**	**1.658.107**	**4.923.447**	**4.690.167**	**4.442.623**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas da controladora									
	Capital social									
	Capital social subscrito	**Capital social a integralizar**	**Capital social integralizado**	**Reseva de capital**	**Ações em tesouraria**	**Reserva legal**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Total**	**Participação dos não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Em 31/12/2019	**1.995.776**	**(131.900)**	**1.863.876**	**-**	-	**-**	**(391.550)**	**4.576**	**1.476.902**	**268.527**	**1.745.429**
Ajuste exercícios anteriores (Nota 1.5)	-	-	-	-	-	-	(57.432)	-	(57.432)	-	(57.432)
Em 01 de janeiro de 2020	**1.995.776**	**(131.900)**	**1.863.876**	**-**	**-**	**-**	**(448.982)**	**4.576**	**1.419.470**	**268.527**	**1.687.997**
-	-	-	-	5	-	-	-	-	5	-	5-
Subscrição de capital	-	-	-	-	(5)	-	-	-	(5)	-	(5)
Aumento de capital (Nota 18)	-	131.900	131.900	-	-	-	-	-	131.900	-	131.900
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	26.690	-	26.690	545	27.235
Em 31/12/2020	**1.995.776**	**-**	**1.995.776**	**5**	**(5)**	**-**	**(422.292)**	**4.576**	**1.578.060**	**269.072**	**1.847.132**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	116.881	-	-	14.709	131.590
Em 31/1282021	**1.995.776**	**-**	**1.995.776**	**5**	**(5)**	**-**	**(305.411)**	**4.576**	**1.694.941**	**283.781**	**1.978.722**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/10/2020**
Receita operacional líquida	23	-	-	634.528	285.347
Custo dos bens construídos e serviços prestados	24	-	-	(245.615)	(57.869)
Lucro/(Prejuízo) bruto		**-**	**-**	**388.913**	**227.478**
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	24	(1.402)	(9.745)	(19.741)	(48.377)
Outras receitas	25	13.247	20	13.271	32
Resultado de equivalência patrimonial 3e	18	117.771	35.730	-	-
Resultado antes do resultado financeiro		**129.616**	**26.005**	**382.443**	**179.133**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	26				
Receitas financeiras		825	479	15.377	5.468
Despesas financeiras		(13.560)	(921)	(202.769)	(136.520)
Resultado financeiro		**(12.735)**	**(442)**	**(187.392)**	**(131.052)**
Resultado antes do IR e da contribuição social		116.881	25.563	195.051	48.081
Imposto renda e contribuição social	21	-	1.127	(63.461)	(20.846)
Lucro do exercício		**116.881**	**26.690**	**131.590**	**27.235**
Atribuível a					
Participação dos acionistas controladores		-	-	116.881	26.690
Participação dos acionistas não controladores		-	-	14.709	545
		-	**-**	**131.590**	**27.235**
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R$)		**58,56**	**13,37**	**65,93**	**13,65**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Lucro do exercício	116.881	26.690	131.590	27.235
Participação no resultado abrangente de investidas	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**116.881**	**26.690**	**131.590**	**27.235**
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	-	-	116.881	26.690
Participação dos não controladores	-	-	14.709	545
	-	**-**	**131.590**	**27.235**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração
Warley Isaac Noboa Pimentel - **Presidente**

Titulares
Fabio Vassel; Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro; Meton Barreto de Morais Neto

Diretoria Executiva
Meton Barreto de Morais Neto - **Diretor Presidente**
Mauro de Almeida Santos - **Diretor Financeiro e de Relação com Investidores**
Antonio Lisboa Salles Neto - **Vice-Presidente de Operações e de Relações com Investidores**
Evandro Cavalcanti - **Diretor Técnico**

Controller
Juliana Silva Gomes Madureira - CRC-RJ-116377/O-8

Demonstração dos fluxos de caixa para exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	**116.881**	**26.688**	**131.590**	**27.235**
Ajustes para reconciliar o resultado do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	-	(1.127)	61.115	14.401
Equivalência patrimonial (Nota 14 e 19)	(117.771)	(35.730)	-	-
PIS / COFINS diferidos (Nota 22)	-	-	31.097	347
Remuneração do ativo de concessão (Nota 9)	-	-	(338.950)	(327.980)
Perda de remuneração do ativo contratual (Nota 9)	-	-	(139.790)	59.346
Ativo de contrato infraestrutura (Nota 9)	-	-	(169.466)	(27.408)
Juros dos empréstimos	-	-	176.124	131.110
Perda valor justo - Impairment (Nota 2.1 (a))	-	-	(36.536)	1
Provisões (Nota 18)	894	(748)	(46.463)	10.504
Outros	148	2.581	8.887	(25.107)
Movimentação nos ativos e passivos operacionais				
Ativo de concessão - Recebimento (Nota 9)	-	-	313.063	292.246
Concessionárias e permissionárias (Nota 5)	-	147	(1.824)	(3.612)
Impostos a recuperar (Nota 8)	294	9.092	7.568	11.137
Despesas antecipadas (Nota 7)	(1.886)	447	(2.714)	141
Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	(42)	24	22.165	(5.512)
Depósitos judiciais (Nota 12)	-	-	16.587	(12.832)
Direito de uso (Nota 13)	-	-	(16.820)	-
Compras em andamento	-	-	(538)	-
Outros ativos	(685)	71	1.421	1.485
Fornecedores (Nota 16)	714	(1.843)	(368)	(50.972)
Adiantamento de clientes	-	-	(43)	43
Partes relacionadas ativas(Nota 11)	(38.652)	(21.786)	-	1
Partes relacionadas passiva(Nota 11)	83.512	(68.189)	(1)	-
Impostos e contribuições a recolher (Nota 8)	(1)	(1.020)	(14.824)	5.679
Outros passivos	(1.466)	-	4.734	(1.409)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**41.940**	**(91.393)**	**6.014**	**98.844**
IRPJ e CSLL pagos	-	-	(1.492)	(4.083)
Juros pagos (Nota 16)	-	-	(72.234)	(31.270)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**41.940**	**(91.393)**	**(67.712)**	**63.491**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Investimento em sociedades controladas e coligadas (Nota 14 e 19)	-	(30.421)	-	(1)
AFAC	-	(10.000)	-	-
Caixa restrito (Nota 6)	-	-	(33.183)	(15.534)
Títulos de renda fixa	-	-	(18)	(130)
Alienação imobilizado	-	10	984	164
Adições do imobilizado	(1.897)	(110)	(2.645)	(578)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**(1.897)**	**(40.521)**	**(34.862)**	**(16.079)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingressos de empréstimos / debêntures (Nota 16)	-	-	120.000	410.870
Pagamento de empréstimos (Nota 16)	-	-	(160.283)	(349.182)
Aumento de capital (Nota 20)	-	131.900	-	131.900
JCP	12.364	-	12.364	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**12.364**	**131.900**	**(27.919)**	**193.588**
Aumento (Redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes	**52.407**	**(14)**	**(130.493)**	**241.000**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	**3**	**17**	**288.466**	**47.466**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	**52.410**	**3**	**157.973**	**288.466**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**52.407**	**(14)**	**(130.493)**	**241.000**

(*) As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 26.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Gemini Energy S.A.**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gemini Energy S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Gemini Energy S.A. em 31/12/2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** Incêndio nos transformadores da linha de transmissão. Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.6 às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2021, na qual a Companhia divulga ocorrência de indisponibilidade na Subestação de Macapá que afetou o fornecimento de energia do Estado do Amapá a partir do mês de novembro de 2020, bem como todos os seus desdobramentos. A Companhia também descreve que, na data da aprovação de suas Demonstrações Financeiras, os processos de natureza cível, criminal e administrativa instaurados, e todos os possíveis efeitos financeiros estimados, se encontram divulgados e, quando aplicável, registrados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os valores correspondentes relativos ao ativo e patrimônio líquido, referentes ao exercício anterior findo em 31/12/2020, apresentado para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto nos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

1. Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas acima são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e na regulamentação contábil aplicável.
2. As demonstrações financeiras completas, auditadas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: www.monitormercantil.com.br e www.geminienergy.com.br

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

ORIGEM ENERGIA ALAGOAS S.A.

CNPJ/ME nº 34.186.669/0001-31 - NIRE 33.30033241-3

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de abril de 2022. Data, Hora e Local: Aos 06 dias do mês de abril de 2022, às 19 horas, na sede social da **Origem Energia Alagoas S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mena Barreto, nº 120, Botafogo, CEP 22.271-100. **Presença:** Presentes todos os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4°, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas em Assembleias Gerais da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente – Sr. Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan; Secretário – Sr. Luiz Felipe Coutinho Martins Filho. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (a) nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 17, parágrafo único, alínea "i" do Estatuto Social da Companhia, a realização, pela Companhia, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie com garantia real, no valor total de R$ 690.413.000,00 (seiscentos e noventa milhões, quatrocentos e treze mil reais) ("Emissão"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta Restrita"), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Origem Energia Alagoas S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário", "Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente); (b) a outorga, pela Companhia, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do Agente de *Swap* (conforme definido abaixo), em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), (i) da Alienação Fiduciária de Equipamentos (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos (conforme definido abaixo); (ii) do Penhor das Concessões (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Penhor das Concessões (conforme definido abaixo); (iii) do Penhor de Petróleo e Gás (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Penhor de Petróleo e Gás (conforme definido abaixo); (iv) da Cessão Condicional de Direitos (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Cessão Condicional (conforme definido abaixo); (v) da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo); e (vi) da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap* (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap* (conforme definido abaixo); (c) a celebração, como interveniente anuente, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, a ser celebrado ente a Acionista, o Agente Fiduciário, o Agente de *Swap* e a Companhia, e de seus eventuais aditamentos; (d) a celebração do "Contrato de Operações de Derivativos" ("Contrato de *Swap*"), a ser celebrado entre a Companhia e o Banco Bradesco S.A. ("Agente de *Swap*"), bem como as eventuais confirmações que sejam necessárias para o aperfeiçoamento e realização da operação de derivativos ("Operação de *Swap*"); (e) a autorização aos representantes legais da Companhia para (i) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, às Debêntures, à Oferta Restrita, à Operação de *Swap*, à Alienação Fiduciária de Equipamentos (conforme definido abaixo), ao Penhor das Concessões (conforme definido abaixo), ao Penhor de Petróleo e Gás (conforme definido abaixo), à Cessão Condicional de Direitos (conforme definido abaixo), à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) e à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap* (conforme definido abaixo), (ii) celebrar a Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios do *Swap*, o Contrato de *Swap* e o Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), bem como seus eventuais aditamentos, e, dentro dos limites das obrigações a serem assumidas no âmbito da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), do Contrato de *Swap,* do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap* e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), assinar quaisquer outros instrumentos, notificações, declarações e documentos e seus eventuais aditamentos relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta Restrita, à Operação de *Swap*, às Garantias Reais (conforme definido abaixo) e à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap*, que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, da Oferta Restrita, da Operação de *Swap*, das Garantias Reais (conforme definido abaixo) e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap*, (iii) contratar os prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando a, os Coordenadores (conforme definido abaixo), o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante (conforme definido abaixo), o Escriturador (conforme definido abaixo), o Agente de *Swap*, o banco depositário das contas correntes vinculadas à Emissão e os assessores legais da Oferta Restrita, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários, e (iv) praticar todos e quaisquer atos necessários para efetivar as matérias acima, definir e aprovar o teor dos documentos da Emissão, da Operação de *Swap* e da Oferta Restrita e assinar os documentos necessários à sua realização, bem como seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando a, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização da Emissão e da Oferta Restrita; e (f) a outorga de procurações, em favor do Agente Fiduciário e do Agente de *Swap*, nos termos previstos nos Contratos de Garantia e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap*, e com prazo de vigência até o fim dos respectivos contratos; e (g) a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados às matérias acima. **Deliberações:** Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos e tomadas as seguintes deliberações, as quais foram aprovadas por unanimidade de votos dos presentes, sem quaisquer restrições ou ressalvas: (a) aprovar a realização da Emissão e da Oferta Restrita, de acordo com os seguintes termos e condições: (i) **Número da Emissão:** a Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia; (ii) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R$ 690.413.000,00 (seiscentos e noventa milhões, quatrocentos e treze mil reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão"), sendo (i) R$ 345.207.000,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e sete mil reais) correspondentes às Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo); e (ii) R$ 345.206.000,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e seis mil reais) correspondentes às Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo). (iii) **Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 06 de abril de 2022 ("Data de Emissão"); (iv) **Data de Início da Rentabilidade:** para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da primeira integralização das Debêntures, no caso das Debêntures da Primeira Série, e a Data de Emissão, no caso das Debêntures da Segunda Série ("Data de Início da Rentabilidade"); (v) **Número de Séries:** a Emissão será realizada em 2 (duas) séries; (vi) **Quantidade de Debêntures:** a Emissão será composta de 690.413 (seiscentas e noventa mil e quatrocentas e treze) Debêntures, sendo que serão emitidas (i) 345.207 (trezentas e quarenta e cinco mil e duzentas e sete) Debêntures a serem distribuídas no âmbito da primeira série ("Debêntures da Primeira Série"); e (ii) 345.206 (trezentas e quarenta e cinco mil e duzentas e seis) Debêntures a serem distribuídas no âmbito da segunda série ("Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, as "Debêntures"); (vii) **Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (viii) **Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; (ix) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos da Escritura de Emissão e nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações; (x) **Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série:** o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente; (xi) **Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série:** o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série será atualizado pelo valor da cotação da taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, disponível no Sistema de Informações do Banco Central – SISBACEN, por meio do Sistema PTAX, conforme divulgada na página do Banco Central na página da rede mundial de computadores – *https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes*, na opção "Cotações e Boletins – Cotações de fechamento de todas as moedas em uma data", que será utilizada com 4 (quatro) casas decimais do Dia Útil imediatamente anterior à data de referência ("Taxa de Câmbio") a partir da respectiva Data de Início de Rentabilidade até a data do seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série"), sendo o produto da atualização automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série"), segundo a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (xii) **Remuneração das Debêntures da Primeira Série:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extragrupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil. Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI Over"), acrescida de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 2,57% (dois inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, a partir da respectiva Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive), até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série subsequente, data de declaração de vencimento antecipado nos termos da Escritura de Emissão ou data de um eventual Resgate Antecipado Obrigatório Total, Resgate Antecipado Facultativo Total, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária (exclusive), o que ocorrer primeiro. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (xiii) **Remuneração das Debêntures da Segunda Série:** sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios lineares correspondentes a 6,59% (seis inteiros e cinquenta e nove centésimos por cento) ao ano-base de 360 dias corridos ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série a partir da respectiva Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série subsequente, data de declaração de vencimento antecipado nos termos da Escritura de Emissão ou na data de um eventual Resgate Antecipado Obrigatório Total, Resgate Antecipado Facultativo Total, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária (exclusive), o que ocorrer primeiro ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a "Remuneração"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (xiv) **Pagamento da Remuneração:** ressalvadas as hipóteses de pagamento em decorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Resgate Antecipado Obrigatório Total, Resgate Antecipado Facultativo Total, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária, o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será realizado em parcelas trimestrais e consecutivas, devidas sempre no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de junho de 2022, até a Data de Vencimento da respectiva Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão aqueles que forem titulares das Debêntures no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento; (xv) **Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série:** ressalvadas as hipóteses de pagamento em decorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Resgate Antecipado Obrigatório Total, Resgate Antecipado Facultativo Total ou Oferta de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, será amortizado em 21 (vinte e uma) parcelas trimestrais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de março de 2023, e o último pagamento devido na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série"), conforme cronograma a ser previsto na Escritura de Emissão; (xvi) **Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série:** ressalvadas as hipóteses de pagamento em decorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Resgate Antecipado Obrigatório Total, Resgate Antecipado Facultativo Total ou Oferta de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária, o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, será amortizado em 21 (vinte e uma) parcelas trimestrais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de março de 2023, e o último pagamento devido na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com uma Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série, uma "Data de Amortização"), conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão; (xvii) **Repactuação Programada:** as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (xviii) **Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade:** as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, sua titularidade será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3, em nome de cada Debenturista; (xix) **Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder "Coordenador Líder"), por meio do MDA (conforme definido abaixo), administrado e operacionalizado pela B3, de acordo com os termos previstos no "*Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Com Garantia Real, Para Distribuição Pública, da Origem Energia Alagoas S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"); (xx) **Público-Alvo da Oferta Restrita:** o público-alvo da Oferta Restrita é composto exclusivamente pelos investidores profissionais, conforme definição constante do artigo 11 da Resolução CVM n° 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 30") ("Investidores Profissionais"); (xxi) **Plano de Distribuição:** os Coordenadores organizarão a distribuição e colocação das Debêntures, observado o disposto na Instrução CVM 476 e no Contrato de Distribuição, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos Investidores Profissionais, seja justo e equitativo; e (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes dos Coordenadores. O plano de distribuição será fixado pelos Coordenadores, em conjunto com a Companhia, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Companhia ("Plano de Distribuição"). O Plano de Distribuição será estabelecido mediante os termos previstos na Escritura de Emissão; (xxii) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 ("Preço de Subscrição Inicial das Debêntures da Primeira Série). Caso qualquer Debênture da Primeira Série venha a ser integralizada em data diversa e posterior à primeira data de integralização ("Primeira Data de Integralização"), a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* a partir da respectiva Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive ("Preço de Subscrição Final das Debêntures da Primeira Série" e, em conjunto com o Preço Inicial das Debêntures da Primeira Série, "Preço de Subscrição das Debêntures da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* a partir da respectiva Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive) de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 ("Preço de Subscrição das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com o Preço de Subscrição das Debêntures da Primeira Série, "Preço de Subscrição"). As Debêntures poderão ser subscrita com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição, desde que ofertado em igualdade de condições a todos os investidores da mesma Série em cada data de integralização; (xxiii) **Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônico:** as Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3. Não obstante o disposto na acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 12 da Resolução CVM 30, nos mercados regulamentados de valores mobiliários, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada data de subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, bem como o disposto em seu parágrafo 1º do artigo 15, condicionado ao cumprimento pela Companhia das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476; e observadas, ainda, as disposições legais e regulamentares aplicáveis. O prazo de 90 (noventa) dias de restrição de negociação das Debêntures não será aplicável na hipótese do exercício da garantia firme de colocação pelos Coordenadores observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476; (xxiv) **Destinação dos Recursos**: A totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio da presente Emissão será destinada ao (i) reembolso ao Acionista da Companhia, por meio de redução de capital limitada ao Valor Total da Emissão, de recursos que tenham sido utilizados para a composição do valor necessário para satisfação das condições de pagamento dispostas no "*Purchase and Sale Agreement*", celebrado em 5 de julho de 2021 entre a Companhia e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("Petrobras"), para fins de aquisição, pela Companhia, da totalidade dos direitos e obrigações da Petrobras em relação aos ativos indicados na Escritura de Emissão (respectivamente, o "Contrato de Compra e Venda", o "Projeto" e "Polo Alagoas"); e (ii) o que sobejar, para reforço de caixa da Companhia; (xxv) **Garantias Reais:** em garantia do fiel, pontual e integral pagamento e/ou cumprimento de quaisquer das obrigações da Companhia, principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, assumidas ou que venham a sê-las, perante os Debenturistas, o que inclui, mas não se limita a, o pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração, dos Encargos Moratórios, custos, comissões, encargos, despesas, multas, penalidades, honorários arbitrados em juízo ou definidos fora dele, indenizações, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos na Escritura de Emissão, bem como o ressarcimento de todo e qualquer custo, encargo, despesa ou importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar por conta da constituição e/ou aperfeiçoamento das Garantias (conforme definido abaixo), bem como em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes da Escritura de Emissão e do Agente de *Swap*, nos termos do Contrato de *Swap* ("Obrigações Garantidas"), nos termos descritos na Escritura de Emissão, a Companhia e a Acionista, de forma irrevogável e irretratável, constituem em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, as seguintes garantias reais ("Garantias Reais" ou "Garantias"): (a) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade da Origem Energia S.A. ("Acionista"), bem como (a) todas as ações: (1) derivadas de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das ações de emissão da Companhia e quaisquer bens ou títulos nos quais as ações de emissão da Companhia sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários); (2) oriundas da subscrição de novas ações representativas do capital social da Companhia, bem como de bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação societária da Acionista na Companhia; e (3) de emissão da Companhia recebidas, conferidas e/ou adquiridas pela Acionista (direta ou indiretamente) por meio de consolidação, fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, divisão, reorganização societária ou de qualquer outra forma (observadas as restrições previstas no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e na Escritura de Emissão, conforme aplicável), sejam tais ações ou direitos atualmente ou futuramente detidas pela Acionista (em conjunto, as "Ações"), e (b) todos os dividendos (em dinheiro, espécie ou mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, rendimentos, pagamentos, créditos, remuneração, bonificações, direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições, reembolso de capital, bônus e demais valores efetivamente creditados, pagos, entregues, recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos à Acionista em razão da titularidade das Ações, sem limitar, todas as preferências e vantagens que forem atribuídas expressamente às Ações, a qualquer título, inclusive lucros, proventos decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre o capital próprio, valores devidos por conta de redução de capital, amortização, resgate, reembolso ou outra operação e todos os demais proventos ou valores que de qualquer outra forma tenham sido e/ou que venham a ser declarados e ainda não tenham sido distribuídos, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Ações, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) ("Ações Alienadas Fiduciariamente" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Acionista, na qualidade de alienante, a Companhia, na qualidade de interveniente anuente, o Banco Bradesco S.A., na qualidade de agente de *swap* ("Agente de *Swap*"), e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); (b) alienação fiduciária das máquinas, equipamentos e ativos em estoque relativos ao Projeto ("Alienação Fiduciária Equipamentos"), nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças*" a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de alienante, o Agente de *Swap* e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"); (c) penhor da totalidade dos direitos da Companhia emergentes de suas respectivas participações nos Contratos de Concessão (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme aditados e/ou renovados de tempos em tempos ("Penhor das Concessões"), nos termos do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes das Concessões e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de empenhante, o Agente de *Swap* e o Agente Fiduciário ("Contrato de Penhor das Concessões"); (d) penhor, pela Companhia, de todos os direitos, títulos e interesses da Companhia no petróleo e no gás produzido no âmbito do Projeto ("Penhor de Petróleo e Gás"), nos termos do "*Instrumento Particular de Penhor de Petróleo e Gás e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de empenhante, o Agente de *Swap* e o Agente Fiduciário ("Contrato de Penhor de Petróleo e Gás"); (e) cessão condicional de direitos de certos contratos do Projeto ("Cessão Condicional"), nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Condicional de Direitos e Contratos em Garantia e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de cedente, o Agente de *Swap* e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Condicional"); (f) cessão fiduciária de (a) todos e quaisquer direitos creditórios da Companhia, principais e acessórios, atuais e futuros, decorrentes, relacionados, e/ou emergentes (1) de cada um dos contratos de venda de óleo celebrados ou que venham a ser celebrados pelas Companhia no âmbito do Projeto; e (2) de cada um dos contratos de venda de gás celebrados ou que venham a ser celebrados pela Companhia no âmbito do Projeto; (b) dos ajustes positivos do Derivativo de Petróleo (conforme definido na Escritura de Emissão); e (c) todos os direitos creditórios da Companhia, principais e acessórios, atuais e futuros, decorrentes da titularidade, pela Companhia, da Conta Centralizadora (conforme definido no Contrato e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), de titularidade da Companhia, mas não movimentável por ela, na qual deverão passar, no mínimo, R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) por ano, nos termos e condições previstos no instrumento, bem como os recursos depositados, transitados e/ou mantidos ou a serem mantidos na Conta Centralizadora a qualquer tempo, inclusive os Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), bem como todos os seus frutos e rendimentos ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de cedente, o Agente de *Swap* e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, o Contrato de Penhor de Petróleo e Gás, o Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, o Contrato de Penhor das Concessões e o Contrato de Cessão Condicional, os "Contratos de Garantia"); (g) Adicionalmente, como garantia adicional das Debêntures da Primeira Série, a Companhia cederá fiduciariamente todos os direitos e créditos, atuais e futuros, decorrentes do lucro que a Companhia auferiria oriundo das operações de opção flexíveis não padronizadas, termo de moeda e *swaps* cambiais, caso exista variação positiva, no âmbito do Contrato de *Swap*, nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças – Recebíveis de Swap*", a ser celebrado, entre a Companhia, na qualidade de cedente e o Agente de *Swap* (respectivamente, "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap*" e "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap*"). (xxvi) **Compartilhamento das Garantias Reais:** As Garantias Reais são outorgadas em benefício conjunto do Agente de *Swap*, no âmbito do Contrato de *Swap* e dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e serão compartilhadas nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com o Agente de *Swap* e os Debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, conforme detalhado nos Contratos de Garantia ("Compartilhamento das Garantias Reais"); (xxvii) **Prazo e Data de Vencimento:** ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures, Resgate Antecipado Obrigatório Total, Resgate Antecipado Facultativo Total e Oferta de Resgate Antecipado Facultativo nos termos previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 2170 (dois mil, cento e setenta) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2028 ("Data de Vencimento"); (xxviii) **Resgate Antecipado Facultativo Total:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures de ambas as Séries ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, acrescido (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total, (iii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, e (iv) exclusivamente em relação às Debêntures da Segunda Série, de um prêmio *flat* incidente sobre os montantes indicados nas alíneas (i) e (ii) acima, equivalente aos percentuais apresentados na tabela a ser prevista na Escritura de Emissão ("Prêmio" e "Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total", respectivamente); (xxix) **Resgate Antecipado Obrigatório Total:** a Companhia deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório"), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, caso (i) a Companhia não obtenha a renovação dos Contratos de Concessão junto à ANP e/ou Ministério de Minas e Energia ("MME"), conforme aplicável, até 31 de dezembro de 2024; ou (ii) caso o PSS Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior (ou outro fundo de investimento em participações gerido pela Prisma Capital) deixe de (a) ser titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da Companhia; e (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, conforme definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações ("Troca de Controle") (em conjunto "Eventos de Pré-Pagamento"). Caso ocorra um Evento de Pré-Pagamento, a Companhia deverá realizar o Resgate Antecipado Obrigatório da totalidade das Debêntures em até 5 (cinco) Dias Úteis contados, conforme o caso: (x) da não obtenção da renovação dos Contratos de Concessão no prazo acima mencionado; e/ou (y) da data do fechamento da operação em que seja realizada a Troca de Controle, direta ou indireta, da Companhia. (xxx) **Amortização Extraordinária:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures de ambas as Séries, de forma *pari passu*, proporcional ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ("Amortização Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Companhia será equivalente a (i) parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária, (iii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, e (iv) exclusivamente em relação às Debêntures da Segunda Série, de Prêmio incidente sobre os montantes indicados nas alíneas (i) e (ii) acima nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão ("Valor da Amortização Extraordinária", respectivamente); (xxxi) **Oferta de Resgate Antecipado:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, sem a necessidade de qualquer permissão ou regulamento prévio. A oferta de resgate antecipado será endereçada a todos os Debenturistas de ambas as Séries, sendo assegurada a todos os Debenturistas da respectiva Série, conforme o caso, a igualdade de condições para os Debenturistas da respectiva série para aceitar ou recusar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"); (xxxii) **Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; (xxxiii) **Local de Pagamento:** os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (xxxiv) **Encargos Moratórios:** sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa moratória convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data do inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive); ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); (xxxv) **Prorrogação de Prazos:** considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão até o 1° (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na Escritura de Emissão, entende-se por "Dia(s) Útil(eis)" (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3 ou qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia em que não seja feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou qualquer dia em que não houver expediente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ou na localidade em que referida obrigação deva ser cumprida, conforme o caso; e (iii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia que não seja sábado ou domingo ou feriado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na localidade em que referida obrigação deva ser cumprida, conforme o caso; (xxxvi) **Banco Liquidante e Escriturador:** a instituição prestadora dos serviços de banco liquidante e escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede Núcleo Administrativo denominado "Cidade de Deus", s/nº, Vila Yara, Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" ou "Escriturador", conforme o caso), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures. O Banco Liquidante e o Escriturador poderão ser

substituídos a qualquer tempo, se assim aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas, pelos Debenturistas em conjunto com a Companhia, conforme previsto na Escritura de Emissão; (xxxvii) **Vencimento Antecipado:** Observado os termos da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis caso tenha ocorrido e esteja em curso qualquer das seguintes hipóteses, sendo certo que a qualificação (automático ou não automático), prazos de curas, limites e/ou valores mínimos e máximos (*thresholds*), especificações, ressalvas e/ou exceções em relação a tais hipóteses serão negociados e definidos na Escritura de Emissão, prevalecendo, em qualquer caso, os termos ali previstos: a. descumprimento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, no Contrato de *Swap* e nos demais documentos da oferta, incluindo, mas não se limitando aos Contratos de Garantia; b. (i) decretação de falência da Companhia, da Acionista ou das controladas da Acionista; (ii) pedido de autofalência pela Companhia, pela Acionista ou das controladas da Acionista; (iii) pedido de falência da Companhia, da Acionista e/ou das controladas da Acionista formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (iv) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, da Acionista e/ou de qualquer controlada da Acionista; c. propositura, pela Companhia, pela Acionista e/ou por qualquer das controladas da Acionista, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia, pela Acionista e/ou por qualquer controlada da Acionista, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; d. declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, da Companhia e/ou da Acionista; e. caso a Companhia e/ou a Acionista venham a transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações decorrentes das Debêntures e/ou das Garantias; f. cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia e/ou da Acionista, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou a Acionista, exceto (a) se previamente aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão; (b) pela realização de qualquer reorganização societária necessária para a transferência dos Ativos Excluídos; ou (c) por operações de cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária da Acionista desde que tais operações não resultem em troca de controle; g. não cumprimento da obrigação de realizar o Resgate Antecipado Obrigatório em caso de ocorrência de um Evento de Pré-Pagamento, em ambos os casos de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão; h. alteração do objeto social disposto no estatuto social da Companhia, exceto se tal alteração não resultar na mudança da atividade principal atualmente desenvolvida pela Companhia; i. questionamento judicial, administrativo e/ou arbitral, pela Companhia, pela Acionista, pelas suas controladas e/ou por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), da existência, validade, legalidade ou exequibilidade da Escritura de Emissão e/ou dos documentos da oferta; j. redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto pelo reembolso de recursos ao Acionista da Companhia de recursos que tenham sido utilizados para pagamento da aquisição do Polo Alagoas, limitados ao valor nominal máximo em reais equivalente ao Valor Total da Emissão; k. perda das concessões objeto dos Contratos de Concessão, seja por término dos Contratos de Concessão em razão de caducidade, encampação, resilição, ou outros eventos que possam resultar no término antecipado das concessões, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão, para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás natural, no âmbito do Projeto, pela Companhia; l. as declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Acionista nos documentos da oferta comprovarem-se falsas na data em que foram prestadas; m. resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia, distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos acionistas, exceto pela distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, se, cumulativamente: (a) a Companhia estiver adimplente perante os Debenturistas com relação a todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão e nos demais documentos da oferta; (b) a Companhia tenha realizado o pagamento da primeira parcela de amortização das Debêntures; (c) a Companhia tiver obtido a renovação de todos os Contratos de Concessão, ao menos pelo período mínimo de duração até a Data de Vencimento das Debêntures, junto à ANP e/ou ao MME, conforme aplicável; (d) a Companhia tenha caixa suficiente para realizar o pagamento integral dos dividendos e/ou dos juros sobre o capital próprio; (e) for apurado e mantido o ICSD (conforme definido abaixo) equivalente a, no mínimo, 1,200x (um inteiro e duzentos centésimos), conforme estabelecido na Escritura de Emissão, em qualquer data de medição; (f) for apurado e respeitado o limite mínimo da relação Dívida Líquida/EBITDA; e (g) anteriormente ao efetivo pagamento de dividendos, a Companhia esteja adimplente com seus *covenants* financeiros, já considerando a expectativa de distribuição de dividendos daquele período; n. descumprimento, pela Companhia e/ou pela Acionista, de quaisquer obrigações não pecuniárias constantes da Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia; o. protestos de títulos contra a Companhia, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis; p. as declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Acionista nos Documentos da Oferta comprovarem-se enganosas, incorretas, inconsistentes ou incompletas em seus aspectos relevantes na data em que foram prestadas; q. anulação, nulidade ou inexequibilidade quanto à Emissão, bem como caso a Emissão e/ou os Documentos da Oferta venham a se tornar total inválidos, nulos, inexequíveis, ou ineficazes, por meio de decisão judicial; r. caso os documentos da oferta venham a se tornar parcialmente inválidos, nulos, inexequíveis, ou ineficazes por meio de decisão judicial; s. aplicação dos recursos captados pela Emissão em destinação diversa do previsto na Escritura de Emissão; t. não cumprimento, pela Companhia, dos índices financeiros previstos na Escritura de Emissão, por 2 (duas) medições consecutivas ou por 3 (três) medições não consecutivas, durante a vigência da Emissão, a serem acompanhados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a partir da data da primeira medição, exceto se a Acionista realizar aporte de capital na Companhia, em até 10 (dez) Dias Úteis da data de confirmação, pelo Agente Fiduciário, do não cumprimento do respectivo Índice Financeiro, por meio da subscrição e integralização de novas ações de emissão da Companhia em montante suficiente para o cumprimento dos referidos índices financeiros nos respectivos períodos de medição (em conjunto, os "Índices Financeiros"). u. a Companhia deixar de manter a qualificação necessária perante a ANP para operar as concessões objeto dos Contratos de Concessão; v. a Companhia deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por um dos seguintes auditores independentes: PriceWaterhouseCoopers, KPMG Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes ("Auditores Independentes"); w. inadimplemento pela Companhia e/ou pela Acionista de quaisquer obrigações pecuniárias assumidas em dívida financeira no mercado de capitais, local ou internacional; x. inadimplemento pela Companhia de quaisquer obrigações pecuniárias assumidas em contratos de fornecimento e de prestação de serviços das quais a Companhia tenha adquirido bens ou recebido serviços; y. se a Companhia vender, alienar ou onerar, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo; z. descumprimento, pela Companhia, de decisão judicial, administrativa e/ou arbitral imediatamente exigível em qualquer grau de jurisdição que obrigue a Companhia a dispor de valor unitário ou agregado igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, o qual deverá ser corrigido pela variação acumulada do IPCA anualmente, a partir da Data de Emissão; aa. contratação, pela Companhia, de empréstimos ou mútuos, como credora, com seus acionistas, sociedades controladoras, controladas (diretas ou indiretas) ou sob controle comum da Acionista e/ou qualquer parte relacionada; bb. contratação, pela Companhia, de empréstimos ou mútuos, como devedora, com seus acionistas, administradores, empregados e/ou sociedades controladoras, controladas (diretas ou indiretas) ou sob controle comum da Acionista e/ou qualquer parte relacionada cujo valor seja superior ao saldo do valor de Endividamentos Permitidos (conforme definido abaixo); cc. realização, pela Companhia, de transações com sociedades integrantes do seu grupo econômico; dd. contratação, pela Companhia, de qualquer dívida no mercado financeiro ou de capitais; ee. desapropriação, confisco ou outra medida similar por qualquer entidade governamental brasileira da totalidade ou parte substancial dos ativos e/ou direitos da Companhia e/ou da Acionista; ff. constituição e/ou prestação, pela Companhia, de garantia fidejussória e/ou quaisquer Ônus e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma e ainda que sob condição suspensiva, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos da Companhia, em benefício de qualquer terceiro, exceto (a) pelos Ônus expressamente autorizados nos termos da Escritura de Emissão e/ou dos documentos da oferta; e (b) pelos recursos depositados em garantia da margem inicial fixa no âmbito das operações de derivativos de petróleo; gg. medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos ativos, inclusive participações societárias das controladas, exceto com relação àqueles para os quais tenha sido obtido o respectivo efeito suspensivo; hh. transformação do tipo societário da Companhia, inclusive transformação em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; ii. a partir do exercício fiscal de 2024, não manutenção de contratos de venda de gás, celebrados pela Companhia para o respectivo ano (considerando o somatório de todos os contratos de compra e venda de gás), com obrigatoriedade mínima de consumo de 60% (sessenta por cento) nos volumes indicados na Escritura de Emissão; jj. realização de quaisquer novos investimentos ou assunção de novos compromissos de investimento pela Companhia sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas; e kk. alteração, novação, modificação ou rescisão do Contrato de *Swap*. (xxxviii) **Demais Características:** as demais características das Debêntures e da Emissão serão descritas na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Oferta Restrita; (b) aprovar a outorga, pela Companhia, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do Agente de *Swap*, conforme aplicável, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas (i) da Alienação Fiduciária de Equipamentos, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; (ii) do Penhor das Concessões, nos termos do Contrato de Penhor das Concessões; (iii) do Penhor de Petróleo e Gás, nos termos do Contrato de Penhor de Petróleo e Gás; (iv) da cessão condicional de direitos de certos contratos do Projeto, nos termos do Contrato de Cessão Condicional; (v) da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; e (vi) da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap*, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap*; (c) aprovar a celebração pela Companhia, como interveniente anuente, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, bem como seus eventuais aditamentos; (d) aprovar a celebração do Contrato de *Swap*, bem como as eventuais confirmações que sejam necessárias para o aperfeiçoamento e realização da operação de derivativos; (e) autorizar aos representantes legais da Companhia para (i) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, às Debêntures, à Oferta Restrita, à Operação de *Swap*, à Alienação Fiduciária de Equipamentos, ao Penhor das Concessões, ao Penhor de Petróleo e Gás, à Cessão Condicional de Direitos, à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap*, (ii) celebrar a Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios do *Swap*, o Contrato de *Swap* e o Contrato de Distribuição, bem como seus eventuais aditamentos, e, dentro dos limites das obrigações a serem assumidas no âmbito da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de *Swap*, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap* e do Contrato de Distribuição, assinar quaisquer outros instrumentos e documentos e seus eventuais aditamentos relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta Restrita, à Operação de *Swap,* às Garantias Reais e à Cessão Fiduciária de Recebíveis do *Swap* que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, da Oferta Restrita, da Operação de *Swap*, das Garantias Reais e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap*, (iii) contratar os prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando a, os Coordenadores, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente de *Swap*, o banco depositário das contas correntes vinculadas à Emissão e os assessores legais da Oferta Restrita, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários, e (iv) praticar todos e quaisquer atos necessários para efetivar as matérias acima, definir e aprovar o teor dos documentos da Emissão, da Operação de *Swap* e da Oferta Restrita e assinar os documentos necessários à sua realização, bem como seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando a, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3, a ANBIMA, a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização da Emissão e da Oferta Restrita; e (f) aprovar a outorga de procurações, em favor do Agente Fiduciário e do Agente de *Swap*, nos termos previstos nos Contratos de Garantia e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de *Swap*, e com prazo de vigência até o fim dos respectivos contratos; e (g) a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados às deliberações acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi encerrada a presente assembleia e lavrada a presente ata na forma sumária, conforme concordância dos presentes, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Acionistas Presentes: Origem Energia S.A. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2022. Mesa: Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan - Presidente. Luiz Felipe Coutinho Martins Filho - Secretário. JUCERJA nº 4842310 em 11/04/2022.

Três perguntas: um exemplo de uso inteligente de inteligência artificial

Por Jorge Priori

Conversamos com Gabriel Rosso, coordenador de relacionamento com cliente da BizCapital, sobre a inteligência artificial desenvolvida pela empresa, a Berta.

O que faz a BizCapital?

A Biz nasceu em 2016 como um correspondente bancário. Como seus sócios são empreendedores em série, eles já haviam sentido na pele as dificuldades para se empreender no Brasil, como ter acesso a crédito e ter o suporte de um banco. A Biz começou fazendo a intermediação entre o cliente que precisava do dinheiro e uma financeira. Hoje, ela não é mais uma empresa monoproduto, mas uma empresa pluriproduto focada em crédito e com conta digital (Baas). A ideia é aprimorar o modelo de empresa que oferece soluções financeiras para pequenas e médias empresas.

Como se deu o desenvolvimento da Berta e como ela está sendo utilizada?

A Berta trabalha dentro do Watson Assistant da IBM. Nós lhe ensinamos algumas intenções que os clientes podem apresentar através de mensagens. Nós temos mais de 300 intenções com 350 respostas cadastradas. Nós não rodamos nenhum script ou análise dentro da inteligência. Ela trabalha apenas com atendimento de fato.

O que nós fazemos então? Nós conectamos a Berta via API com os nossos sistemas onde fazemos as análises e os processos. Quando um possível cliente entra em contato e faz uma série de perguntas, quem responde é a Berta. A partir do momento em que o cliente demonstra interesse por um produto, como um crédito online para PJ, ela já dá ao cliente a possibilidade de fazer a solicitação ali mesmo na conversa.

Caso ele concorde com os termos de privacidade e de acesso a informação, que são disponibilizados através de um link na própria conversa, seus dados são colhidos e enviados para o nosso sistema onde é feita uma pré-análise. Feita a pré-análise, nós retornamos com o resultado na própria conversa informando a existência ou não de um crédito pré-aprovado.

Caso ele queira seguir, ele é orientado a clicar num link para o envio dos documentos, avançando na esteira para uma mesa de crédito que analisará manualmente o processo e definirá a aprovação do crédito. Como disse, a análise de crédito não ocorre na Berta, e sim dentro dos nossos sistemas.

Nós já conseguimos concluir uma operação, desde o pedido do cliente até o crédito dos recursos na conta do cliente, em 1 hora e 6 minutos. Com a Berta, a nossa expectativa é bater esse recorde em breve.

A inteligência artificial é um paredão: bateu, voltou. O cliente faz uma pergunta, recebe um retorno. O tempo médio da primeira resposta é de um segundo. O tempo médio de atendimento como um todo está na casa dos 47 segundos. Com isso, o cliente tem tudo sem depender de um atendimento humano. Por exemplo, antes, se o cliente precisasse de um boleto, um atendente teria que acessar o sistema, emitir o boleto, fazer o download e enviá-lo para o cliente. Todo esse processo morreu pois a IA vai ao sistema via API, pega o dado e o entrega ao cliente.

Com relação a empresa, nós conseguimos otimizar a estrutura da equipe de atendimento. Nós lançamos a Berta em setembro de 2020, num momento crítico da pandemia, quando as pequenas e médias empresas estavam sendo muito impactadas. Nós estávamos trabalhando junto com o Sebrae no Programa Crédito Retomado, que havia sido lançado para ajudar as pequenas empresas a se reerguerem. Com isso, cada uma das três pessoas da nossa equipe de atendimento passou a atender uma média de 150 empresas, um número muito alto.

Com a Berta, já na primeira semana nós conseguimos fazer 80% dos atendimentos de forma automática. Assim, nós tiramos o peso da equipe, que não estava conseguindo atender como gostaríamos, e ao mesmo tempo nós não precisamos aumentá-la.

Divulgação/BizCapital

Hoje, mais de 95% dos atendimentos que chegam na empresa são feitos pela IA. Numa média de 8 mil atendimentos por mês, 7.600 são feitos pela Berta. Em ofertas pré-aprovadas, a Berta já encaminhou mais de R$ 15 milhões.

Muitas empresas têm atendimentos via IA que custaram caro, não funcionam e somente aborrecem os clientes antes de passá-los para uma pessoa de verdade. Como vocês fizeram a Berta realmente funcionar?

Todos nós temos uma história traumatizante com alguma IA por aí. Isso me ajudou quando iniciei esse projeto. O meu primeiro cuidado foi não dar a Berta um tom de voz de robô. Nós temos clientes que entram em contato e acham que a Berta é uma pessoa de fato. Ela não se apresenta como uma assistente virtual, mas apenas como Berta. Ela não pede para digitar 1 para isso ou 2 para aquilo. O cliente escreve o que ele quer e ela vai lá e responde de uma forma humana.

Obviamente, quanto mais nós ensinamos à máquina a responder, a margem de erro aumenta. Por isso que nós construímos internamente um time de curadoria para a Berta. Toda área onde a Berta atua tem um curador que lê os seus atendimentos e vai fazendo correções dentro da plataforma do Watson Assistant.

Se um cliente diz "estou de saco cheio" e ela finaliza o atendimento na cara, isso está errado. A Berta tem que entender que o cliente está de "saco cheio" pois está estressado, e com isso transferir a pessoa para um humano. Foi uma confusão? Foi. Então nós vamos no sistema e ajustamos.

No primeiro mês da Berta, eu a ensinei a contar piadas, pois queria fazer um negócio diferente. O problema é que nós tivemos uma cliente que pediu um boleto vencido duas vezes, e a Berta encaminhou duas vezes um boleto a vencer. A cliente lhe perguntou se ela estava de piada com a cara dela, e a Berta de fato lhe contou uma piada. Quando soube, desliguei as piadas pois íamos ter problemas. Isso retrata bem a pergunta: acerto e erro.

Quanto mais tempo de vida a máquina vai tendo, menor margem de erro nós vamos trazendo para ela. Nós fazemos a curadoria constantemente. Se uma empresa lança uma IA e a deixa solta, quanto mais ela aprende errado, mais ela vai aplicar esse erro.

Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 10.240.186/0001-00

Relatório da Administração Referente ao Exercício Findo em 31/12/2021 - (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Carta do Diretor de Relações com Investidores. Senhores Acionistas, Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações Financeiras da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("Xingu" ou "Companhia"), com Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2021. A Companhia registrou em 31/12/2021 um resultado operacional positivo de R$154.258. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R$ 65.631. Com isso, o lucro do exercício de 2021 foi de R$ 54.461. A Companhia apresentou, em 2021, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Mauro de Almeida Santos

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Histórico: A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("Xingu" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 07/07/2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial no Amapá e no Pará. A Xingu é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Gemini Energy S.A., que detém 83,34% do seu capital social e os outros 16,66% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA. A Companhia tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, representada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o Contrato de Concessão nº 008/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos seguintes trechos: linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xingu em 500kV e subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato estabelece uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R$ 74.300, sendo reajustada anualmente pela ANEEL. Em 05 de outubro de 2021, a ANEEL, de acordo com a resolução homologatória nº 2.959, estabeleceu a receita anual da Companhia em R$ 132.278 para o período de 01/01/2021 a 30 de junho de 2022. **Composição Acionária:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 632.529, representado por 632.529 milhões de ações ordinárias. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	**527.120.000**
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	105.409.095

Desempenho Operacional: A COTESA é a responsável pela operação das instalações de energia elétrica e possui Centro de Operações próprio e equipe treinada e certificada para atuar dentro dos requisitos operativos e para assegurar a disponibilidade dos sistemas operados. A manutenção é feita internamente pela Companhia e realizada por profissionais que possuem vasta experiência na área. As funções transmissão da LXTE estiveram disponíveis em dezembro de 2021 98,78% do tempo mensal, registrando um acumulado acima de 99,53% nos últimos 12 meses, conforme demonstrado na tabela abaixo e comparado com 2020.

Conc.	Função Transmissão (Por Tipo e Nivel de Tensão)	Disponibilidade 2020	2021	Jan/21 a Dez/21	Dezembro/ 2021
LXTE	LT 500 kV	99,99%	99,82%	99,82%	100,00%
	BCS 500kV	99,93%	99,53%	99,53%	99,87%
	RT 500 kV	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	ATR 500/230 kV	99,95%	99,59%	99,59%	99,78%
	CE 500 kV	99,89%	99,96%	99,96%	100,00%

A Linha de Transmissão sofreu desligamentos automáticos em Dezembro de 2021 e nos últimos 12 meses resultando nos indicadores da tabela abaixo comparado com 2020.

Conc.	Função Transmissão (Por Tipo e Nivel de Tensão)	Taxa de Falha 2020	2021	Jan/21 a Dez/21	Dezembro/ 2021
Lxte	LT 500 kV	2,17	2,07	2,07	0,39
	BCS 500kV	8,17	7,70	7,70	0,67
	RT 500 kV	-	-	-	-
	ATR 500/230 kV	-	-	-	-
	CE 500 kV	-	-	-	-

Desempenho Econômico-Financeiro

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 1.4 das informações financeiras intermediárias, em todos os exercícios apresentados. Na preparação destas informações financeiras intermediárias, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil. Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as variações significativas nas demonstrações de resultado da Companhia (em milhares de reais):

Demonstrações de Resultados (*em milhares de R$, exceto percentuais*)	2021	% Total ROL	2020	% Total ROL	31 de Dezembro % Variação 2021/ 2020
Receita líquida	239.493	100,00	76.743	100,00	212,07
Custo de operação e manutenção	(53.227)	(22,22)	(8.356)	(10,89)	536,99
Lucro bruto	**186.266**	77,78	**68.387**	89,11	**172,37**
Despesas gerais e administrativas	(32.008)	(13,36)	(12.382)	(16,13)	158,50
Lucro operacional	**154.258**	64,41	**56.005**	72,98	**175,44**
Despesas financeiras	(71.803)	(29,98)	(60.941)	(79,41)	17,82
Receitas financeiras	6.172	2,58	1.764	2,30	249,89
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**(65.631)**	(27,40)	**(59.177)**	(77,11)	**10,91**
Lucro antes do IR e da contribuição social	88.627	37,01	(3.172)	(4,13)	(2.894,04)
IR e contribuição social diferidos	(34.166)	(14,27)	2.544	3,31	(1.443,00)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**54.461**	**22,74**	**(628)**	**(0,82)**	**(8.772,13)**

Receita líquida

Aumento devido ao ganho de remuneração do Ativo de Contrato no período. Em 2021, o órgão regulador utilizou o percentual IPCA de 8,056% para atualização da receita do período de 01/07/2021 a 30/06/2022, acima do esperado e aplicado no cálculo da estimativa, gerando assim um ganho de remuneração em 2021. O percentual IPCA divulgado pelo órgão no período anterior correspondente foi de 1,88%, abaixo da expectativa de atualização identificada no início do contrato, ocasionando assim, a perda de remuneração reconhecida em 2020. **Custo de Operação e Manutenção:** Aumento pelo andamento da construção do reforço do 3º banco de transformadores na Subestação de Jurupari/PA. **Despesas Gerais e Administrativas:** Aumento ocasionado pela provisão do valor provável da contingência Ambiental de R$ 18.210. **EBITDA**

A Composição do EBITDA de 31/12/2021, bem como do mesmo período de 2020 é de:

EBITDA (*em milhares de R$, exceto percentuais*)	31 de Dezembro 2021	2020	% Variação 2021/2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	54.461	(628)	(8.772,13)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	34.166	(2.544)	(1.443,00)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	65.631	59.177	10,91
EBIT	154.258	56.005	175,44
Depreciação e amortização	775	258	200,39
EBTIDA	155.033	56.263	175,55
Despesas gerais não recorrente	15.418	4.208	266,40
EBTIDA Ajustado	**170.451**	**60.471**	**181,87**
Receita Operacional Líquida - ROL	239.493	76.743	212,07
Margem do EBTIDA %	**71,17%**	**78,80%**	**(9,68)**

Em linhas gerais o EBTIDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, é o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. **Resultado do Exercício:** O resultado do exercício é obtido pela diferença entre todas as receitas e despesas do exercício. Como consequência da combinação de todos os efeitos anteriormente mencionados, o prejuízo diminuiu em comparação com o ano anterior, alcançando assim, o lucro contábil no exercício de 54.461. **Auditores Independentes:** Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14/01/2003, a Companhia declara que mantém contratada a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o período de 2021. A Deloitte desde então não prestou serviços não relacionados à auditoria independente. A política de autuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos:** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A ADMINISTRAÇÃO

Balanços patrimoniais em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	45.653	39.189
Clientes (Nota 7)	16.998	16.989
Impostos a recuperar (Nota 8)	1.925	2.727
Ativo de concessão - Contratual (Nota 9)	154.111	138.351
Despesas pagas antecipadamente	1.680	935
Outros ativos	-	1.239
Total do ativo circulante	**220.367**	**199.430**
Não circulante		
Realizável em longo prazo		
Ativo de concessão - Contratual (Nota 9)	1.865.516	1.765.628
Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	3.135	3.307
Títulos de renda fixa	204	205
Caixa restrito (Nota 11)	41.299	23.695
Depósitos judiciais (Nota 12)	592	485
Partes relacionadas (Nota 13)	75.876	90.417
Total do ativo não circulante	**1.986.622**	**1.883.737**
Imobilizado, líquido	983	6.155
Total do ativo não circulante	**1.987.605**	**1.889.892**
Total do ativo	**2.207.972**	**2.089.322**

Passivo e Patrimônio Liquido	2021	2020
Circulante		
Fornecedores (Nota 14)	18.578	31.618
Empréstimos e debêntures (Nota 15)	77.865	64.876
Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 16)	3.945	9.627
Outros passivos	3.746	423
Total do passivo circulante	**104.134**	**106.544**
Não circulante		
Empréstimos e debêntures (Nota 15)	769.766	756.283
Provisões (Nota 17)	36.987	26.826
Pis e Cofins diferidos (Nota 18)	186.811	176.114
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 19(b))	217.830	185.572
Total do passivo não circulante	**1.211.394**	**1.144.795**
Patrimônio líquido (Nota 20)		
Capital social	632.529	632.529
Reserva legal	17.762	15.039
Reserva de capital	52.751	52.751
Reserva de dividendos	189.402	137.664
Total do patrimônio líquido	**892.444**	**837.983**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.207.972**	**2.089.322**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa para exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**54.461**	**(628)**
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
IR e contribuição social diferidos (Nota 19)	32.258	(3.950)
Pis e Cofins diferidos (Nota 18)	10.697	(5.033)
Ativo de concessão - Contratual - Remuneração (Nota 9)	(145.983)	(145.061)
Receita de Infraestrutura (Nota 9)	(46.903)	(618)
(Ganho) Perda de remuneração do ativo contratual (Nota 9)	(63.517)	67.202
Juros dos empréstimos (Nota 23)	63.076	56.820
Provisões (Nota 17)	10.161	2.678
Outros	1.492	1.309
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:		
Ativo de concessão contratual - Recebimento (Nota 9)	140.755	132.843
Clientes (Nota 7)	(9)	(2.092)
Impostos a recuperar (Nota 8)	802	632
Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	172	220
Despesas antecipadas	(745)	403
Depósitos judiciais (Nota 12)	(107)	1.065
Outros ativos	1.239	544
Fornecedores (Nota 14)	(13.040)	(877)
Impostos e contribuições a recolher (Nota 16)	(4.190)	2.498
Outros passivos	3.323	66
Caixa gerado nas operações	**43.942**	**108.021**
Juros pagos (Nota 15)	(51.817)	(10.638)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.492)	(1.317)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(9.367)**	**96.066**
Fluxos de caixa das atividades de investimento (*)		
Imobilizado	-	(281)
Caixa restrito (Nota 11)	(17.604)	(9.241)
Títulos de renda fixa	1	(65)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento	**(17.603)**	**(9.587)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (*)		
Ingressos de debêntures (Nota 15)	120.000	-
Pagamento de principal (Nota 15)	(101.107)	(63.493)
Partes relacionadas (Nota 13)	14.541	1
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**33.434**	**(63.492)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**6.464**	**22.987**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 6)	**39.189**	**16.202**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 6)	**45.653**	**39.189**

(*) As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 24 (a).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

	2021	2020
Receita líquida (Nota 21)	239.493	76.743
Custo de operação e manutenção (Nota 22)	(53.227)	(8.356)
Lucro/ (Prejuízo) Bruto	**186.266**	**68.387**
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(32.008)	(12.382)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	**154.258**	**56.005**
Despesas financeiras (Nota 23)	(71.803)	(60.941)
Receitas financeiras (Nota 23)	6.172	1.764
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**(65.631)**	**(59.177)**
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	**88.627**	**(3.172)**
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 19(a))	(34.166)	2.544
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**54.461**	**(628)**
Lucro por lote de mil ações - R$	**86,10**	**(0,99)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

	2021	2020
Receitas		
Prestação de serviços (Nota 21)	269.056	89.236
Insumos recebidos (adquiridos) de terceiros		
Custo de operação e manutenção	(24.097)	(4.173)
Serviço de terceiro	(32.737)	(4.052)
Provisões e outros	(15.117)	(4.020)
Valor adicionado bruto	**197.105**	**76.991**
Depreciação e amortização	(775)	(258)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**196.330**	**76.733**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (Nota 23)	6.172	1.764
Valor adicionado total a distribuir	**202.502**	**78.497**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	(6.761)	(4.783)
Benefícios	(2.348)	(1.583)
FGTS	(518)	(478)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(60.310)	(6.291)
Estaduais	(765)	(93)
Taxas Regulatórias (Nota 21)	(5.135)	(4.828)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais (Nota 23)	(71.803)	(60.941)
Aluguéis	(401)	(128)
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucros (Prejuízos) retidos no exercício	(54.461)	628
Valor adicionado distribuído	**(202.502)**	**(78.497)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	54.461	(628)
Resultado abrangente total do exercício	**54.461**	**(628)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total
Em 31/12/2019	**632.529**	**15.039**	**52.751**	**138.292**	**-**	**838.611**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(628)	(628)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(628)	628	-
Em 31/12/2020	**632.529**	**15.039**	**52.751**	**137.664**	**-**	**837.983**
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	54.561	54.561
Destinação do lucro do exercício	-	2.723	-	51.738	(54.461)	-
Em 31/12/2021	**632.529**	**17.762**	**52.751**	**189.402**	**-**	**892.444**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Membros da Administração

Conselho de Administração
Meton Barreto de Morais Neto - **Presidente**

Titulares
Róger Araújo Castro - Fabio Vassel; Warley Isaac Noboa Pimentel
Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro

Suplente
Tulio Luis Mauro Barata

Diretoria Executiva
Meton Barreto de Morais Neto - **Diretor Presidente**
Mauro de Almeida Santos - **Diretor Financeiro e de Relação com Investidores**

Controller
Juliana Silva Gomes Madureira - CRC-RJ-116377/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Linhas de **Xingu Transmissora de Energia S.A.. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras das Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Ativo de concessão - Mensuração:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras, a concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo de concessão contratual, a partir de 01/01/2018, conforme adoção do pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados à mensuração do ativo de contrato de concessão; (ii) discussão das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de mensuração, preparadas pela Companhia, para confronto com os registros efetuados no sistema contábil e com a adequada mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão; (iv) recálculo do ativo de contrato de concessão; (v) leitura e análise dos contratos de concessão; (vi) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31/12/2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Diego Wailer da Silva Contador CRC nº 1 RS 074562/O-3

1. Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas acima são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e na regulamentação contábil aplicável.
2; As demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: www.monitormercantil.com.br e https://sistemas.cvm.gov.br/